

a **mosca** do Aécio Neves



José de Souza Castro

Charges: Paulo Barbosa

Eu sou a mosca que pousou na sua sopa.
Raul Seixas

Apresentação

Em 2004, eu era editor de Cidade de um diário de Belo Horizonte. Durante algum tempo, pudemos publicar com algum destaque notícias sobre as mazelas da administração estadual. Inclusive problemas na área da Segurança Pública, como os das viaturas quebradas e amontoadas em oficinas à espera de verbas para mandar consertar. Depois foi ficando cada vez mais difícil e, no fim do contrato de um ano, preferi não renová-lo.

Três anos depois, num encontro com empresários e executivos para falar sobre o Choque de Gestão, o vice-governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, lembrou o episódio das viaturas da Polícia Militar quebradas e canibalizadas em oficinas que não tinham dinheiro para consertá-las (“A imprensa fotografava garagens cheias de viaturas quebradas e dizia que a polícia estava pouco operante”) e a forma encontrada para resolver o problema.

Para mim, o vice-governador confirmava, assim, que nossas notícias levavam o governo a tomar providências para resolver problemas denunciados. Era o reconhecimento de como é importante, para o governo, poder contar com a contribuição de uma imprensa independente e atenta aos erros eventualmente cometidos por funcionários públicos. Anastasia afirmou que o problema primordial do funcionamento da máquina do Estado não é a ausência de recursos, que são suficientes para lastrear as principais políticas públicas, mas os equívocos na aplicação desses recursos e a má qualidade da gestão. “Os empresários têm compromissos muito maiores com os resultados, que são cobrados pelos acionistas. No poder público, desde que se satisfaçam os meios tradicionais de controle – o Ministério Público, o Tribunal de Contas, os poderes políticos – não há cobranças. A opinião pública que anseia por resultados fica em segundo plano”, disse ele.

Ou seja, um dos principais membros do governo mineiro conhece bem a teoria. O problema, como se vê ao longo deste livro, é a prática.

Não vejo a imprensa mineira exercendo o papel que lhe cabe num sistema democrático. Tampouco, os meios tradicionais de controle citados pelo vice-governador. Isso me incomodava, e decidi fazer a minha parte, por mais escassos que fossem meus talentos e recursos. Afastado dos meios tradicionais em que trabalhei desde 1972 (jornais e rádio), eu tinha ao meu alcance a força crescente da web. Desse modo, os artigos que compõem este

livro foram enviados para publicação no blog Tamos com Raiva, criado, antes mesmo de entrarem no curso de jornalismo da UFMG, por minha filha Cristina Moreno de Castro e por uma colega, e depois no Blog do Massote, na revista eletrônica Novae e no Observatório da Imprensa. Muitos foram replicados em dezenas de blogs país afora.

Como fui criado lendo livros e ainda acredito na força deles para a transmissão de ideias e opiniões, resolvi reunir os artigos relacionados com o governo Aécio Neves. Desse modo, agora no papel, continua zumbindo aquela mosca que, embora insignificante, ele não pode ignorar quando ela pousa em sua sopa...

José de Souza Castro

Março de 2010

Sumário

O POLÍTICO E A IMPRENSA

De milagres e de santos
Tamos com raiva
Aécio Neves e os súditos da imprensa nacional
Super Notícia, fenômeno de circulação
Coronéis Aécio e Lula jogam o mesmo jogo
Intenso debate no Observatório da Imprensa
O inverno da nossa desesperança

MINISTÉRIO PÚBLICO

O empastelamento do Novo Jornal
Carone prova que Novo Jornal é registrado e tem um responsável
À espera do desempastelamento do Novo Jornal
Novo Jornal: antes do empastelamento, a espionagem
Coronelismo no Ministério Público mineiro
Um novo colaborador do blog

CIDADE ADMINISTRATIVA

A caminho, o cabidão de empregos
Um elefante incomoda muita gente
O elefante branco de Aécio Neves
A Cidade Administrativa e “o povo que paga

MANHAS POLÍTICAS

Um “socialista” na Prefeitura de BH?

Por que chora o Fernando Pimentel?
A despedida e a despedida de Aécio Neves
Luz nos porões da ditadura?
O voo tardio do tucano

CHOQUE DE GESTÃO

O pensamento escravocrata de Aécio e Lacerda
Professores mineiros pedem socorro
Salário dos professores: Minas é o 18º no *ranking* dos estados

POLÍTICA MINEIRA

Bancada mineira na Câmara dos Deputados terá 25 milionários
Nossos deputados milionários e seus gastos inexplicáveis de campanha
Por uma Câmara dos Deputados sem os 40 ladrões
Nosso velho candidato ao Senado e seu suplente vivaldino
Rastreamento de dinheiro leva ao ninho tucano
Estilingada em ninho tucano derruba ministro
A soneca dos tucanos das Gerais
Caso Arruda: Aécio de barbas de molho

TRISTE HORIZONTE

Crise mundial tem seu lado bom...
O triste fim das sucursais

NOTAS

O POLÍTICO E A IMPRENSA

De milagres e de santos

Uma das pragas do jornalismo são as informações genéricas, sem respaldo em fatos. Quase tão graves quanto contar o milagre e resguardar o santo – ou se referir ao santo, ocultando, até ver quando, o milagre – pragas mais comuns entre os colunistas que labutam no sistema "morde e sopra", "sopra e morde". Na semana passada, disse aqui no Tamos com Raiva que Aécio Neves governa Minas sem oposição. Uma informação correta, mas genérica. O Hoje em Dia deste domingo me permite ser mais específico.

O velho repórter Elizeu Lopes revela que no ano passado nenhuma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada pela Assembléia Legislativa de Minas. Se depender do presidente da Assembléia, deputado Mauri Torres, do PSDB, mesmo partido de Aécio Neves, neste ano também não haverá nenhuma CPI, "para evitar exploração política em um ano eleitoral".

No ano passado, foram apresentados 12 pedidos de CPI, principalmente para investigar irregularidades no governo de Minas, mas também para apurar sonegação de ICMS pelas cervejarias. Neste ano, foram apresentados outros dois pedidos de CPI, que também deverão ser engavetados. Entre 1998 e 2002, no governo Itamar Franco – eleito pelo PMDB, mas que governou quase todo o tempo sem estar filiado a nenhum partido – foram instaladas 23 CPIs, com apoio do PSDB e PT.

Partidos que, hoje, são os campeões do silêncio em Minas, para resguardar os governos Aécio e Lula.

(1/4/2004)

Tamos com raiva

"Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão". É mais ou menos isso que diz a Declaração Universal dos Direitos do Homem, um dos mais criativos textos de ficção de nossa época.

Há alguns dias, tivemos um exemplo claro de como a frase, tão velha como a serra, está cada vez mais distante de nossa realidade. Alberto Dines, quase um ícone da imprensa brasileira, foi pela segunda vez demitido do *Jornal do Brasil*. A primeira, quando era editor-chefe, em plena ditadura militar. A segunda, como simples colunista, por ter criticado no *Observatório da Imprensa*, semana passada, a forma como o JB vinha cobrindo a rebelião num presídio carioca.

O dono do JB parece achar que só ele, o dono, tem liberdade de opinião e expressão. Que o jornalista, como assalariado, escreve ou fala o que ele, o dono, permitir. O pior é que essa crença não é exclusiva de Tanure, um recém-chegado a este ramo empresarial. Ela se espalha, como fogo em campina seca e varrida pelo vento, por praticamente toda a imprensa brasileira. Vai se alastrando em todos os níveis de governo e, pior, dentro da própria imprensa, entre os jornalistas.

É por isso que quase não houve reação, quando Kajuru foi demitido da TV Bandeirantes, por ter criticado o governador de Minas, Aécio Neves, que em conúbio com o presidente da CBF distribuiu 10 mil ingressos, sob a forma de convites, para socialites, artistas, políticos, cartolas et caterva, enquanto milhares de pessoas, que passaram horas nas filas, ficavam sem ingresso para assistir, no Mineirão, ao jogo Brasil-Argentina.

A revista *Veja* chegou a chamar Kajuru de encenqueiro, justificando assim a sua demissão!

A verdade é que os jornalistas estão humilhados e cabisbaixos. Trabalhando muito, quando empregados, sem qualquer liberdade de expressão e opinião – e mal pagos. Sabendo que por qualquer coisa que faça e que desagrade ao dono, por desagradar a um governante, será substituído. E que é grande a fila dos desempregados que querem a sua vaga.

Até onde a vista alcança, não se vê qualquer solução para estes e outros problemas de nosso Brasil. Por enquanto, resta-nos apenas tentar manter acesa a chama da indignação.

Aécio Neves e os súditos da imprensa nacional

Aécio Neves, o melhor governador do país. Será?

"Entre os governos estaduais, Aécio Neves, de Minas Gerais, pela quarta vez consecutiva, foi considerado o melhor governador com uma aprovação de 95%. Para realizar a pesquisa, a Macroplan entrevistou 80 profissionais dos principais veículos em sete estados do País."

Esta notícia, sob o título "Jornalistas avaliam o governo Lula", foi divulgada no dia 28 de dezembro último pelo Comunique-se, um site muito visitado por jornalistas brasileiros. No mesmo dia, escrevi ali este comentário:

"É triste ver, nessa notícia, a avaliação que fazem os jornalistas brasileiros do governo Aécio Neves. É desconhecer que ele governa sem oposição na Assembléia Legislativa e sem acompanhamento crítico de seu governo pela imprensa. Aécio descobriu uma forma barata de comprar a imprensa: ele põe alguns (não digo todos, porque é difícil provar) diretores de redação e editores de política e economia na folha de pagamento do governo. Um dos canais usados para isso, basta apurar para comprovar, é o gabinete do vice-governador. Mas há muitos outros, todos rendosos para os caciques dos principais órgãos de imprensa mineiros, que, aliás, se vendem barato. Antigamente, os governadores mineiros pisavam em ovos com o PT. Não é o que acontece hoje. O partido de Lula sente-se à vontade no Palácio da Liberdade, e nenhum outro tomou o seu lugar, como oposição. Assim, fica fácil... Mas acho que Tancredo se sentiria um pouco constrangido diante da desenvoltura dos netos no trato com a imprensa".

Esse comentário não mereceu maior atenção. Apenas o estudante Thiago Cândido estranhou a avaliação feita de Aécio Neves. Ele comentou: "Meu Deus, como pode? Bem disse a Catanhede na Falha de hoje: Os jornalistas estão se informando pela imprensa. E gostaria muito de uma pesquisa dessas aqui em Piratininga. Como será que os Coleguinhas avaliam Serra? E quanto tempo vai demorar pro Serra pedir a primeira cabeça nas redações?"

Sem se referir ao meu comentário, Talis Andrade, um importante jornalista aposentado de Pernambuco, escreveu no dia seguinte:

"Não existe a profissão de jornalista. Existe o bico, o emprego temporário. Fica justificado o mota, o jabá. Idem as folhas dos governos estaduais e municipais. Jornalista deve lutar pelos mesmos direitos dos assessores de imprensa. Eles têm estabilidade no emprego, jornalista não. Eles têm promoções e gratificações por tempo de serviço, jornalista não. Eles têm aposentadoria de jornalista, jornalista não. O jabaculê é a sobrevivência de muita gente boa. Pago pelas agências de publicidade e assessorias de rp, de imprensa..."

Esta é uma velha discussão no Comunique-se. Talis Andrade e Delmar Marques estão entre seus principais fomentadores. Como também ganhou ali algum espaço, há uns três anos, a informação divulgada pelo Sindicato dos Jornalistas Mineiros de que o governo de Minas pedira a um jornal a cabeça de um editor de economia, entre outros casos comentados entre os jornalistas.

Voltando de um breve descanso na Bahia, interessei-me de novo pelo assunto, ao saber que meu modesto comentário no Comunique-se tinha repercutido entre colegas.

Procurei então ler a pesquisa que apontava o neto de Tancredo Neves com elevado prestígio entre os jornalistas brasileiros.

Descobri, em primeiro lugar, que a pesquisa foi feita pela Macroplan Prospectiva, Estratégia & Gestão, uma empresa fundada pelo economista Cláudio Porto e que tem como diretor associado José Paulo Silveira, um engenheiro metalúrgico que já foi secretário de Planejamento e Investimento Estratégico do Ministério do Planejamento e Gestão. A empresa tem sedes no Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, emprega 41 consultores e tem entre seus clientes a Petrobrás, o Sebrae, diversos governos estaduais e instituições privadas. No seu site (www.macroplan.com.br), destaca-se uma notícia de 29 de dezembro último. Ela diz:

Governo de Minas inova na estratégia com apoio da Macroplan
Contratada pela segunda vez pelo Governo de Minas Gerais, para apoiar a formulação e a implementação da estratégia de desenvolvimento do governo estadual, a Macroplan concluiu, em dezembro de 2006, o projeto de apoio à elaboração do novo Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado do estado para o horizonte 2007-2023, que integra também estratégias de Governo no médio prazo (2007-2011). O projeto foi elaborado pela Macroplan em parceria com as equipes da Fundação João Pinheiro e da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Governo do Estado de Minas Gerais. "A parceria da

equipe técnica da Seplag, liderada pelo subsecretário de Planejamento e Orçamento Tadeu Barreto, com a Macroplan levou a uma arquitetura estratégica inovadora e robusta, que supera as formulações genéricas que são comuns em formulações desta natureza", comentou o diretor presidente da Macroplan, Cláudio Porto.

(...) Outro ponto de destaque foi a realização de uma avaliação estratégica do desempenho do governo de Minas Gerais no período 2003-2006, abordando a estratégia implementada, a carteira de projetos estruturadores executada e o modelo de gerenciamento empregado. "Ao invés de recomeçar do zero, partiu-se da caminhada já feita para identificar o que estava indo bem e precisava ser mantido e também mapear o que teria que ser modificado e melhorado", afirmou Alexandre Mattos responsável pela coordenação executiva dos trabalhos da Macroplan.

Bem, não há dúvidas de que a Macroplan ficou muito feliz com a boa avaliação feita pelos jornalistas sobre um importante cliente – e com sua divulgação pela imprensa. Mas, quais são esses jornalistas? O texto da pesquisa, intitulada "Por dentro dos que fazem a mídia: como estes profissionais avaliam o Brasil e seus governantes", esclarece que foram entrevistados apenas 80 jornalistas. São diretores, editores de redação, colunistas, comentaristas de renome nacional ou regional e repórteres especiais "vinculados aos principais jornais do País, às redações dos principais emissores de TV, das revistas de conteúdo jornalístico de circulação nacional e dos núcleos de jornalismo das rádios de grande audiência". A grande maioria (65%) trabalha no Distrito Federal (20 entrevistados), São Paulo (16) e Rio de Janeiro (16). Há ainda 8 trabalhando no Rio Grande do Sul, 7 em Minas Gerais, 7 no Espírito Santo e 6 em Pernambuco.

Fica, portanto, prejudicada a generalização. Conforme admite a própria Macroplan, que já fez oito rodadas de entrevistas com jornalistas, desde 2003, "a composição da amostra seguiu critérios qualitativos e não estatísticos de representatividade". Para a empresa, no entanto, o resultado da pesquisa, apesar da amostra insuficiente, "indica, indiscutivelmente, as percepções, opiniões e expectativas daqueles profissionais mais influentes nos principais meios de comunicação do Brasil e de outros países que contribuem para informar e formar a opinião política da população."

A Macroplan pode acreditar no que afirma. E os jornalistas que responderam às suas perguntas devem supor que estão bem informados, pois leem jornais, ouvem rádios e

assistem TV. Tanto que se expõem a avaliar os governadores de Minas, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Pernambuco, embora trabalhem distantes de muitos deles. O governador Aécio Neves teve aprovação quase absoluta (95%), enquanto 92% dos entrevistados consideraram o desempenho da ex-governadora Rosinha Garotinho ruim ou muito ruim.

Há aí um aspecto a ser considerado. Como disse naquele comentário no Comunique-se, Aécio não tem oposição política de peso e seu governo é tratado pela imprensa como um excelente governo, já que não se lê ou se ouve qualquer crítica a ele. E Rosinha Garotinho enfrentou, durante quatro anos, a marcação cerrada dos jornais, rádios e televisões do grupo fundado por Roberto Marinho.

Quando estimulados a falar livremente, 72% dos 78 entrevistados que se pronunciaram a respeito apontam Aécio Neves como o melhor governador do País, seguido, com grande distância, pelo governador Paulo Hartung (19%), do Espírito Santo. Apenas 1,3% se lembrou de apontar o governador reeleito do Paraná, Roberto Requião (PMDB). Requião havia sofrido, durante a campanha eleitoral, forte oposição da imprensa local, tanto que no discurso de posse, dia 1º de janeiro, ele se dedicou a criticar os barões da imprensa, apontando o risco, para a democracia, quando "apenas seis redes privadas controlam 667 veículos – emissoras de TV, de Rádio e jornais diários – atingindo 87% dos domicílios, em 98% dos municípios brasileiros."

Quando digo em meu comentário que Aécio Neves comprou a imprensa, não me refiro especificamente a colocar na folha de pagamento do governo, de forma clandestina ou não, diretores de redação ou editores. Tenho notícia de que isso pode ocorrer, mas não conheço sua extensão e nem tenho como provar. É uma suspeita baseada no resultado do trabalho que se produz em Minas no meio jornalístico. No mau jornalismo que temos, quando visto sob essa ótica de Roberto Requião: "Queremos uma comunicação de interesse público. Que estimule o debate. Que tenha compromisso com a formação, a educação e a construção da cidadania. Que democratize e produza instrumentos de socialização da informação."

Uma forma de comprar a imprensa é a destinação de verba publicitária do governo. Como comentou no Comunique-se o editor do Jornal Vanguarda, de Guanambi, na Bahia, Seu Pedro: governantes, quaisquer que sejam suas cores políticas, fazem dos anúncios moedas de troca. Exigem que só falem bem, não aceitam críticas.

Roberto Requião promete romper essa prática. Segundo a Agência Estado, ele determinou a redução, em 74%, do orçamento de publicidade. O da Secretaria de Comunicação caiu de R\$ 14,8 milhões, em 2006, para R\$ 3,8 milhões neste ano.

É uma boa forma de Aécio Neves provar que não está comprando a imprensa. Para os chefes de redação mineiros, existe uma excelente maneira – muito melhor do que entrar na Justiça contra quem os critica – de provar que não se venderam: é voltar a fazer o bom jornalismo que sabem fazer, como muitos provaram no passado, quando se empenhavam pelo fim da ditadura.

Para o bem da democracia e da própria imprensa, seria bom que nem Aécio nem os diretores de redação se empenhassem em confirmar o que disse o poderoso ministro das Comunicações no Governo Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Motta: "A mídia come na mão se farto for o grão" (citado por Fábio José de Mello, no *Comunique-se*).

(15/1/2007)

Super Notícia, fenômeno de circulação

Jornalista mineiro, para fazer carreira, precisava ir para o Rio de Janeiro, como Carlos Drummond de Andrade, Otto Lara Resende e Miriam Leitão; para São Paulo, como Luis Nassif, José Maria Mayrink e Luiz Fernando Emediato; ou para Brasília, como Carlos Chagas, José Silvestre Gorgulho e Tereza Cruvinel. Agora não precisa mais, pois, pela primeira vez na história, Minas Gerais tem um jornal com a maior circulação do país.

Uma afirmação que se sustenta apenas em parte. Segundo o IVC de agosto, o *Super Notícia*, tablóide com vendas médias diárias de 300.322 exemplares, superou a *Folha de S. Paulo* (299.010), *O Globo* (276.733), o *Extra* (238.937) e *O Estado de S. Paulo* (238.752). Mas daí a dizer que as coisas na imprensa mineira estão mudando para melhor vai uma longa distância. Primeiro, não me parece correto comparar esses cinco jornais, começando pela questão do preço de venda deles. O *Super*, como é mais conhecido, custa 25 centavos, enquanto o *Extra*, também dirigido às classes C e D, é vendido em Belo Horizonte a um real – ou seja, quatro vezes mais caro.

Também não se pode comparar o novo líder de vendas no país com o *Estado de Minas* (*EM*), o qual por mais de 40 anos liderou a vendagem de jornais em Minas Gerais e está hoje em terceiro lugar (73.232 exemplares vendidos diariamente, em média, em agosto), atrás de outro jornal também dos Diários Associados, o *Aqui*, vendido a 25 centavos. Além do preço, o conteúdo desses dois jornais baratos é diferente de uma *Folha de S. Paulo* e até de um *Estado de Minas*. Na segunda-feira (8/10), o *Super* saiu com 32 páginas, das quais 13 de anúncios, enquanto o *EM*, vendido a 2 reais, tinha 34 páginas, mais seis de anúncios classificados, além de dois suplementos (um deles, o tradicional "Agropecuário").

O mais certo é que os jornalistas continuarão sem espaço de trabalho em Minas, pois o *Super* é um fenômeno isolado numa imprensa regional que, sob todos os aspectos, se encontra em franca decadência. O novo recordista de vendas tem duas secretárias de redação – as mesmas dos jornais *O Tempo* e *Pampulha*, do mesmo grupo empresarial – e apenas quatro redatores. Chupa e reduz, em tamanho, notícias produzidas pelos repórteres de *O Tempo* e de agências. Seu concorrente direto, o *Aqui*, tem o mesmo esquema: preço de 25 centavos, 48 páginas (27 de publicidade!), uma editora, um editor de arte e sete subeditores. E chupa notícias do *Estado de Minas* e de outros veículos dos Associados.

A decadência dos jornais mineiros pode ser constatada nos próprios números do Instituto Verificador de Circulação. O *Super* representa 56,3% das vendas, entre todos os 27 jornais mineiros auditados pelo IVC, cuja circulação total pouco ultrapassa os 533 mil exemplares.

"O grande jornal dos mineiros", como propagam os dirigentes dos Associados, referindo-se ao *Estado de Minas*, foi ultrapassado pelo *Aqui*, que havia sido lançado para combater o concorrente *Super*, mas que acabou tirando mercado do veterano *Diário da Tarde*, do mesmo grupo. Depois de 77 anos de vida, quase sempre como o segundo mais vendido jornal mineiro, o *DT* fechou em julho passado. Seus leitores – motoristas de táxi, salões de barbeiro, policiais e outros funcionários públicos mal remunerados – haviam emigrado para os jornais de 25 centavos. O último *DT* custava um real. O *Aqui* não foi o sucesso esperado, mas estava em agosto no 13º lugar no *ranking* do IVC, duas posições acima do *EM*, que custa oito vezes mais.

O *Super* tem sua grande circulação vitaminada por mulheres bonitas na primeira página e pela generosa oferta de brindes, que são sorteados entre os leitores em qualquer município mineiro. Recentemente, foi inaugurada sua página na internet. Todo o conteúdo do jornal impresso pode ser lido no Portal O Tempo, sem necessidade de cadastro ou senha. O leitor tem espaço para fazer comentários abaixo de cada notícia ou coluna, imprimir ou enviar por e-mail. Pode também aumentar ou diminuir o tamanho da letra e buscar notícias de edições anteriores.

O jornal é publicado pela Super Editora, que edita também o diário *O Tempo* e o semanário de distribuição gratuita *Pampulha* (116 mil exemplares), entre outros. O proprietário é o empresário ítalo-brasileiro Vittorio Medioli, ex-deputado federal pelo PSDB e pelo Partido Verde. No ano passado, ele desistiu de concorrer a um quinto mandato, alegando que a política atrapalhava seus negócios. Uma de suas empresas tem a concessão do transporte dos carros Fiat produzidos em Betim, o que ela faz com frota própria e terceirizada. Medioli resolveu investir em jornal para se vingar dos Associados, que há alguns anos publicaram reportagens vinculando-o à Máfia.

Com o jornal *O Tempo*, ele esperava desbancar a liderança do *Estado de Minas*, mas não teve sucesso nessa empreitada, pelo menos por enquanto. (Jornais do grupo fundado por Assis Chateaubriand, em outras praças – como *O Jornal*, do Rio –, historicamente perderam espaço para outros que souberam fazer um melhor jornalismo.) Pouco depois de

sua contratação como novo diretor de redação, Teodomiro Braga começou a planejar o lançamento do *Super*.

Jornalista mineiro que fez carreira no Rio de Janeiro, Teodomiro voltou a Belo Horizonte na década de 1990 para reabrir a sucursal do *Jornal do Brasil*, um projeto que não encontrou sustentação no mercado publicitário mineiro. A sucursal voltou a fechar e Teodomiro aceitou o convite de Medioli. Sob sua direção, *O Tempo* não avançou, mas o *Super*, desde seu lançamento, em 1º de maio de 2002, vem registrando recordes sucessivos de venda. Nos últimos 12 meses, até agosto, o crescimento foi de 100%. O aumento de 8,5% em agosto foi o maior entre todos os jornais auditados no país pelo IVC.

Vittorio Medioli, em artigo publicado no último domingo no seu semanário gratuito *Pampulha*, deixava transparecer algum espanto com o sucesso do novo jornal em um Estado "que até pouco tempo tinha fama de ser refratário à leitura e se destacava pela média mais baixa de vendagem de jornais do Sudeste do Brasil". Acrescentou o ex-deputado: "Minas foi humilhada pela 'invasão' de diários de fora que em certos momentos abocanharam metade do seu mercado, como se aqui quase não existisse imprensa."

Para esse empresário, nascido na Itália e que descobriu como vender jornal para mineiros, o filho caçula de *O Tempo* é um jornal "grande de coração, de alma gentil, corajoso, alegre, colorido, bom caráter". Na opinião do dono, o *Super* "ganhou simpatia de gente que nunca teve a possibilidade de ler um jornal e de muitos outros que procuravam uma notícia fácil de se ler. Certamente não é o mais completo, não satisfaz os intelectuais – nem é para eles –, mas representa uma janela sobre o mundo para quem sempre a encontrou fechada".

O jornal de Medioli é um sucesso de vendas, mas dificilmente significará um avanço real no jornalismo mineiro, com suas notícias de dez linhas e suas fotos coloridas de belas mulheres, de partidas de futebol e de crimes hediondos. No último domingo, a foto que mais se destacava na primeira página era a de Natália Guimarães, com a legenda em letras grandes: "Assessores da Miss Brasil confirmam namoro de Natália com Aécio Neves".

Ninguém precisa esperar notícias com críticas ao governo de Minas no *Super* ou em qualquer outro jornal mineiro (e nem se critica o bom gosto de Aécio na escolha de namoradas e sua habilidade em reunir aliados políticos). Além de faltar vontade, não há espaço no jornal para reportagens de algum fôlego investigativo. Ângelo Prazeres, um

cronista bem conhecido dos mineiros, já aprendeu a escrever crônicas de 18 linhas. Padre Marcelo Rossi, outro cronista do *Super*, se satisfaz com 14 linhas. O próprio Mediolli deve estar se esforçando para enxugar seu texto, conformando-o ao perfil dos leitores do fenômeno, definidos como oriundos das classes C e D.

Só agora esse leitor está se habituando a gastar parte de seu salário para comprar jornal, na esperança de ser sorteado com um ingresso para o Parque Guanabara, com um Super Play Station 2 Slim ou, vá lá, com um áudio-livro do padre Marcelo Rossi. E, talvez, se tiver sorte mesmo, possa até encontrar uma notícia importante para ler no *Super* – ou, se preferir, no *Aqui*.

(09/10/2007)

Coronéis Aécio e Lula jogam o mesmo jogo

O professor Fernando Massote, ao escrever na semana passada um artigo para o Observatório da Imprensa no qual expõe mais uma vez a censura aos jornalistas, praticada em proveito do governo mineiro, chamou atenção para o novo coronelismo exercido tanto por Aécio Neves como por Lula. E sentiu na pele a reação emocional de petistas, experimentando por um momento aquilo que, semana sim outra também, enfrenta naquele espaço de opinião o jornalista Alberto Dines. Há uma tentativa clara de estabelecer no país o pensamento único em favor dos ricos e dos políticos que lhes fazem o jogo, independentemente do partido a que se filiam. Com a ajuda dos ingênuos.

Na sua análise, o professor Massote (que também escreve em seu blog) envolveu o autointitulado "maior jornal dos mineiros", o Estado de Minas, e seus colaboradores na página de opinião. Entre os quais, se destaca o coronel Jarbas Passarinho, que em 1968, como ministro da Educação, assinou o AI-5 e menos de três meses depois o Decreto-Lei 477. Este punia com demissão professores e funcionários que participassem de movimentos para paralisar a atividade escolar ou de atos "destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados". E impedia de se matricularem em qualquer outra escola, por três anos, os alunos expulsos por usar o recinto escolar "para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública".

Esse jornal que abriga as idéias desse falcão disfarçado de passarinho dá todo o seu apoio ao sonho de Aécio Neves de suceder a Lula, embalado pela unanimidade inédita da elite mineira em torno desse objetivo. O restante da imprensa, lamenta Massote, "segue o andar triunfante das hostes tradicionais e faz coro com a censura dominante".

Professor aposentado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, doutor em filosofia pela Universidade de Urbino (Itália) e arguto observador da imprensa, Massote escreveu, ao comentar uma entrevista do professor Otávio Dulci ao Estado de Minas, que "uma das praticas censórias mais corriqueiras e notórias da imprensa é a de colocar uma questão importante, de interesse geral, para ser respondida por alguém que, sob as vestes do especialista – cientista social, por exemplo – faz o jogo da elite. São

eles os interlocutores habituais e privilegiados da mídia amordaçada. Ela batiza, assim, a resposta que quer dar à questão com o carisma da ciência social."

Otávio Dulci, irmão de um ministro de Lula, Luís Soares Dulci, disse que é um "verdadeiro enigma" a existência de um mesmo candidato a prefeito, país afora, apoiado por PT, PSDB, PSB e muitos outros partidos. Para Massote, o verdadeiro enigma, "com efeito, chama-se governo Lula e o grande curral eleitoral que ele montou no país. O maior da história brasileira".

Estava montado o cenário às críticas do artigo. Um notório fustigador de Dines, Cid Elias, de Fortaleza, partiu logo para a crítica ao título do artigo ("A censura e o coronel-presidente"), escrevendo: "o coronel-presidente? Cuméquié doutô massote? De onde o sinhô tirô tamanha estultice?". E por aí foi, no mesmo nível já conhecido pelos leitores do OI. Reproduzo alguns trechos de parte dos 19 comentários, corrigindo os erros de digitação.

Alguns preferiram sair pela tangente, atribuindo ao autor uma censura a Otávio Dulci. Diz o estudante Luiz Paulo, de Belo Horizonte: "Lamento muito que um professor que fala tanto em liberdade de expressão, use do mesmo sistema que diz tanto combater, no caso a censura, para com um colega". E o psicanalista Carlos Martins, da mesma cidade, acrescenta: "Lamento muito que em nome da crítica a Lula e ao Aécio, há quem justifique até mesmo o emprego da censura a um colega. Não posso concordar jamais com isso. O professor Otávio Dulci não pode ter o direito de manifestar o pensamento dele por ter cometido o "pecado" de "ser petista" e de ter um irmão em cargo de destaque na Administração Federal?".

Esse ataque talvez fosse mais longe, se a jornalista Renata Moreira, de Belo Horizonte, não tivesse observado com muita coerência: "A crítica do professor ao colega Dulci é muito pertinente. Faltou ao sociólogo coragem política ao comentar sobre as candidaturas únicas no atual processo eleitoral, como "um verdadeiro enigma". Assim fazendo, ele presta um desserviço aos leitores do Estado de Minas. Convidado a exercer um juízo "científico" ele não o faz e emite uma exclamação que obscurece ainda mais a questão. Os bons intelectuais aproveitam essas "escorregadas", para criar ocasiões de proveitoso debate, como fez o professor Massote, ao conceituar o "enigma" de Dulci: as políticas "sociais" e o grande curral eleitoral de Lula, que formam o maior da história brasileira".

O médico Luiz Fazito, também de Belo Horizonte, talvez desacostumado com os comentários petistas no OI, estranhou os ataques a Massote. "São todos de nível chulo, sem fundamentação, são preconceituosos e pessoais. Tolamente fazem o jogo destes novos coronéis: denigrem a imagem do opositor, evitando discutir seus argumentos. Não é crítica "do nada" como disse um. São observações calcadas nos fatos."

A professora Maria Inez Souza, de Lagoa Santa, buscou o foco do artigo, para comentar: "Ao aproximar Aécio de Lula nas atitudes de ambos buscando (e conseguindo) a unanimidade ou quase, o professor enxerga mais longe e diz que temos então a mesma falta de opção, o mesmo projeto único tanto em versão local, como nacional."

O médico Arnaldo de Souza, de Governador Valadares, fez talvez o melhor resumo da questão em debate: "Com consistência, texto enxuto e referências escorreitas, o Prof. Massote em um único artigo coloca o dedo em três feridas importantes de nossa sociedade. Em primeiro lugar, a matreirice mineira de dissimulação, aqui representadas pela farsa vestida de governo feita pelo Sr Aécio, com o beneplácito de toda imprensa o que o transforma em um fenômeno de marketing destinado a suceder Lula na reedição por farsa; o outro ciclo foi o da tragédia da política do café com leite do Brasil agrário exportador. E em segundo lugar, a tucanice acadêmica que confunde ética com cumpadrio e tem na retórica evasiva a pauta hegemônica do conchavo das elites. Por último, mas não menos importante, no caráter do aprofundamento do neoliberalismo feito pelo Gov. Lula, agregado ao aparelhamento da superestrutura e do estado com membros do sindicalismo que passam a gerir e representar mais o capital do que o trabalho ou o trabalhador de quem eles seriam em verdade os representantes. Essa faceta também muito bem identificada por Chico de Oliveira em seu ornitorrinco. Portanto, o resto é choro fingido e intelectualidade de almanaque que não convive bem com a crítica e tem dificuldades com o exercício verdadeiro da democracia, já que esse exige aprimoramento intelectual e posicionamento nas questões que se apresentem para delinear os caminhos a seguir".

É isso aí.

(12/8/2008)

Intenso debate no Observatório da Imprensa

Uma terrível suspeita foi tomando forma nessa minha neurótica cabeça – efeito de 36 anos de jornalismo –, à medida que lia os comentários ao artigo do professor Fernando Massote publicado pelo Observatório da Imprensa sob o título “*Estado de Minas e a vitória de Pirro*”. Será que após dominar a imprensa mineira, as rádios e as televisões, todos fascinados pela enormidade de suas verbas publicitárias, estaria agora o governo de Minas tentando controlar a Internet, usando para isso fantasmas pagos com os nossos suados impostos, para desmoralizar quem ouse, nos portais mais lidos, criticar Aécio Neves e sua turma?

O artigo, que já havia sido postado dois dias antes no Blog do Massote, foi republicado pelo Observatório da Imprensa no dia 29 de outubro, quarta-feira. Nas 24 horas seguintes, sete pessoas, certamente com nascimento registrado em cartório e CPF – portanto, de carne e osso, como nós outros – fizeram seus comentários. Cinco francamente favoráveis, dois com algumas ressalvas à análise do professor Massote sobre as eleições em Belo Horizonte. Um do tradutor Colin Brayton, de São Paulo, pedindo dados estatísticos, outro por mim (considerarei excessiva a importância atribuída pelo autor ao jornal *Estado de Minas*). O sociólogo Maurício Campolina, de Belo Horizonte, entrou para informar que o artigo havia sido lido na véspera, em sessão da Assembléia Legislativa, pelo deputado Sávio Souza Cruz. Só então surgiu o primeiro ataque. Foi postado às 17h43 de quinta-feira, pelo administrador João Sena, de Belo Horizonte: “Massote, seu candidato perdeu. Não invente teorias grandiloquentes para explicar por que você apoiou o Leonardo Quintão em BH – e perdeu. Repito, prezado, Massote, você apoiou o Quintão e perdeu.”

Quase duas horas depois, o aposentado Álvaro Machado, de Nova Lima, escreveu: “O articulista não pode sair eternamente atirando contra o jornal, acusando-o de tê-lo censurado, pelo simples fato de ter perdido seu espaço. Se o *Estado de Minas* tivesse adotado anos atrás essa política da *Folha*, teria se livrado dessa ressentida campanha que lhe move Fernando Massote, anos a fio. Ele perdeu a coluna que tinha na página de opinião em 2003 ou 2004. E passou a se dizer vítima de uma ditadura pior que a Rússia de Stalin. Coluna de jornal não é cargo vitalício. E ainda se o fosse, deveria exigir concurso público, ao menos...”

Dez e pouco da noite, a estudante Márcia Vieira acrescentou: “Massote e sua obsessão. Mesmo que trocando alhos por bugalhos!!!” Surgia então a primeira exclamação tripla, um estilo adotado também, 43 minutos depois, pelo professor Benedito Andreatti, de Contagem (“Tucanaram o “cascateiro”!!!”) Esse estilo um tanto barroco foi levado às últimas conseqüências, no dia seguinte, às 16h10, pelo geógrafo Luciano Quirino, de BH: “E olha que o candidato derrotado já tá em outra, preparando para novas disputas, e esses camaradas ainda choram os votos que não vieram!!!!”. O mesmo que o professor Gilberto Leite, de Betim: “Newtão + Massote + Serra + Quércia = “Newmasserraria” – um “novo” momento da vida política brasileira. Já estou ansioso pra ler o próximo manifesto desta turma!!!!”

Às oito da noite de sexta-feira apareceu o sociólogo José Silva, de BH, que, mais contido, preferiu os três pontos de exclamação no comentário: “Ao tentar censurar Otávio Dulci, Massote acabou por propor a censura a si próprio!!!”

Já com a pulga na orelha, devido ao modo semelhante de tentar desqualificar o autor, em vez de contrapor argumentos, eu entrei com minha colher de pau: “José Silva, sociólogo? Huummmm.... Essa turma está ficando pouco criativa em relação a pseudônimos. É possível debater com fantasmas? Ser ou não ser, eis a questão”. No sábado, José Silva reapareceu, retomando um outro ponto estilístico (Kkkkkkkk) que já me despertara interesse no comentário de Luciano Quirino. Na manhã de sábado, provoqueei: “José Silva, Ademar Moraes, Gilberto Leite, Luciano Quirino, Jonas Pires, todos têm em volta de si uma aura fantasmagórica. Vêm do além (ou será que vêm do núcleo de comunicação social criado por Andréia Neves? É mais provável) com nomes apanhados no meio do caminho, para se manifestarem pontualmente, depois somem.”

Foi José Silva – alguém já ouviu falar desse sociólogo mineiro? É o único dentre os “fantasmas” a fazer plantão no fim de semana, que ninguém é de ferro – que no sábado de manhã apareceu para alfinetar: “O professor Massote destila um ódio visceral pelo *Estado de Minas* e pelo editor de política e colunista do jornal, Baptista Chagas de Almeida. Mas parece que o contrário também é verdadeiro. Veja só o que o Baptista publicou, em 2005, quando do lançamento do livro do Massote, em sua coluna diária naquele jornal: “Miopia - Fernando Massote lança hoje A história pela metade, mais um exemplar de sua incansável trajetória de escrever delongas sobre política sem nenhum conteúdo sério e robusto. O livro

é mais uma visão rasteira e medíocre da esquerda brasileira e mundial. A história pela metade é uma coletânea de textos publicados em jornais. Coitado do leitor”.

Procurei esclarecer esse ponto, numa entrevista com o autor, na noite de domingo. E escrevi:

Por 23 anos, sem remuneração, ele colaborou eventualmente com o jornal, e nos últimos anos, até a morte de Brizola, em 2004, o EM publicava um artigo dele toda sexta-feira. Massote colaborava também com um semanário chamado “Proposta”, e participou de uma entrevista com o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas. Uma das perguntas que ele fez foi sobre as ações do “Estado de Minas” que pertenciam a Tancredo Neves, se elas haviam ficado para Aécio Neves. Essa pergunta teve má repercussão na diretoria do jornal e, em represália, o artigo da sexta-feira, intitulado “O brilho de Brizola”, foi vetado, e o autor informado depois que estava “demitido”. Portanto, quando a nota foi publicada, no dia do lançamento do livro, o jornal tinha Massote como “inimigo da casa”. O editor da coluna não havia lido o livro, que reproduziu alguns dos artigos publicados pelo EM. Apesar de seu caráter destrutivo, mais de 150 pessoas compareceram ao lançamento, no Sindicato dos Jornalistas. As duas primeiras edições se esgotaram em dois anos, e a terceira, lançada em agosto passado, foi publicada pela Editora da Universidade Federal de Viçosa, após parecer favorável de dois consultores do Conselho Editorial. A nota difamatória da coluna “Em dia com a política” apenas confirma: é um jornal provinciano e atrasado.

Ivan Moraes, o mais assíduo debatedor (nada menos que 14 vezes), escreveu de Newark, nos Estados Unidos, para opinar que tais “fantasmas” não passavam de três pessoas, “um grupelho de fanáticos evangélicos”, tido por ele na classe dos neocons – os neoconservadores do governo Bush – (“A maior característica neocon eh a cricrificacao de tudo”, diz Ivan, mineiro que emigrou para os Estados Unidos há mais de 30 anos e escreve em teclado sem os acentos da língua portuguesa). Para compreender melhor e decidir por você mesmo sobre o acerto ou não do que eu disse até agora, convém ler os comentários dele na íntegra, como, aliás, todos os outros mencionados aqui – e os não citados.

Concluo concordando com o que disse a médica Maria Natalia L. M. Moreira, de Belo Horizonte: “Desqualificar o oponente, técnica dos opressores que estão no poder e percebem que podem perdê-lo. Técnica usada pelo IBAD e IPES que o prof. Massote bem

lembrou. A tropa de choque de Márcio Lacerda e seus patrocinadores entrou para comentar e tentar desqualificá-lo”.

Nessa edição semanal do Observatório da Imprensa, o artigo do professor Massote foi o mais comentado. Apesar da pobreza de argumentação dos *fantasmas* empenhados em desmerecer o autor, podem ser lidas, por partes de outros comentaristas (não vou citar nomes, para não cometer injustiças), muitas opiniões interessantes sobre a política e a imprensa mineira.ⁱ

(4/11/2008)

O inverno da nossa desesperança

De um leitor do jornal *Folha de S. Paulo*, nesta primeira quinta-feira da primavera de 2009, na página 3: “Cumprimento a Folha pela matéria ‘Aécio tira dinheiro da saúde e da segurança para pagar salários’ (Brasil, 23/9). Lamento apenas que nós, mineiros, só possamos ver essas matérias na imprensa de outros Estados, já que a maior parte da imprensa local é comprometida com o governo estadual e não publica absolutamente nada que possa comprometê-lo. Ao governo de Minas, que usou a crise para justificar o desvio de verbas, lembro que havia alternativa: em vez de tirar dinheiro da saúde e segurança, poderiam ter usado recursos da construção do Centro Administrativo de Minas Gerais, obra faraônica orçada em R\$ 500 milhões, mas que irá custar quase três vezes mais. Para isso nunca faltou dinheiro.”

Não sei quantos pensaram a mesma coisa que esse atento leitor de Pouso Alegre, ao ler a reportagem de Breno Costa, um jornalista que veio recentemente reforçar a sucursal mineira da Folha. Já tive a oportunidade de lamentar aqui a falta de compromisso profissional de nossa imprensa, em relação ao governo Aécio Neves, e o professor Massote tem feito a mesma coisa com maior competência. Acho que não preciso voltar de novo ao tema.

Diz o jornal paulista que, “sem dinheiro suficiente em caixa, o governo de Minas Gerais remanejou R\$ 146,4 milhões que seriam destinados a ações nas áreas de saúde, segurança pública e até fiscalização tributária para garantir os salários de outubro dos servidores”. A justificativa dada para a falta de caixa é a queda de 5% (ou R\$ 627 milhões) na arrecadação de ICMS, entre janeiro e julho deste ano, comparado com os sete primeiros meses de 2008, período em que o Brasil ainda não vivia a crise iniciada em todo o mundo em 15 de setembro, com a quebra do banco Lehman Brothers, nos Estados Unidos. Por causa dessa queda, Aécio Neves assinou decreto no dia 21 último, remanejando verbas para garantir a “remuneração de pessoal ativo”.

Como venho acompanhando isso há alguns anos, acho que o governador não tem dificuldades para pagar o pessoal inativo. Em fevereiro de 2007, comentando o “choque de gestão” no portal *Comunique-se*, escrevi que os funcionários estaduais mineiros aposentados “ficaram felizes quando Tancredo Neves era governador e sancionou uma lei

que garantia aos aposentados os mesmos vencimentos dos funcionários da ativa, mas a alegria durou pouco. Deu-se um jeito de arranjar penduricalhos aos salários dos que estavam na ativa, deixando de fora os aposentados, e aplicando reajustes apenas para tais penduricalhos. Teve aposentado que ficou sem reajuste durante sete anos, e só não foram à lona porque a inflação no período ajudou sua sobrevivência (mas perderam mais de 50% do poder aquisitivo). Em janeiro de 2006, a Copasa aumentou sua tarifa de água e esgoto em 7,6% e a Cemig (em abril) em 5,16%. Antes, Aécio cuidou de reajustar em 10% os vencimentos dos policiais civis, militares, bombeiros e agentes de segurança – que têm poder de fogo para reclamar. Já os aposentados, vão reclamar a quem? A uma imprensa surda e cega?” Passaram-se dois anos e meio, e eles continuam sem ter a quem reclamar – e sem reajuste nas aposentadorias...

Voltando à *Folha de S. Paulo*:

“Na área da saúde, que perdeu o maior volume absoluto de recursos, auxílios do Fundo Estadual de Saúde para as redes municipais foram sacrificados em R\$ 53,3 milhões, pouco menos de 20% do total aprovado no orçamento para essas ações. Na segurança pública, a modernização de unidades das polícias Civil e Militar perdeu 85,3% da verba prevista para este ano. Os cortes atingiram até a área fazendária, que fiscaliza o correto recolhimento de ICMS pelos contribuintes. O remanejamento reforçou o caixa de 38 secretarias, fundações e autarquias do governo. Os R\$ 146 milhões correspondem a 4,3% do previsto para o pagamento de pessoal desses órgãos no orçamento de 2009”.

Essa notícia repercutiu em blogs de policiais mineiros e foi reproduzida na íntegra pelo blog do deputado estadual petista Adelmo Carneiro Leão. Ele está no cargo desde 1991, com alguns afastamentos para cargos no executivo estadual, municipal e federal. Médico e doutor em Ciências pela USP e ex-presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, Carneiro Leão, que deixou a direção estadual do Incra em janeiro último para voltar à Assembléia Legislativa, apenas reproduziu o texto da Folha de S. Paulo, sem comentários. Essa omissão é bem o retrato do que se passa também na Assembléia Legislativa de Minas, onde o Executivo não tem nenhuma oposição para valer, embora, na área federal, o PT de Carneiro Leão seja adversário do PSDB de Aécio Neves.

Enquanto isso, as obras do Centro Administrativo de Minas Gerais continuam a todo vapor. Se tudo der certo, daqui a pouco o governador mineiro não terá mais o dissabor de

assistir a protestos de servidores estaduais em greve – ou ameaçando greve – em frente ao palácio, na Praça da Liberdade. Quem vai se animar a ir ao novo Palácio do Governo, naquelas lonjuras, para protestar ao vento, sem qualquer repercussão na imprensa e no governo?

É difícil até mesmo sussurrar neste começo da primavera mineira – ou, para ser mais claro, nesse nosso inverno da desesperança.

(24/9/2009)

MINISTÉRIO
PÚBLICO

O empastelamento do Novo Jornal

O dia 14 de agosto de 2008, véspera do feriado religioso dedicado à Padroeira de Minas, bem que poderia entrar para a história como o marco inicial da censura oficial à Internet no Estado.

Às três da tarde, acessei o site do Novo Jornal, única publicação diária mineira que publica notícias contrárias ao governo Aécio Neves. Em vez da página habitual, lia-se ali, em letras garrafais sobre o desenho de uma lente daquele tipo usado por Sherlock Holmes, o seguinte: "Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Esta página foi suspensa por medida cautelar judicial e o conteúdo do site é objeto de apuração por indícios de prática de crimes. Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos".

Dei a notícia, logo em seguida, em páginas de comentários dos sites Observatório da Imprensa e Comunique-se e no blog Tamos com Raiva e nos blogs de Fernando Massote e Luis Nassif, para ver qual seria a reação. Não foi bem uma surpresa, quando verifiquei, até o momento em que escrevo este artigo, que foi nenhuma. Se fosse uma censura à Internet na China...

Luis Nassif vem-se destacando, nos últimos meses, pela análise destrutiva ao jornalismo tipo "assassinato de reputação" praticado pela revista Veja. Qual teria sido a reação a um empastelamento da principal revista da Editora Abril, por causa de notícias tidas como ofensivas, injuriosas ou caluniosas?

Para o empastelamento virtual do Novo Jornal, as justificativas, destacadas pelo jornal O Tempo de hoje, na página 8, foram: "Acusado de calúnia, site 'Novo Jornal' sai da Internet. De acordo com Ministério Público, site difama autoridades estaduais e federais". O jornal O Tempo pertence ao empresário e ex-deputado federal tucano (por 16 anos) Vitório Medioli, um italiano naturalizado brasileiro que chegou a Minas atraído pelos empreendimentos da Fiat no Estado e que hoje transporta os carros zero produzidos pela Fiat Automóveis para concessionárias do Brasil todo e de alguns países latino-americanos. É um aliado fiel do governador Aécio Neves e seu jornal foi o único a dar a notícia (pelo menos entre aqueles que pesquisei na Internet). Por coincidência, em julho passado, o Novo Jornal publicou denúncia envolvendo uma empresa do grupo Fiat e uma empresa do governo mineiro, a Codemig. Na véspera do empastelamento, ele voltou ao assunto,

informando que o Ministério Público Estadual estaria apurando a denúncia. Ou seja, atirou no que viu, acertou no que não viu.

O Tempo parece ter se limitado a ouvir o Ministério Público Estadual (embora afirme que procurou o dono do Novo Jornal, mas este não quis falar; eu procurei e não o achei), não buscando o contraditório em outras fontes, conforme as práticas do bom jornalismo. Talvez o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, Aloísio Moraes Martins, que foi um dos donos de um jornal alternativo na época da ditadura, o De Fato, tivesse o que falar. Mas o sindicato parece que só soube do ocorrido à noite, quando pôs em seu site uma informação apressada, para não passar por omissos. Informou apenas, em grandes letras: "A Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público Estadual tirou do ar hoje, dia 14 de agosto, o site www.novojornal.com.br. Justificativa do MPE: "Esta página foi suspensa por medida cautelar judicial e o conteúdo do site é objeto de apuração por indício de prática de crimes".

Mais sucinto, impossível.

O Tempo, em reportagem assinada por Renata Freitas, diz que a exibição do site do Novo Jornal foi suspensa na tarde de ontem pela "Operação Anonymus", organizada em conjunto entre a Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos e a Polícia Militar. "A equipe cumpriu mandados de busca e apreensão no escritório do site que está sendo investigado por indícios de práticas de crimes, dentre eles, o de não ter identificação pelo responsável pelas notícias veiculadas. O processo corre sob sigilo judiciário". (Meio ridículo o nome da operação, mas isso é o de menos.)

Diz ainda que a promotoria recebeu representação criminal reclamando que desde 2007 o site "publicava matérias atentatórias à honra de autoridades públicas federais e estaduais. As matérias publicadas incluíam ataques ao procurador geral de Justiça, Jarbas Soares Junior, e principalmente ao governador Aécio Neves (PSDB)".

Como se lembram, em novembro de 2007, o ex-vice-governador mineiro Walfrido dos Mares Guia se viu apanhado em denúncias de envolvimento com Marcos Valério, o operador do Mensalão, e acabou pedindo demissão do Ministério das Relações Institucionais. O Novo Jornal, na imprensa mineira, à exceção do Tamos com Raiva e do

Blog do Massote, foi o único que destacou esse envolvimento. E não arrefeceu depois disso.

Voltando a O Tempo. De acordo com o Ministério Público, diz o jornal, "instaurado o Procedimento Investigatório Criminal, constatou-se que não há identificação do responsável pelo site – que se intitula jornal, fato que fere frontalmente a Constituição Federal que prevê que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato, além da Lei de Imprensa, que se aplica à Internet".

Eu mesmo já havia criticado isso, em comentário no Observatório da Imprensa, em fevereiro de 2007. Preocupava-me não a falta do nome de um responsável, pois era fácil descobri-lo (tanto que o dono, Marco Aurélio Flores Carone, responde a alguns processos por causa do Novo Jornal) e isso não é impeditivo, em qualquer democracia verdadeira, para a existência de um jornal. "Ele teria mais credibilidade se quem escreve ali mostrasse a cara", eu disse comentando uma informação de Ivan Moraes.

Na época, o Novo Jornal dizia que o Conselho de Administração da Cemig havia decidido que a estatal participaria da RME Minas Energia Participações S/A, que teria assumido o pagamento da dívida do Grupo Globo. Não acho, eu acrescentei no meu comentário, "que o diretor do Novo Jornal precise se esconder, se estiver escrevendo com base em documentos e fatos e em opiniões bem fundamentadas, pois a Constituição lhe garante o direito de opinar. Não precisamos ainda mudar para Londres como fez o primeiro jornalista brasileiro, lá nos primórdios do Século XIX, quando combatia sei lá o quê".

Pois é, pelo andar da carruagem, vamos ter que mudar para Pasárgada, como queria fazer Manoel Bandeira, pois lá somos amigos do rei...

Mas como se deu o empastelamento do Novo Jornal? Revela O Tempo: "A promotoria ingressou com medida cautelar para impedir o funcionamento da página da Internet enquanto ela estiver sob apuração, e obteve o domínio e exibição de página-aviso do Ministério Público Estadual (PME). Também houve a busca e apreensão de computadores."

E não quer parar por aí. Quem quiser denunciar este artigo, tem como, de acordo ainda com o jornal de Mediolí: "A promotoria disse, ainda, que abriu um canal de denúncia, através do e-mail crimedigital@mp.mg.gov.br." Espero que não façam, pois eu não teria recursos financeiros para me defender. A justiça é cara e demorada.

O governo de Minas parece que tinha muita pressa para resolver essa questão com o Novo Jornal. Segundo O Tempo, "a Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos foi criada em Belo Horizonte em 16 de julho deste ano. Com o crescente número de crimes praticados por usuários da rede, o MPE decidiu pela sua implantação. A promotoria atua como um órgão de suporte aos promotores de Justiça que atuam na área criminal e agiliza o atendimento às vítimas". E acrescenta, citando uma pessoa identificada como Vanessa Fusco: "A estratégia é agir proativamente no enfrentamento desse tipo de crime, que vem crescendo principalmente com a chegada da banda larga às cidades do interior". E conclui: "Um projeto de autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB) prevê a tipificação da conduta dos crimes praticados na Internet."

Ah, Eduardo Azeredo! Aquele que era governador quando Walfrido dos Mares Guia era vice. Aquele do "mensalão mineiro". Faz sentido.

Mas por que não esperar que o presidente Lula, amigo e aliado de Aécio Neves na campanha para eleger o próximo prefeito de Belo Horizonte, sancione a lei de Azeredo, antes de fechar o Novo Jornal, com base numa lei da ditadura? Por que a pressa? Será que Lula não vai entrar nessa? É isso? Oh, dúvida! Mas de uma coisa tenho certeza. A data escolhida para o massacre de São Bartolomeu... ops, do Novo Jornal, não poderia ser melhor. Véspera de um feriadão, pernas para o ar que ninguém é de ferro. E na segunda-feira, quando o pessoal voltar ao batente, é assunto velho, estará tudo esquecido. Eu mesmo, para redigir este artigo, telefonei para muita gente, inclusive o presidente do Sindicato de Jornalistas, e não consegui falar com ninguém. Deve ter acontecido a mesma coisa, ontem, com a esforçada repórter de O Tempoⁱⁱ.

(15/8/2008)

Carone prova que Novo Jornal é registrado e tem um responsável

Até o momento em que escrevo, o site do Novo Jornal continua interdito pelo Ministério Público mineiro, autorizado por medida cautelar do juiz José Ricardo dos Santos de Freitas Vêras, da Vara Criminal de Inquéritos Policiais da Comarca de Belo Horizonte, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ele aceitou o mandado de busca e apreensão proposto pela Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos, criada em 16 de julho passado.

Os jornais, com exceção de *O Tempo*, não deram importância ao evento, mas o vice-presidente da Associação Nacional de Jornais responsável pelo Comitê de Liberdade de Expressão, Júlio César Mesquita, assinou nota à imprensa, datada de 15 de agosto, protestando "com veemência" contra a decisão daquele juiz. Diz:

A censura ao site e a apreensão dos equipamentos se deu em fase inicial de inquérito, antes mesmo de aberto processo judicial, o que é uma forma inédita e preocupante de cerceamento da liberdade de imprensa.

A ANJ reafirma sua grande preocupação, infelizmente assinalada em tantas oportunidades anteriores, com o fato do Poder Judiciário brasileiro agir em desacordo com a Constituição, que proíbe terminantemente a censura e consagra a liberdade de expressão.

A ANJ recomenda ao site "Novo Jornal" que busque os meios legais para reverter essa absurda decisão judicial e deplora tanto a iniciativa do Ministério Público quanto a da Justiça de Minas.

Mesquita poderia ter aproveitado a ocasião para recomendar também aos associados da ANJ que noticiassem o fato inédito de empastelamento de um jornal na Internet.

O processo corre em segredo de justiça, mas o Tamos com Raiva obteve uma cópia. Para abri-lo, o MP se baseou num inquérito feito há um ano pelo Centro de Segurança e Inteligência Institucional do Ministério Público de Minas Gerais. O documento (ofício de número 109/2007-CESIN), assinado pelo capitão PM Dario Vitorino de Carvalho Silva, contém 357 páginas, mas 323 são cópias xerox de notícias veiculadas pelo Novo Jornal. O

capitão não tipifica qualquer crime. As outras 34 páginas referem-se a certidões de tramitação de processos na justiça mineira e federal que dizem respeito a Marco Aurélio Flores Carone e não ao Novo Jornal.

Carone diz que as ações na Justiça Federal são execuções fiscais, "em sua maioria já baixados". Na Justiça estadual, são 27 ações, sendo duas relativas a execução comercial, uma de exceção de incompetência e quatro criminais, diz o empresário. Dessas quatro, uma foi proposta pelo BDMG, e "nós ganhamos", afirma Carone. A segunda foi da Fir Capital. "O autor desistiu diante da apresentação da documentação que comprovava a matéria", declara o dono do Novo Jornal. "As duas restantes, referem-se à Cemig, e os fatos discutidos já encontram-se comprovados através da Ação Popular de nº 0024.08.008.068-2", acrescenta. Para Carone, a representação do procurador Jarbas Soares "é apenas uma peça acusatória onde o verbo supor é constantemente utilizado, não tendo sido baseado em qualquer investigação técnico-científico."

O dono do Novo Jornal atribui essa ação a um desejo de vingança de Jarbas Soares, "pois o denunciei no Supremo Tribunal Federal, por prática de Formação de Quadrilha". Ele se refere à PET/4173, cuja movimentação pode ser acompanhada acessando o site do STF (<http://www.stf.gov.br/portal/processo/pesquisarProcesso.asp>). Nessa petição, assinada pela advogada Paula F. de Almeida Marzano e outros, são citadas 14 pessoas, entre elas Jarbas Soares Júnior e o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

"Meu objetivo é de comprovar que o procedimento adotado contra o Novo Jornal foi feito dentro da mais completa ilegalidade possível", afirma Carone. Ele apresentou cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com inscrição número 86.476.181/0001-42, para mostrar que a alegação de anonimato não procede. A inscrição está em nome da Nova Opção Ltda, que tem como objetivo edição de jornais e de revistas e endereço na Av. Luiz Paulo Franco, 651, Bairro Belvedere, em Belo Horizonte. A inscrição foi feita em 3 de novembro de 2005.

Na Ficha de Inscrição Cadastral da Prefeitura de Belo Horizonte, além daquelas atividades econômicas constam "outras atividades de informática, não especificadas anteriormente". O endereço é o mesmo e o nome do responsável pela Nova Opção Ltda é Marco Aurélio Flores Carone. A data de início da atividade da empresa é 27/10/2005.

Carone apresentou também cópias da Guia de Recolhimento Unificado referente a 2008 e do pagamento feito no Banco do Brasil em 7 de maio passado. E ainda cópia do Registro Civil do Novo Jornal.com.BR, feito no dia 29 de outubro de 2007 "por seu representante legal Marco Aurélio Flores Carone", em que se afirma que a proprietária do jornal é a empresa Nova Opção Ltda, e seu proprietário é Marco Aurélio Flores Carone. Esse registro é assinado pelo oficial escrevente substituto José Nadi Néri.

O dono mostrou ainda cópia do pedido de anotação de diretor responsável do Novo Jornal, apresentado por ele à Delegacia Regional do Trabalho em Minas, no dia 30 de outubro do ano passado. O registro profissional de Marco Aurélio Flores Carone tem o número 000311/MG.

Com todos esses documentos, cai por terra a alegação de anonimato feita pelo MP ao juiz Freitas Vêras, que deve ainda julgar o mérito do pedido, cancelando ou mantendo o empastelamento virtual do Novo Jornal.

Vou ler o processo. Dependendo do que encontrar, farei novo artigo a respeito.

(20/8/2008)

À espera do desempastelamento do Novo Jornal

O juiz José Ricardo dos Santos de Freitas Vêras, ao acolher o pedido da Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos, fez mais do que permitir o fechamento por um período de 15 dias do site do Novo Jornal. Ele autorizou a quebra do sigilo telefônico da empresa, autorizou o confisco de todo o conteúdo produzido pelos jornalistas que trabalham para Marco Aurélio Flores Carone, autorizou a censura (mais que prévia) definitiva de matérias de interesse público, e fez silenciar o único jornal que fazia oposição ao governo de Minas no Estado. Não cabe a este jornalista, mas ao presidente do Tribunal de Justiça, a quem foi encaminhado, há dois dias, o mandado de segurança com medida de liminar urgente, decidir se o juiz agiu acertadamente ou não.

O juiz mineiro foi induzido a ignorar estes dois princípios básicos da Declaração de Chapultepec: "Nenhum meio de comunicação ou jornalista deve ser sancionado por difundir a verdade, criticar ou fazer denúncias contra o poder público". E ainda: "A censura prévia, as restrições à circulação dos meios ou à divulgação de suas mensagens, a imposição arbitrária de informação, a criação de obstáculos ao livre fluxo informativo e as limitações ao livre exercício e movimentação dos jornalistas se opõem diretamente à liberdade de imprensa".

Mas vamos supor que o juiz Freitas Vêras não se visse obrigado a conhecer e muito menos observar os Dez Princípios Fundamentais da Declaração de Chapultepec, documento adotado pela Conferência Hemisférica sobre liberdade de expressão realizada nessa cidade mexicana, em 11 de março de 1994. Trata-se de uma carta de princípios assinada por chefes de estado, juristas e entidades ou cidadãos comuns. O compromisso foi assumido pelo Brasil quando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso assinou a declaração em 9 de agosto de 1996 e reafirmado, em 3 de maio de 2006, pelo presidente Lula. O que o Poder Judiciário não poderia ignorar nem desacatar é a Constituição de 1988, que reafirmou os princípios da liberdade de imprensa e de livre divulgação do pensamento no país.

Em seu artigo 5º, parágrafo XIII, a Constituição diz que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Já no art. 1º, a Carta Magna reafirma os "valores sociais do trabalho e da livre iniciativa"; o

artigo 170 apregoa a "valorização do trabalho humano", e o artigo 193 assegura o "primado do trabalho". É muita insistência, para ser ignorada: qualquer ação infraconstitucional que impeça o exercício desse direito é inconstitucional.

Já o inciso IX do art. 5º da Carta da República assegura que "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença."

O que se sabe de certo e não depende de decisão judicial para se saber, é que a decisão liminar e "inaudita altera parte" do juiz impediu e continua impedindo o funcionamento da empresa Nova Opção Ltda, dona do Novo Jornal, embora se saiba agora esteja ela regularmente constituída e se dedique a atividades lícitas, atendendo a todas as determinações legais relativas ao exercício da sua atividade. A Lei de Imprensa exige a indicação de responsável pelo jornal junto ao Ministério do Trabalho, e Carone apresenta documento que atende tal exigência. Para a instrução criminal, bastaria que o Ministério Público verificasse a existência desse registro, mas optou por basear seu pedido em alegações que sabia, ou devia e podia saber, serem discrepantes dos registros públicos.

O juiz, por sua vez, ao permitir a apreensão dos equipamentos do Novo Jornal e a suspensão do seu domínio, impediu que ele continuasse a exercer livremente suas atividades e pôs em risco a atividade laboral e intelectual de jornalistas.

Mas o juiz alegou ainda, além dessa questão do anonimato, que havia contra Carone representação de uma das vítimas das denúncias do Novo Jornal por crime de difamação (art. 139 do Código Penal), ignorando o princípio de que todos são inocentes até sentença transitada em julgado. Princípio, aliás, que está muito em voga, por permitir a candidatura eletiva de cidadãos constantes das chamadas "listas sujas".

Na minha opinião, o mais importante nisso tudo é que, com a autorização de um juiz, impôs-se o silêncio ao Novo Jornal, sem que ele tivesse a possibilidade de comprovar a verdade do que divulgava contra autoridades mineiras e federais. A propósito, o ordenamento jurídico prevê a chamada "prova da verdade", admissível sempre que se trate de crime de calúnia (Código Penal, art. 138, § 3º), e ainda no crime de difamação, apenas quando se trate de de servidor público, no exercício de suas funções (art. 139, parágrafo único) – o que é o caso.

Mas, por que estou criticando a decisão do juiz, sem ao menos esperar a manifestação do presidente do Tribunal de Justiça de Minas? É porque o artigo 27 da Lei de Imprensa diz que não constituem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação "a crítica inspirada pelo interesse público" e "a exposição de doutrina ou idéia". Para mim, é de grande interesse público a liberdade de imprensa. Quanto à doutrina, limito-me a reproduzir o pensamento de Voltaire que inspirou os pais da democracia americana a estabelecer como direito constitucional a liberdade de imprensa: "Discordo do que você diz, mas defenderei até a morte seu direito de o dizer".

Discursando no Senado, em 11 de novembro de 1914, sobre a liberdade de imprensa, Rui Barbosa indagava: "A Constituição imperial não a queria menos livre; e, se o Império não se temeu dessa liberdade, vergonha será que a República a não tolere."

Não serei eu, pois, um péssimo exemplo para os jornalistas mais jovens, um daqueles "desertores" ou "bandeados", a quem Rui se refere: "Se nem tudo nela presta, o que nela existe de pior, é justamente a deserção daqueles dos seus filhos, dos seus operários, dos seus artistas, dos seus escritores de valor, que a renegam, e, por interesses de caráter subalterno, constituem, no grande exército da nossa liberdade intelectual, a legião dos bandeados."

É óbvio que o Ministério Público e o juiz terão aqui todo o direito de resposta que a Lei de Imprensa lhes assegura. Não se receia que a "resposta" venha sob forma de similar agressão ao direito defendido, até por confiar que será substituído na liça por colega de maior valor.

Exatamente aquele direito que o chefe do Ministério Público mineiro não buscou no Novo Jornal, preferindo recorrer ao Judiciário para fechá-lo por um período de 15 dias, como a dar um aviso a todos os que ousarem ser oposição em Minas Gerais via imprensa. O MP tem o mesmo direito de ação, assegurado a todo cidadão; mas também como qualquer outro cidadão, não pode ele abusar de seu direito.

LENT, citado por Elício Cresci Sobrinho, indagava "por que, na luta que se trava no processo, tudo há de ser permitido?"; a isso Everardo da Cunha Luna acrescentava: "Não se pode fazer do poder judicial instrumento de trabalho para a consecução de fins ilegítimos".

Como vêm pela erudição e estilo, eu tive a preciosa ajuda de um conhecido advogado mineiro – e não é o do Carone –, para escrever este artigo.

(21/8/2008)

Novo Jornal: antes do empastelamento, a espionagem

Para tentar responder a uma pergunta de leitor, telefonei na manhã de hoje para o escritório de advocacia que defende o proprietário do *Novo Jornal*, Marco Aurélio Flores Carone, e conversei com a advogada Cláudia Pires Duarte. Ela me informou que o desembargador de plantão no Tribunal de Justiça de Minas Gerais negou o pedido para suspender liminarmente os efeitos da liminar concedida pelo juiz da Vara Criminal de Inquéritos Policiais da Comarca de Belo Horizonte autorizando o empastelamento do jornal eletrônico. A defesa entrou com um agravo contra essa decisão, e está aguardando novo pronunciamento do TJMG. Enquanto isso, o processo continua correndo em segredo de Justiça.

Os advogados de Carone não julgaram necessário contestar o pedido do Ministério Público Estadual para que o processo não viesse a público, considerando que isso seria desnecessário, pois a imprensa acabaria divulgando. Ou seja, a batata quente está nas mãos dos jornalistas, mais uma vez, e não vejo nenhum empenho de qualquer colega para satisfazer a essa pretensão dos advogados de Carone. Enquanto isso, o *Novo Jornal* continua empastelado. Foi silenciado há 29 dias, por uma decisão de primeira instância, em caráter liminar, e o Tribunal de Justiça não tem pressa para resolver a questão que, por infringir um dispositivo constitucional – a liberdade de imprensa – pode acabar batendo às portas do Supremo para ser decidida só Deus sabe quando.

Enquanto isso, o governador Aécio Neves (PSDB) e o prefeito da capital, Fernando Pimentel (PT) se livram do único veículo de comunicação de massa de Belo Horizonte que tem no nome a palavra jornal e que publicava, eventualmente, denúncias contra eles e seus auxiliares no governo.

Que denúncias tão graves eram essas, que levaram o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Junior, a criar a Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos, cujo primeiro ato – e único até agora, pelo que se tem notícia – foi pedir o fechamento do *Novo Jornal*?

O pedido, conforme noticiei, é um calhamaço de 357 páginas, das quais 323 são cópias xerox de notícias publicadas pelo site www.novojornal.com.br. Elas foram colecionadas, a partir de 3 de janeiro de 2007, pelo Centro de Segurança e Inteligência do Ministério Público Estadual.

É interessante verificar quais são essas notícias que causaram tanto embaraço a tantas autoridades mineiras, que levaram uma delas – o procurador-geral de Justiça – a pedir a um juiz o inédito empastelamento de um jornal eletrônico.

Vamos ver quais foram algumas dessas notícias, publicadas no ano passado. No dia 3 de outubro, destaca-se o seguinte título: "STF: denunciada quadrilha de Azeredo – Procurador-geral, desembargadores, juizes federais, jornalistas e ministro do TST são acusados de formação de quadrilha". E o texto começa afirmando que "uma verdadeira organização criminosa atuou em Minas Gerais, nos últimos 13 anos, viabilizando a impunidade do senador Azeredo". Na última linha, um *link* para a cópia, em PDF, da denúncia apresentada ao Supremo Tribunal Federal.

Todos os denunciados tiveram amplo espaço de defesa no Supremo e certamente fizeram uso dele, mas não se dignaram a defender-se também no *Novo Jornal*. De fato, era uma notícia que provavelmente teve repercussão, dada a importância dos citados: o ex-governador e senador Eduardo Azeredo, o procurador-geral de Justiça Jarbas Soares, o ex-procurador do Estado Arésio D'Amasio e Silva, a desembargadora Márcia Balbino, do Tribunal de Justiça de Minas, o ministro Luiz Philippe Vieira de Melo Filho, do Superior Tribunal do Trabalho, os juizes federais do trabalho Adriana Campos Souza Freire Pimenta e João Alberto de Almeida, os jornalistas Geraldo Melo Corrêa e Américo Antunes, ex-presidentes do Sindicato de Jornalistas de Minas, entre outros.

Se uma quadrilha, ela é, digamos assim, respeitável...

Mas voltemos ao dia 3 de janeiro, data em que começou a investigação dos sábios do Centro de Segurança e Inteligência do Ministério Público. Na tarde daquele dia, o *Novo Jornal* revela que em Minas também se queima ônibus, mostrando a carcaça carbonizada de um deles. "Já não é mais novidade a ninguém que o governo de Minas tenta evitar a divulgação, principalmente pelas grandes redes nacionais de televisão, de reportagens que demonstrem o estado de insegurança que a população mineira vive", começa o texto, num daqueles clássicos narizes-de-cera da imprensa de antigamente. Acrescenta que a notícia

da queima de dois ônibus em Ibitaré foi veiculada pelo MGTV, da Globo, e já estava na ilha de edição do Jornal Nacional, "quando foi determinada a sua retirada".

O xerox seguinte se refere a uma notícia de 9 de janeiro. Curiosamente, uma notícia favorável ao governo. Título: "Índice de crimes violentos em Belo Horizonte teve uma redução de 31,48% de 2003 a 2006, apontam dados das polícias". No dia seguinte, outra notícia inócua, sob o título: "Criminosos em fuga que mantinham policiais e um juiz reféns desde a tarde de terça, em Minas, libertam as vítimas". No mesmo dia, outro xerox com a notícia: "Barragem de bauxita rompe em Miraf e deixa cinco mil pessoas desalojadas; rapaz de 20 anos morre por conta do incidente". Outra notícia, no mesmo dia, afirma que o governo de Minas interditou a mineradora Rio Pomba Cataguases, dona da barragem que rompeu. No dia seguinte, voltou ao assunto, com uma reportagem assinada por Vitor Abdala, da Agência Brasil. E só então o *Novo Jornal* volta a criticar o governo de Minas, dizendo:

“Os últimos acontecimentos ocorridos na área de segurança pública em Minas Gerais demonstram claramente o quanto o setor está desvirtuado e abandonado. O Novo Jornal, nos últimos seis meses, vem publicando diversas matérias sobre o tema, alertando as autoridades da área sobre a necessidade da divulgação da real situação em que se encontra o setor.”

Seguem-se nove parágrafos. Nada que um jornal normal não escreveria, se estivesse examinando essa questão em editorial.

O xerox do dia 12 de janeiro é sobre uma reportagem assinada por Bruno Lousada, ainda sobre as conseqüências do rompimento da barragem. Ou seja, em nove dias de monitoramento pelos inteligentes do MPE, duas notícias assinadas. Se o juiz tivesse folheado o calhamaço, não teria acreditado na versão do Ministério Público de que as matérias publicadas pelo Novo Jornal "não possuem autoria definida, constando somente a inscrição *Nova Opção Ltda – novojornal.com.br direitos reservados* no rodapé da home page".

Por coincidência, na véspera do fechamento, o Novo Jornal havia republicado aquele perfil do presidente do Supremo Tribunal Federal, assinado pela Cristina Moreno de Castro, e publicado originalmente no Tamos com Raiva.

Até o dia 17 de janeiro, a inteligência do MPE continuava só tendo a apresentar notícias sobre a barragem, em seu relatório sobre os crimes do *Novo Jornal*. A do dia 15 era assinada por Cristiane Ribeiro e dizia que o Estado do Rio de Janeiro vai entrar na Justiça pedindo indenização por lama. Dois dias depois, nosso indigitado criminoso atacava com a manchete: "Diante da inexistência de providências do Ministério Público mineiro, Justiça do Rio de Janeiro é que está agindo".

Durante 13 dias, nossos incansáveis agentes da inteligência do MPE puderam descansar. Nenhum xerox. Mas no dia 30 de janeiro, a bomba: "Valerioduto em MG teve dinheiro público – Polícia Federal afirma que rastreamento indica que verba para campanha do PSDB em 1998 veio dos cofres oficiais". E uma foto de Azeredo, da Agência Senado, com a legenda: "Azeredo está envolvido no escândalo".

No dia 1º de fevereiro, o *Novo Jornal* destaca reportagem de Wellton Máximo, da Agência Brasil, sob o título "Conselho Nacional de Justiça limita teto a R\$ 22 mil e suspende pagamento de gratificações a juízes em sete estados".

O que terá levado o SNI do MPE a xerocar essa reportagem? Mistério!

O novo xerox é datado de 5 de fevereiro. É uma matéria de 17 linhas sob o bombástico título "Governo mineiro espiona imprensa". E revela que o *Novo Jornal* estava bem informado. Diz, na abertura:

“Através da Secretaria de Governo, dirigida por Danilo de Castro, e por solicitação da casa militar, diversas atividades de espionagem têm sido desenvolvidas pelo governo de Minas Gerais, inclusive gravações de conversas telefônicas. O alvo das espionagens são deputados estaduais, federais, lideranças sindicais ligadas a categorias profissionais que trabalham em empresas do Estado, seus dirigentes, e o portal de notícias Novo Jornal.”

E conclui dizendo: "É lamentável que dentro do regime democrático permaneçam tais práticas. Ao *Novo Jornal* cabe apenas denunciar o fato, pedindo providências às autoridades, e continuar seu trabalho de maneira profissional e independente."

Continuou, mas só por mais um ano e meio. Até que as autoridades tomassem providências... contra o *Novo Jornal*.

○

Pouco depois de postar este artigo, uma leitora, Juliana, revelou no espaço de comentários que o *Novo Jornal* renasceu, como a Fênix, em novo endereço: www.novojornal.net. De fato. Marco Aurélio Flores Carone conseguiu até mesmo recuperar os arquivos, menos o do dia 13 de agosto, véspera do empastelamento, no qual está o perfil do presidente do Supremo, de que falo neste artigo.

O *Novo Jornal* reapareceu no dia 2 de setembro, com apenas duas notícias, mas no dia seguinte estava quase normal. No dia 4, publicou a seguinte notícia:

Depois de seis anos impedindo ou atrapalhando investigações de corrupção, Procurador poderá sofrer impeachment pela ALMG

E agora, Jarbas Soares? Acusado pelo diretor responsável pelo Novojornal, Marco Aurélio Carone, por incluso no inciso XV do Art. 62 da Constituição Estadual de Minas Gerais, C/C Art. 40 da Lei 1,059/1950, que classifica como crime a utilização de seu cargo com finalidade e objetivo pessoal, o Procurador Jarbas Soares Júnior deverá ser julgado pelo Legislativo Estadual mineiro.

A condenação prevista é a perda do cargo. Membros do Legislativo já antecipam que dificilmente o Procurador será condenado, uma vez que o atual Presidente da Assembléia é um dos deputados investigados por Jarbas Soares.

O Procurador Geral, Jarbas Soares Junior, terá também que prestar esclarecimento na Procuradoria de Justiça a respeito de seu impedimento argüido por Marco Aurélio Carone, nos termos do Art. 134, I, II e III, 138, I, 312, 313 do CPC e Art. 8º da Lei Complementar nº. 34/94 (Lei Orgânica do Ministério Público de Minas Gerais). Segundo seus advogados, jamais ele poderia ter representado contra o diretor responsável do Novojornal por ser inimigo pessoal do mesmo desde 1995, quando, a serviço do atual senador Eduardo Azeredo, comandou o fechamento do Jornal Diário de Minas. Carone, inclusive, já o havia denunciado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) por formação de quadrilha. Se considerado suspeito nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público, a denúncia feita por Jarbas Soares será entregue ao Procurador mais velho, que decidirá se formula outra, uma vez que, nos termos da lei, esta ficará anulada.

Foi através da denúncia de Jarbas Soares que, em desacordo com toda legislação existente no País, o Sítio Novojornal, foi retirado do ar, a alegação era a de que o Sítio publicara matéria que ofendia a honra do Procurador. Por que o Procurador Jarbas Soares não nos processou? Eu sei a resposta, é porque ele sabe que temos a documentação que comprova o que noticiamos. A denúncia é uma fraude completa, como já foi comprovado, afirma Carone. Além desta matéria, o Procurador responde por crime de prevaricação, improbidade administrativa, falsidade ideológica, certidão ou atestado

ideológico falso, falsidade material de atestado ou certidão, denúncia caluniosa, falso testemunho ou falsa perícia, favorecimento pessoal e abuso de autoridade, todos nos Termos do Código do Processo Penal, perante o TJMG, Inquérito 1.0000.080481736-0/000, ocasião que será pedido a quebra de seu sigilo fiscal e bancário. Carone promete surpresas.

Advogados de Marco Aurélio já preparam diversas exceções de suspeição de desembargadores que julgaram Jarbas. Segundo ele, será também no Tribunal de Justiça que conseguirá, judicialmente, a lista dos deputados processados pelo Procurador Geral.

Para Marco Aurélio Carone, tudo só será resolvido em Brasília, porém, é necessário que respeitem a Imprensa, seus profissionais e as empresas que a exploram, pois não são todos os empresários que tem rabo preso. "Estamos regulares em todos os níveis, federal, estadual e municipal, além de devidamente registrados, conforme prescreve a Lei de Imprensa. Não admito que um Procurador arbitrário e leviano venha chamar minha empresa de organização criminosa, pois, ao contrário, foi ele que desvirtuou uma instituição democrática", frisa.

Vamos acompanhar o vôo da Fênix!

(12/9/2008)

Coronelismo no Ministério Público mineiro

A Constituição estabeleceu que o procurador-geral de Justiça do Estado seria eleito pelos membros do Ministério Público estadual, mas não garantiu a posse ao mais votado. O que valia era a caneta do governador, não o resultado das urnas. O governador poderia escolher qualquer um da lista tríplice formada pelos três mais votados pelo colégio eleitoral.

A tradição dos governadores mineiros, desde então, foi nomear sempre o mais votado pelos promotores e procuradores. (Mas, em 2004, esse bom hábito democrático foi quebrado por Aécio Neves, do PSDB, que nomeou para procurador-geral de Justiça do Estado o último colocado da lista tríplice à época: Jarbas Soares Júnior).

Em 2008, a mesma situação se repetiu. A lista tríplice era formada pelos procuradores de Justiça Nedens Ulisses Freire Vieira (535 votos), Alceu José Torres Marques (529) e Epaminondas Fulgêncio Neto (289).

Temendo que Aécio Neves tivesse uma recaída e nomeasse Alceu Torres em vez do mais votado, o presidente do Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público), José Carlos Cosenzo, enviou em meados de novembro ofício ao governador, ressaltando que “as entidades representativas da classe têm assumido historicamente o compromisso de defender a escolha do candidato mais votado nas eleições para as composições das listas tríplices”.

Apesar disso, o governador escolheu o segundo mais votado. Em entrevista, durante a solenidade de posse, o neto de Tancredo justificou: “Qualquer das escolhas dignificaria o Ministério Público, mas cabe ao governador fazer aquilo que determina a Constituição, optar por um. O doutor Alceu Torres tem experiência fortemente consolidada ao longo da administração do procurador-geral, doutor Jarbas Soares. E acredito que ele aponta também para o futuro do Ministério Público. Espero que ele possa construir uma grande convergência. A unidade do poder é fundamental para o êxito das suas ações.”

O que se esperar dessa grande convergência?

Não sei. O que se vê, por enquanto, é uma reação. Começou na Assembléia Legislativa, com um discurso do líder do PT, deputado Durval Ângelo, em 27 de novembro. “Há seis anos, o Presidente Lula, tanto em relação à Defensoria da União, quanto ao Ministério

Público Federal, tem tido o procedimento de escolher sempre o mais votado da lista tríplice”, disse o petista, acrescentando: “É interessante que os Estados mais importantes do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, têm escolhido o mais votado. Geralmente, há exceção nos Estados onde ainda predomina o coronelismo, onde as relações não são transparentes, onde a imprensa não é livre nem independente para denunciar, onde as instituições realmente não funcionam.”

O líder do PT mineiro, partido que em Minas se destaca pela não-oposição sistemática a Aécio, dessa vez bateu forte: “Optou-se por um Ministério Público de colunas sociais, de baladas, de coquetéis milionários”. Apenas um petista, André Quintão, saiu em defesa do governador, alegando: “O que está errado é o sistema de lista tríplice. Para que haja democracia, então que se escolha diretamente o mais votado”.

Uma boa questão, sem dúvida!

Quando a poeira parecia assentada, como costuma ocorrer na política mineira, eis que recebo nesta semana uma denúncia. O missivista começa dizendo que o novo procurador-geral chegou à cúpula do Ministério Público há uns dez anos, escolhido procurador-geral adjunto (uma espécie de vice) pelo então procurador-geral Márcio Decat, que depois sofreu impeachment dos colegas por envolvimento em escândalos dos caça-níqueis. Foi substituído por Nedens.

Alceu Torres é casado com uma juíza federal de Belo Horizonte, titular de uma vara criminal.ⁱⁱⁱ Quando cumpria plantão, num fim de semana no final de fevereiro de 2008, essa juíza teria concedido liminar em mandado de segurança cível relacionado a um processo que já tramitava há um ano numa vara cível da Justiça Federal, liberando para o Estado o equivalente a um bilhão de dólares. Segundo a Secretaria da Fazenda, os valores estavam bloqueados, indevidamente, porque o INSS negava-se a fornecer ao Estado uma certidão positiva de débitos com efeitos de negativa. A recusa impedia a assinatura de convênios com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Governo Federal, para a implementação do segundo choque de gestão.

Será que os fins justificam os meios?

O mandado de segurança cível com pedido de liminar teria sido diretamente (sem distribuição) entregue à juíza após as 18h de uma quinta-feira. (É possível conhecer com

bastante antecedência a escala dos juízes plantonistas). A autoridade impetrada seria o Delegado da Receita Federal e Previdenciária em Minas. Sempre que não há urgência urgentíssima, os plantonistas determinam a autuação, o registro e numeração dos autos, solicitam informações e encaminham o processo ao titular (no caso, a Titular da Vara Cível estaria atuando algumas horas mais tarde, no expediente ordinário da sexta-feira - dia útil!).

Mas a liminar foi concedida em pouquíssimo tempo pela juíza plantonista... O número do processo é 2008.38.00.006053-9.

Esse assunto ainda não foi objeto de nenhuma apuração pela imprensa, tampouco pela Corregedoria de Justiça. Ainda há tempo para tirar isso a limpo.

(12/3/2009)

Um novo colaborador do blog

Meu nome é Manoel Pereira^{iv}, padeiro aposentado. Nasci na boa terrinha, há bem uns... deixa pra lá!

Estarão aí a perguntar aos seus botões, e eu com isso? Ora, pois! Sou um homem bem educado e estou a me apresentar, se bem notaram. E daí? De novo? Explico: fui convidado pelo Fernando Massote, velho freguês, a escrever aqui no lugar do José de Castro que prometeu a sua mulher nunca mais escrever em blogs. Acho que ele está com medo dos juízes.

O Massote é que me contou: esse jornalista aí, que eu não tive o prazer de conhecer, leu na *Folha de S. Paulo* que um jornal do interior paulista chamado “Debate” foi condenado a pagar a um juiz indenização de R\$ 593 mil. E que as condenações de jornalistas custam em média 1.132 salários mínimos (R\$ 526 mil!) quando o reclamante é um juiz. Para os outros cidadãos injuriados ou difamados pela imprensa, a média é de 361 salários mínimos, o que também acho um absurdo. Será quanto ganha um repórter? Não sei, mas não trocaria com esse aí o que eu ganhava como padeiro. Sou português mas não sou burro. Isso é óbvio.

Tanto não sou burro, que não levei a sério a lengalenga do Carlos Britto, ministro do Supremo. Não sei se viram. Numa entrevista na televisão sobre o fim da lei de imprensa, ele disse que os juízes, como os outros funcionários públicos, não podem querer ficar ricos à custa da liberdade da imprensa, estipulando indenizações milionárias. Faz sentido. Mas ele afirmou também que juiz é como a mulher de César, não basta ser honesto, tem que parecer honesto. Aí fica mais difícil...

Voltando à vaca fria. Antes de aceitar o convite do Massote, liguei para o Castro. Como disse, não o conhecia, mas queria porque queria saber quanto ele ganhava para escrever em blog. Nada! Nem no blog do Massote, nem na Novae e nem no Observatório da Imprensa.

Pois, pois! Mais um que trabalha de graça neste país de m... meu Jesus! Deve ser por isso que há tanto mineiro estacionado lá na terrinha, apesar das magnificências das Minas Gerais transmitidas pelas propagandas do governo na televisão e nos jornais.

Mas fui cutucando aquele intrépido jornalista, e ele acabou confessando que parou de escrever, apesar das dezenas de mensagens de incentivo que recebeu naquele abaixo-assinado aqui ao lado e do apoio da Sandra Starling em [artigo](#) no jornal *O Tempo*, de 8 de

julho, porque tem medo de ser condenado por causa do artigo “Coronelismo no Ministério Público Mineiro”, que eu não me animei a ler, é muito longo! Mas, eu dizia, ele tem medo de não ter como pagar a indenização, mesmo se esta ficar na média das indenizações cobradas aos jornalistas.

Já que estava com a mão na massa, me disse o tal jornalista que se aposentou há alguns anos com 10 salários mínimos, mas está recebendo hoje do INSS menos de quatro. Sou bom de conta e nem podia ser diferente, depois de meio século lá na padaria recebendo trocados e fazendo cálculos e mais cálculos para conseguir pagar todos aqueles impostos cobrados pelo governo dos pobres padeiros. Pois então, vejamos: 1.132 salários mínimos divididos por 4, o valor mensal da aposentadoria. Resultado, 283. São 283 benefícios da Previdência Social. São 23 anos ao todo, para ajuntar o dinheiro que ele, na sua neurose, pensa que vai ter que pagar à juíza.

Cada doido com sua mania. Tratei de me despedir logo, pois a língua me coçava. Tinha vontade de dizer algumas verdades àquele jornalista medroso. Raios, como alguém pode temer um absurdo desse? E ainda vem com a conversa de que calar-se para sempre é também uma forma de protesto contra esses usos indevidos da justiça...

Eu não tenho medo de nada, está visto, tanto que estou a escrever essas mal traçadas linhas. Bem, é verdade que desta pedra aqui não sai leite, pois não tenho onde cair morto, vivendo que estou de uma mísera aposentadoria, pois doeí tudo em vida aos filhos, aqueles mandriões. Eu quero viver, até a visita da velha senhora da gadanha, um antigo sonho: nunca mais pagar impostos sobre nada. IPTU, IPI, IPVA, renda... nada!

Estou sendo modesto, quando falo em mal traçadas linhas. Escrevo bem, para um ex-padeiro. Já vi médico escritor, caminhoneiro escritor, marinheiro escritor, mas padeiro, não conheço. Meus amigos, antigamente, só pra chatear, diziam-me que homem não vive só de pão. Eu fazia questão de mostrar a eles que também alimentava meu espírito. Eu lia jornais – *oEstado de Minas*, que eu pegava na banca ao lado em troca de alguns pãezinhos. Claro, não precisavam saber que meu pobre jornal era fruto de um escambo, mas eu lia mais que jornais. Li também os clássicos: quando menino, Rafael Sabatini, Condessa de Ségur, Tom Mix, Fu-Manchu, Tarzan... Depois Edgar Wallace, Bocage, Cassandra, Adelaide Carrara, Paulo Coelho... Paulo Coelho, não!

Vou parando por aqui. Se der certo, se o número de visitas satisfizer ao Massote, volto qualquer dia desses. A vantagem de trabalhar de graça é que o patrão não pode ficar aí no seu pé, a exigir mais e mais pão do espírito a sair quentinho do forno. Não é isso, professor? Vou aproveitar o tempo livre pra me instruir, ouvindo os discursos do Aécio Neves...

CIDADE ADMINISTRATIVA

A caminho, o cabidão de empregos

Aleluia! O governador de Minas, Aécio Neves, que está sendo preparado pela direita brasileira para disputar com Lula a presidência da República, daqui a dois ou a seis anos – um prazo curto, para quem pensa no Brasil pela perspectiva dos 500 anos passados de poder quase absoluto – começa a mostrar para que vem.

Seu grande projeto para o Estado, divulgado nesta terça-feira pelo jornal Hoje em Dia, não podia ser melhor. Afinal, é uma obra do recém-lançado programa de Parceria Público-Privada (PPP). Ou seja, o governo, no final, paga os custos, a privada embolsa os lucros.

Pelo brilhante projeto, cuja parte arquitetônica foi entregue ao escritório do comunista Oscar Niemeyer, um cidadão acima de qualquer suspeita, o governo de Minas vai se solidarizar com os pobres deste país, passando a ser mais um locatário.

A mágica é simples. Ele assina contrato garantindo a investidores privados o pagamento de aluguéis por 30 anos – em princípio – para que eles possam aplicar seu rico dinheirinho na construção do Centro Administrativo do Governo do Estado de Minas Gerais. Marcos Sant'Anna, que já foi vice-prefeito de Belo Horizonte no governo socialista de Célio de Castro (PSB), antes de ser presidente do sindicato das empreiteiras de obras públicas de Minas – e da Construtora Sant'Anna – é hoje coordenador do Instituto Horizontes, uma ONG criada para defender os interesses das velhas empreiteiras, sem o ranço do sindicato. Ele foi um dos entrevistados, e foi logo informando o que até as pedras do caminho sabem: "O setor privado só investe se for rentável".

Pois mestre Sant'Anna pode dormir em paz, que o atual governo de Minas está disposto a garantir essa rentabilidade. Mesmo que, para isso, tenha que desocupar o Palácio da Liberdade, o Palácio dos Despachos e todas as venerandas sedes das Secretarias de Estado, construídas há quase um século na Praça da Liberdade. Sem qualquer risco de protesto pelos intelectuais e artistas mineiros, pois esses prédios serão destinados a um Centro Cultural, em cujas paredes, mais que quadros, serão pendurados centenas ou milhares de cabides de empregos.

Enquanto isso, a sede do antigo Bemge – vendido a preço de banana para o Itaú, no governo Eduardo Azeredo (outro tucano de bela plumagem) – com seus imponentes 25 andares, continua desocupado. Seria exigir muito do barnabé mineiro ir trabalhar na Praça

7, no coração da cidade, um ponto muito movimentado e perigoso (um em cada 10 mil poderia morrer ali, atropelado ou assassinado num assalto).

Certamente, será mais divertido ocupar um espaço nos 600 mil metros quadrados do Aeroporto Carlos Prates, onde será erguido o Centro Administrativo, com área construída de 300 mil metros quadrados.

Um belo cabide de empregos, que será pago com o seu, o meu, o nosso dinheiro, nem que para isso o governo brasileiro tenha que vender para os gringos a Amazônia.

(18/5/2004)

Um elefante incomoda muita gente

A assessoria do governador Aécio Neves está distribuindo hoje à imprensa release sobre entrevista dele durante visita à Cidade Administrativa em construção no caminho para Confins. “Essa obra é, na verdade, muito mais do que a maior obra civil da América Latina. Ela é um vetor de desenvolvimento econômico para a cidade de Belo Horizonte”, diz Aécio que fala que o governo fará economia anual de R\$ 80 milhões com aluguéis, conta de luz, telefone, correios e que tais.

Evidentemente, não tenho como contestar esses números e projeções, pois sequer tenho acesso aos estudos feitos. Pena que nossa imprensa não se interesse por apurar se é verdade tudo o que o governo mineiro diz. E acho que ele só não tortura as estatísticas para que elas falem o que lhe for mais conveniente, se não quiser, pois não há a contestá-lo nem imprensa, nem legislativo e nem Ministério Público... ops! escapou-me este último, apesar da advertência do intrépido Manoel Pereira, aquele padeiro que veio me substituir aqui e desistiu depois de pôr o bigode de molho.

Quem quiser saber mais o que Aécio disse, pode ler os jornais mineiros ou ir ao site do governo na Internet. Vou-me ater, aqui, à reportagem publicada no dia 30 de maio último pela revista *Época* e que foi editada na Internet, onde é amplamente divulgada.

O que eu poderia escrever a respeito que já não o tenha feito o professor Fernando Massote no artigo “O Faraó Aécio Neves”, publicado neste blog em 5 de junho e que cita o mesmo repertório dos *slides* em que a reportagem se transformou? Em vez de pirâmide, será que eu poderia chamar aquilo de Elefante Branco?

Mas, haja elefante! O artigo da *Época* diz que “o conjunto terá 71 elevadores, 13.000 toneladas de aço (peso equivalente a 1.900 elefantes) e 100.000 metros quadrados de vidro (o suficiente para cobrir 12 Maracanãs)”. Um pesadelo para marajá nenhum botar defeito: 1.900 elefantes desembastados a pisotear nosso solo, enquanto o erário mineiro não tem, há sete anos, dinheiro para conceder reajuste digno aos servidores estaduais e, principalmente, aos aposentados.

Neste ponto, tenho que voltar à entrevista de Aécio Neves. Ele diz: “Não são recursos do Tesouro. Os investimentos na Cidade Administrativa são recursos da Codemig, uma empresa de desenvolvimento do Estado, recursos que só podem ser utilizados em

investimentos que visem o desenvolvimento da cidade, por exemplo, em distritos industriais, centros de convenções, e optamos por concentrar, pelo menos durante esses três anos, a maior parte dos recursos nessa obra indutora do desenvolvimento da cidade. Não são, portanto, recursos orçamentários que poderiam estar sendo utilizados para outros fins, como o custeio da máquina e como salário de servidores”.

Ah, bom!

De qualquer forma, as hipérboles comparativas são muitas na reportagem da *Época*, o que talvez possa ser confundido com propaganda de Aécio, impressão amenizada pela informação seguinte do repórter Ricardo Mendonça: “Divulgado com cautela pelo governo, o custo de R\$ 1,2 bilhão da Cidade Administrativa diz respeito apenas à parte de construção civil. Depois disso, cerca de R\$ 50 milhões serão necessários para instalar móveis e divisórias, montar a estrutura de informática e fazer a mudança efetiva das secretarias”. Ou esta informação: “A construção do complexo está dividida entre nove das maiores empreiteiras do país. (...) Algumas das construtoras são tradicionais doadoras de recursos para campanhas eleitorais – de todos os grandes partidos políticos no Brasil, diga-se. Das nove contratadas para fazer o complexo mineiro, oito doaram dinheiro em pelo menos uma das duas campanhas de Aécio para governador”.

Diria, então, que não se trata de propaganda da *Época* para Aécio. Não sei se poderia dizer o mesmo do uso que se está fazendo da reportagem na Internet sob o título “Eta, que mineiro não brinca em serviço...”

E não sou eu a duvidar disso. O projeto do Centro Administrativo, que a revista está chamando de “maior investimento do governo Aécio em quase sete anos” e “a maior edificação em andamento em toda a América Latina”, começou de forma até modesta, em comparação, mas como mineiro não brinca em serviço...

Explico: em maio de 2004, ao anunciar que o Centro Administrativo seria construído na área de 600 mil metros quadrados do antigo Aeroporto Carlos Prates, o governo de Minas dizia que seria uma Parceria Público-Privada (PPP) e a área construída de 300 mil metros quadrados. As obras estavam orçadas em R\$ 500 milhões e acabaram licitadas no fim de 2007 por R\$ 949 milhões, agora sem a parceria da iniciativa privada e num outro local. A área total do projeto, informa a *Época*, é de 804 mil metros quadrados. Mas a área

construída baixou para 297 mil, enquanto o orçamento mais que duplicava, para R\$ 1,2 bilhão.

Vamos supor que a obra não seja um elefante branco e muito menos uma pirâmide a merecer um registro no Guinness, como sugere a *Época* frente ao “maior vão-livre de concreto suspenso da história da arquitetura”, ou seja, um bloco de 147,5 metros de comprimento por 17,2 metros de largura. Vamos supor que o governo de Minas concentre ali, conforme prometeu hoje Aécio Neves, cerca de 16 mil funcionários públicos para atender a uma população flutuante, segundo a *Época*, de 10 mil pessoas por dia. (Nesse caso, não seria, tampouco, uma cidade fantasma).

Sobretudo, vamos dar um crédito de confiança ao subgerente de Controle de Obras da futura “Cidade Administrativa de Minas Gerais”, Otávio Neiva, que disse à *Época* que “isso aqui vai ficar fantástico” e que “vai ter uma prefeitura interna só para cuidar do conjunto, 5 mil vagas de estacionamento, área de convivência com restaurantes, lanchonetes, bancos. E até ônibus para circulação interna, tipo a Disney”.

Se nada disso acontecer, porém, estaremos diante de um novo Grande Hotel de Araxá...

Para quem não conhece a história: o Grande Hotel e as Termas de Araxá foram construídos pelo governo de Minas nas décadas de 30 e 40, com investimentos equivalentes ao orçamento estadual de um ano inteiro da época. O magnífico conjunto arquitetônico e artístico, com área construída de 49.600 metros quadrados, foi inaugurado em 1944 pelo presidente Getúlio Vargas. Dois anos depois, o jogo foi proibido no país e o Cassino do Grande Hotel permaneceu fechado desde então. Nascia um elefante branco: em vez de lucrar com o jogo e o turismo, o governo só tinha prejuízos. Era administrado pela estatal que mais tarde mudou de nome para Codemig, a mesma que está custeando o Centro Administrativo. Em 1994, o então presidente da estatal, Carlos Cotta, mandou fechar todo o conjunto arquitetônico, para reformas, tendo em vista sua transferência, mas três tentativas de privatização, no governo Eduardo Azeredo (PSDB), fracassaram.

Carlos Cotta, como Aécio Neves, pensava grande. Ele tinha em mãos projeto que previa a transformação do Barreiro de Araxá num grandioso resort, com investimentos totais, até 2004, estimados em cerca de US\$ 250 milhões. O governador Eduardo Azeredo era entusiasta desse plano, que, infelizmente, não saiu do papel. O Plano Diretor conceitual do Pólo Turístico previa a ocupação de 93,2 hectares por novos hotéis e atrações turísticas

diversas. Os estacionamentos ocupariam 18 hectares. Outros 21,5 hectares seriam destinados a clínicas médicas e psicológicas particulares. O Plano previa ainda Centro de Esqui e Academia de Golfe, Fazenda Experimental, Centro Hípico, Arena de Rodeios e um Anfiteatro ao lado da Fonte Dona Beja. Tudo estaria ligado por sistema de transporte do tipo monotrilho.

Tempos depois, a Maquiné Empreendimentos S/A, administradora do único hotel cinco estrelas de Belo Horizonte, o Ouro Minas, venceu licitação e passou a administrar aquilo que batizou de Ouro Minas Grande Hotel de Araxá Termas & Resort. Apesar do nome grandioso, a Maquiné prometeu investimentos de apenas 3 milhões de reais no empreendimento. O projeto de 250 milhões de dólares de Carlos Cotta fora esquecido, mas o governador Aécio Neves estava satisfeito: se não houvesse interessado, a Codemig seria obrigada a fechar a principal atração turística de Araxá ou, então, voltaria a ser hoteleira... e se reiniciaria o ciclo de prejuízos.

Como incurável pagador de impostos e apesar de meu ceticismo inveterado, vou torcer por uma coisa: que a Cidade Administrativa seja mesmo o que afirma o governador que será, pois seria mil vezes mais triste se, no futuro, viajantes a caminho de Confins tiverem o sentimento de frustração que me assalta ao contemplar as ruínas da fábrica da Companhia Mineira de Cervejas às margens da BR-040, aquela que, nos anos 60, prometia ser um marco da nova industrialização de Minas Gerais. Não desejo tal coisa à memória de Aécio Neves, logo ele que, até onde sei, nunca teve fama de apreciador de cerveja...

(7/8/2009)

O elefante branco de Aécio Neves



Há quase três meses, este blog publicou o artigo intitulado “Um elefante incomoda muita gente”, em que manifesto preocupações com o custo do Centro Administrativo de Minas Gerais, obra prevista inicialmente para custar R\$ 500 milhões e que não sairia por menos de R\$ 1,2 bilhão, segundo reportagem publicada pela revista *Época* no dia 30 de maio deste ano. A esse valor, a revista acrescentava R\$ 50 milhões a título de móveis e divisórias, montagem da estrutura de informática e mudança das secretarias de Estado. Mas ao ler hoje reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo*, minha preocupação aumentou. Os elefantes numéricos estão

crescendo descontroladamente, pelo visto.

Senão vejamos. O repórter Breno Costa, que não é mineiro, mas chegou a Belo Horizonte neste ano para reforçar a cobertura de imprensa de um grande Estado que tem seu governador empenhado em se tornar candidato a presidente da República pelo PSDB, descobriu que em setembro passado a Secretaria do Planejamento homologou por R\$ 81 milhões a licitação para comprar móveis para a Cidade Administrativa. Ou seja, em apenas quatro meses, praticamente dobrou o preço dos móveis, entre uma reportagem e outra. Mas não era isso, aparentemente, o que preocupava o repórter do jornal paulista. O que o intrigava era a disparidade de preços possibilitada pelo “método do edital da licitação”.

Ao lidar com a maior licitação do gênero no país neste ano, segundo a *Folha de S. Paulo*, a Secretaria do Planejamento dividiu cada grupo de itens (mesas, cadeiras, divisórias, etc.) em quatro lotes, com especificações técnicas idênticas. Além disso, a empresa vencedora de dois lotes estaria automaticamente fora da disputa dos outros grupos da mesma mobília. Essa sábia decisão teve uma consequência no mínimo curiosa: “O

governo mineiro vai pagar uma diferença de R\$ 7,9 milhões a empresas distintas para comprar móveis exatamente iguais”, verificou o repórter.

São publicados alguns exemplos: uma empresa vai receber R\$ 731,76 por unidade, num lote de 10.024 cadeiras com assento e encosto em tecido de pura lã. Um total de R\$ 7.335.162,24. Outra empresa vai fornecer 10.024 cadeiras do mesmo tipo, custando cada uma R\$ 1.131,44 (R\$ 11.341.554,56 no total). Uma diferença de R\$ 4.006.392,32 entre um lote e outro.

E não para aí: essa proposta vencedora “foi a sétima mais cara, já sem a primeira firma na disputa. Outras seis que ofereceram preços menores foram eliminadas na análise do protótipo do produto”. Acrescenta o repórter que “a eliminação de propostas na análise das amostras se repetiu em outros lotes, garantindo a vitória de ofertas mais caras. Na compra de 264 mesas idênticas, uma empresa fornecerá cada uma por R\$ 360,47 e outra, por R\$ 1.796,91 – esta venceu, embora mais cara que outras duas reprovadas”.

Especialistas ouvidos pelo jornalista Breno Costa disseram que a divisão de lotes não é ilegal e evita que o governo fique dependendo de um único fornecedor, “desde que isso seja econômico”. E o governo parece considerar que foi, pois afirmou ao jornal que as propostas vencedoras de todos os lotes licitados ficaram abaixo dos valores estimados inicialmente.

Ou seja, nenhuma empresa pode reclamar da falta de generosidade das previsões de custos governamentais nessa obra faraônica. Aparentemente, o governo mineiro estava preocupado também com a saúde financeira, pois, ao justificar a decisão, afirmou: “Havia um temor de que empresas grandes ganhassem todos os lotes, não dando chances para que pequenas e médias pudessem competir”.

Cabe aqui um parêntesis: o mesmo jornal informou, também nesta segunda-feira de Finados, agora numa reportagem assinada por uma jornalista mineira, Fernanda Odila, que trabalha na sucursal de Brasília, que nem mesmo a modalidade considerada mais transparente entre as licitações públicas está imune a fraudes. Ela se refere a um estudo da Controladoria Geral da União (CGU) sobre compras feitas pelo governo federal entre 2005 e abril deste ano. E destaca o caso de uma microempresa mineira, a TBI Segurança. No ano passado, ela foi vitoriosa com um lance de R\$ 443,8 mil, para prestar serviço de vigilância armada na unidade do Iphan (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em Minas Gerais. Em 2007, a TBI já havia recebido R\$ 488,9 mil em contratos com cinco

ministérios, valor duas vezes maior que o limite legal de R\$ 240 mil de faturamento anual de uma microempresa. A TBI informou que prestou contas à Receita e hoje não mais atua como microempresa.

Moral da história: nenhum governo está livre de empresários que acham um jeitinho de contornar as leis nas licitações. Mas voltemos ao Centro Administrativo. O site www.centroadministrativo.com.br, criado para acompanhar a execução do projeto e fazer sua apologia, afirma:

“Faltando pouco menos de três meses para a mudança dos primeiros servidores, a Cidade Administrativa tem sua infraestrutura praticamente finalizada. Até o momento, 85% dos sistemas de drenagem, que somam 7 mil metros de tubulações, já foram implantados. A pavimentação de 176 mil m² do terreno está 60% concluída e 65% das redes externas (água, esgoto, incêndio, rede elétrica) encontram-se instaladas. Ao todo, serão 133 mil metros quadrados de grama, dos quais metade está plantada e os 123 mil metros quadrados de hidrossemeadura (mistura de sementes com fertilizantes) encontram-se concluídos.

Nos cinco prédios, 70% das instalações internas (sistemas elétricos, de combate a incêndio e de refrigeração) estão prontas. As fachadas de vidro nas secretarias estão ainda mais adiantadas (99%), enquanto que, no centro de convivência, faltam 15% para finalização desta etapa. Na sede, 40% do edifício estão recobertos hoje. Os túneis 1 (para circulação de veículos) e 2 (pedestres e ciclistas) já têm, respectivamente, 90 e 110 metros de escavações feitas. Cada túnel terá 152 metros de comprimento.”

Vamos todos torcer para que tudo termine logo. Cada mês de demora vai sair muito caro para os contribuintes mineiros. Pois, como vimos, esses orçamentos da obra se alimentam com minutos, horas, dias, meses e anos – e, com o passar do tempo, o elefante vai crescendo e se multiplicando tanto que nem vai caber mais dentro dessa magnífica “pirâmide” mineira.

(2/11/2009)

A Cidade Administrativa e “o povo que paga”



Nesse esforço de manter os leitores informados sobre a Cidade Administrativa a ser inaugurada oficialmente dia 4 de março, começo a sentir-me como um tratador de elefantes no zoológico. É que não consigo diferenciar, mentalmente, a maior obra do governo mineiro e aquele *elefante branco* que o professor Massote, no artigo “O Faraó Aécio Neves”, em junho passado, viu como o espectro de uma pirâmide, pois construída para preservar para a eternidade, como se Egito fossem as Minas Gerais, a glória de nosso governador – e “cujo custo é sempre e covardemente o povo que paga”.

Essa última frase voltou-me à memória, no último dia 18, ao ler notícia assinada pelo repórter Breno Costa, da Agência Folha em Belo Horizonte, dizendo que uma disputa judicial estava atrasando a inauguração da Cidade Administrativa, orçada em R\$ 1,2 bilhão.

“Mais de um ano após iniciar processos judiciais de desapropriação de cinco glebas ao redor do terreno de 840 mil m² onde é erguida a estrutura da Cidade Administrativa, a

estatal Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais) ainda não obteve a posse de nenhuma das áreas, de tamanho total equivalente a 120 campos de futebol. Entre elas está o terreno onde desembocará o túnel que dará acesso à Cidade Administrativa, por baixo da rodovia MG-010, que liga Belo Horizonte ao aeroporto de Confins. A obra, orçada em R\$ 68,5 milhões, está paralisada”, revelou o jornal paulista.

Pelo andar da carruagem, o povo vai ainda pagar mais caro, como veremos.

Conforme apurou o repórter, são cinco áreas em processo de desapropriação. Os donos dos terrenos, entre eles o Banco Santander e construtoras, não concordaram com o preço estipulado para a indenização, de R\$ 27,24 por metro quadrado, e entraram na Justiça. Para justificar o preço, foram apresentados, em novembro de 2008, laudos feitos pelo governo em 2005.

Aparentemente, só o governo não sabia que o anúncio da instalação da Cidade Administrativa provocaria uma desenfreada especulação imobiliária na região, a 18 km do Centro de Belo Horizonte. Como é o povo que paga, não se preocupou em assegurar antes a posse definitiva dos terrenos. “Até agora, a Codemig não obteve a posse de nenhum dos cinco conjuntos de área alvos das ações de desapropriação, num total de mais de 1 milhão de metros quadrados”, apurou Breno Costa.

Segundo ele, os proprietários, “com laudos periciais mais recentes, querem até R\$ 600 por m², o que poderia elevar a indenização para a casa dos R\$ 400 milhões, ante os cerca de R\$ 30 milhões pretendidos pela Codemig”.

Ou seja, em vez de R\$ 1,2 bilhão, “o povo que paga” vai desembolsar cerca de R\$ 1,6 bilhão.

Nos tribunais, conforme apurou o mesmo repórter – o único da grande imprensa interessado nesta questão – o governo acusa os laudos periciais de serem “equivocados e tendenciosos”. Os proprietários, por sua vez, afirmam que a Codemig invadiu área particular – aquela em que está sendo construído o túnel de acesso à Cidade Administrativa, ao custo de R\$ 68,5 milhões. Em 16 de dezembro passado, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte, Mariângela Faleiro, arbitrou em R\$ 150, por metro quadrado, o valor a ser pago provisoriamente pelo governo. Ou seja, 25% do que pretendiam receber os proprietários, mas quatro vezes mais que o oferecido inicialmente pelo Estado. A decisão não agradou, e os proprietários pediram revisão do valor para R\$ 319. Em outras duas áreas

desapropriadas na vizinhança da Cidade Administrativa, decisões do juiz de primeira instância favoráveis ao governo foram derrubadas pelo Tribunal de Justiça.

Ultrapassada essa batalha, quando o for, “o povo que paga” vai assistir – se é que vai, pois a imprensa não trata dessas questões menores que só servem para aborrecer ao nosso governador – um outro espetáculo: o do repasse à iniciativa privada das áreas desapropriadas, para construção de shopping center, hotel e prédios de escritório, como forma de viabilizar o funcionamento da Cidade Administrativa.

Nem vamos entrar agora nessa questão e nem mesmo se é correto o governo declarar de utilidade pública e desapropriar um imóvel que será usado depois para atividade típica da iniciativa privada, como exploração comercial. Há quem ache isso um desvirtuamento da atividade do poder público.

Enquanto isso, no dia 28 de janeiro, Aécio Neves anunciou o cronograma para a mudança do governo para a Cidade Administrativa, enquanto a briga na Justiça continua. O grande interesse da imprensa mineira e nacional, hoje, é quanto o governo de Minas, via Codemig, vai gastar para anunciar a inauguração da Cidade Administrativa. Há grandes expectativas. A agência de publicidade encarregada da divulgação vem sendo assediada por gerentes comerciais de jornais, revistas, rádios e televisões.

Não sei se haverá frustrações, mas como é o povo que paga...

No dia 22 de fevereiro, primeira segunda-feira depois do Carnaval, começa a transferência dos primeiros servidores para a Cidade Administrativa, os que trabalham na Governadoria, Vice-Governadoria, Secretaria de Planejamento e Gestão, Secretaria de Governo, Gabinete Militar, Núcleo do Programa Estado para Resultados e Sistema Estadual de Meio Ambiente. Conforme Aécio Neves, o objetivo é migrar todos os órgãos e entidades até outubro deste ano, estimando a transferência de 1.800 a 1.900 servidores por mês.

O governador não espera reações desfavoráveis dos servidores, porque aprendeu com JK, que enfrentou sabiamente a questão de fazer com que o barnabé trocasse sem bufar o Rio por Brasília, nos anos 60. Os transferidos receberão benesses (pagas pelo povo, mas deixa pra lá, quem se importa?). Lei aprovada pelos deputados e sancionada por Aécio Neves no dia 7 de janeiro permite reduzir em até 25%, no ano de 2010, a jornada de trabalho dos servidores transferidos, das administrações direta e indireta, sem perda salarial.

Para chegar ao novo local de trabalho, o trabalhador poderá ir de metrô até a Estação Vilarinho e lá pegar um ônibus gratuito.

E o povo que paga? Para ele, não está previsto transporte gratuito. Mas quem, em sua consciência, se não for empreiteiro de obras públicas (ou candidato a tal), viajará até essa cidade fantástica na esperança de ser atendido pelo governo? Os poucos serviços oferecidos ao pagador de impostos certamente não estarão ali. A Cidade Administrativa não foi construída para o povo, mas para os burocratas do governo. E para mostrar à posteridade a grande obra – de 1 bilhão e 600 milhões de reais – daquele que governou Minas Gerais por oito anos, até 2010.

Por sorte dos que vão ser transportados ao longo da vida funcional futura no lombo deste elefante branco, a pirâmide de nosso faraó não foi construída em meio a um deserto. Em vez de extensões monótonas de areia, o que se vê é uma paisagem composta por lagoas, por belos edifícios projetados pelo escritório de Oscar Niemayer, por uma alameda com 146 palmeiras e por jardins com 33 mil mudas de orquídeas-bambu (*Arundina bambusifolia*). Um paraíso deitado às margens não tão plácidas da MG-10 a caminho do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, mais conhecido por Confins.

Ah, o governador anunciou também, no dia 28 de janeiro, que a inauguração oficial será no próximo dia 4 de março, “data em que o ex-presidente Tancredo Neves, que dá nome à Cidade, completaria cem anos de nascimento”, como destacou o jornal “Estado de Minas”.

Ah, o povo! Esse bom pagador de impostos, nunca devidamente homenageado...

(2/2/2010)

A maior obra de Aécio Neves

Chegou o dia. Nosso mais caro “elefante branco”, também conhecido como Cidade Administrativa de Minas Gerais, foi inaugurado neste 4 de março, dia em que se comemora o centenário de nascimento de Tancredo Neves, avô de nosso governador. É uma obra grandiosa que teria custado aos mineiros entre R\$ 1,20 bilhão e R\$ 1,69 bilhão, conforme nos informam hoje os jornais O Tempo e Folha de S. Paulo, respectivamente. Mas nem todos se dão conta de que não é nem o mais importante e nem o mais caro projeto do atual governo estadual.

Falaremos sobre isso à frente. Por enquanto, vamos nos ater à diferença significativa do valor da obra, de quase R\$ 500 milhões, informado pelos dois jornais. Essa diferença é significativa. R\$ 550 milhões é quanto o governo Aécio Neves pretendia gastar, inicialmente, no projeto, quando ele foi anunciado em maio de 2004. Chamado então, mais modestamente, de Centro Administrativo, ele seria construído no antigo Aeroporto Carlos Prates, numa área de 600 mil metros quadrados, metade da qual seria ocupada com as construções projetadas pelo escritório de Oscar Niemeyer. Faria parte do recém-lançado Programa de Parceria Público-Privada (PPP). As empresas que decidissem investir na construção da obra teriam um reembolso garantido: o aluguel pago pelo governo de Minas, por no mínimo 30 anos, aos corajosos investidores privados.

Esse plano fracassou, mas a obra devia ser feita para marcar o governo Aécio Neves e ajudar a elegê-lo presidente da República – um projeto não apenas do governador, mas da “elite” mineira. Foi convocada então a Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais) para custear o projeto. A Codemig conta, entre suas principais fontes de renda, com os royalties pagos pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, do Grupo Moreira Salles, para a exploração das reservas de nióbio de Araxá.

Em vez da PPP, um investimento estatal. Em vez do Carlos Prates, um bairro populoso próximo do centro da capital, uma área maior, de 840 mil metros quadrados, a 20 km de distância do centro, um local bem isolado do burburinho urbano e de possíveis

reivindicações populares. E pelo dobro do preço inicialmente previsto para o projeto. (Ou pelo triplo, como se descobre hoje.)

Essa escolha do local tem um caráter artificioso, como observa o professor Fernando Massote, e não é, ao menos, original. Antes de Aécio, o ditador Francisco Franco, da Espanha, já havia escolhido um local afastado de Madrid para construir uma universidade e tirá-la do foco das manifestações populares. E o governador nomeado pelo regime militar, Antônio Carlos Magalhães, construiu fora da agitação de Salvador o Centro Administrativo da Bahia, no começo da década de 1970. Cada qual escolhe seu mestre político, não é mesmo?

Na inauguração de hoje, além do avô do governador, foi homenageado Juscelino Kubitschek. Os áulicos de Aécio querem comparar sua obra à do fundador de Brasília. Mas essa é uma comparação também artificiosa. O entorno da Cidade Administrativa lembra mais corretamente as concepções arquitetônicas e urbanísticas terceiro mundistas, nas quais é comum ver-se palácios que têm seu brilho destacado pelas sombrias habitações das gentes miseráveis no seu entorno. A ocupação da região central do Brasil, apressada pela construção da nova capital, tem uma justificativa aceitável, do ponto de vista estratégico, político e social, que não se vislumbra no caso da obra de Aécio.

O que Aécio fez foi isolar a administração estadual e protegê-la contra a população. Do jornal Hoje em Dia deste 4 de março: “A empresa Veotex, vencedora de licitação, no valor de R\$ 10 milhões, informou que 1.079 câmeras de segurança garantem o monitoramento da Cidade Administrativa”.

E o que diz a Folha de S. Paulo, hoje (4.03.2010)?

“A menos de um mês de deixar o cargo, o governador de Minas, Aécio Neves (PSDB), inicia sua despedida hoje, com a inauguração da maior obra de seus sete anos de gestão: um complexo administrativo erguido ao custo de R\$ 1,688 bilhão. Após 112 anos, a sede oficial do governo de Minas sai do Palácio da Liberdade, inaugurado junto com a fundação da própria Belo Horizonte, e passa para o modernista Palácio Tiradentes, uma das cinco edificações projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer na Cidade Administrativa de Minas Gerais. O valor investido vai demorar 18 anos para ser compensado pela economia prevista

de R\$ 92 milhões anuais. O R\$ 1,69 bilhão é superior à soma dos orçamentos aprovados para este ano nas áreas de assistência social, cultura, habitação, meio ambiente, ciência e tecnologia, agricultura e esportes. Avaliadas inicialmente em cerca de R\$ 550 milhões, as obras de engenharia chegaram a R\$ 1,1 bilhão, o dobro do previsto. Somada a outros 87 contratos levantados pela Folha desde o início das obras, em janeiro de 2008, o custo total chega a R\$ 1,69 bilhão. A 20 km do centro de BH, às margens da rodovia estadual que leva ao Aeroporto de Confins, a Cidade Administrativa não tem estrutura de serviços no entorno. Para facilitar a adaptação, Aécio reduziu a jornada dos servidores de oito para seis horas, até o final do ano.”

Assinada por Breno Costa, correspondente do jornal paulista em Belo Horizonte, a notícia acrescenta um dado que a imprensa mineira ignorou até agora – e que vai continuar ignorando: “O volume de recursos movimentado pelo projeto que virou a menina dos olhos de Aécio Neves chamou a atenção do Ministério Público Estadual. Hoje, quatro inquéritos estão em andamento, todos referentes a supostas irregularidades em processos licitatórios. Nenhum deles chegou a conclusões, até o momento”.

A meu ver, o jornal paulista só se engana quando afirma que a Cidade Administrativa é a maior obra da gestão Aécio Neves.

O maior projeto do atual governo mineiro é outro, e interessa bem mais de perto à população do Estado. Chama-se Processo. Foi lançado em março de 2004 por Aécio Neves, com o objetivo de asfaltar estradas de acesso a 224 municípios mineiros. Seriam investidos R\$ 1 bilhão até 2006, quando todo o projeto estaria executado, dos quais 100 milhões de dólares de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Ao escrever sobre isso, no dia 30 de março de 2004, no blog Tamos com Raiva, adverti: “Obras em rodovias sempre foram escoadouros de recursos públicos, principalmente quando o governo não tem oposição, como acontece agora em Minas”. Pois bem. Leio no site do Departamento de Estradas de Rodagem (http://www.der.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=98&Itemid=26 1):

* Até o momento já foram concluídas as pavimentações de 138 acessos, beneficiando diretamente cerca de 906 mil mineiros.

* O PROCESSO já pavimentou 3.480 km de rodovias, com investimentos superiores a R\$ 2,2 bilhões, promovendo maior mobilidade aos usuários garantindo acessos aos equipamentos de educação e saúde, além de contribuir para o desenvolvimento econômico.

* O PROCESSO continua contribuindo para fazer de Minas Gerais o melhor lugar para se viver. Até agora 61% dos acessos já foram pavimentados, 35% encontram-se em andamento e 1% contratadas (aguardando formalização do licenciamento ambiental), totalizando 219 acessos, ou seja, 97% do Programa. Os acessos restantes coincidem com a diretriz de rodovias federais, dependendo de recursos da União para sua execução.

* Em 2009 foi concluída a pavimentação de 37 acessos.

Em seis anos, um projeto de R\$ 1 bilhão já consumiu R\$ 2,2 bilhões e está longe de ser concluído. Sem dúvida, essa é a maior obra da atual gestão.

(04/03/2010)

MANHAS POLÍTICAS

Um “socialista” na Prefeitura de BH?

"A eleição de Lacerda é certa em Belo Horizonte". Essa afirmação foi feita nesta segunda-feira, um dia depois da escolha do empresário Márcio Araújo de Lacerda na convenção do PSB municipal, pelo jornalista Ricardo Noblat, em seu blog. "Aécio foi obrigado a engolir o apoio informal do PSDB ao candidato que ele mesmo escolhera de comum acordo com o prefeito Fernando Pimentel, do PT", acrescentou o ex-comentarista político do Jornal do Brasil, na década de 1980. Noblat tem fama de acertar em algumas de suas previsões, como na eleição de Tancredo Neves para o governo de Minas (conto a história no livro "Sucursal das Incertezas"), e tratei de fazer um perfil do futuro prefeito, tão pouco conhecido de todos nós eleitores.

Duas semanas antes, outro arguto observador da política mineira, o jornalista Acílio Lara Resende, havia escrito em seu artigo semanal no jornal O Tempo: "O socialista Márcio Lacerda". Estranhei, e ele perguntou: "Como devo chamar o candidato do PSB?". Respondi que podia chamá-lo de tudo, menos de socialista. O Márcio Lacerda que eu conhecia era um empresário bem-sucedido pelo menos até a privatização do Sistema Telebrás e que, antes de ser nomeado secretário do Desenvolvimento Econômico, pelo governador mineiro, em abril do ano passado, foi assessor na área de tecnologia e desenvolvimento regional da Fiemg. Era tão "socialista" quanto o ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, Stefan Salej, que disputou nas últimas eleições uma vaga na Câmara dos Deputados, pelo PSB mineiro.

Salej estreava na política depois de passar anos se declarando homem da direita, e não se elegeu. Lacerda está estreando e vamos ver se será eleito, concorrendo com tarimbados políticos, entre eles a deputada federal Jô Moraes (PC do B) e o ex-deputado federal comunista Sérgio Miranda (PDT, ex-PC do B). É possível que durante a campanha ele se apresente não como empresário mas como ex-guerrilheiro, como o atual prefeito Fernando Pimentel. Ao que se diz, os dois foram companheiros de prisão em Juiz de Fora nos anos de chumbo.

Bem, mas só fiquei sabendo disso hoje, ao tentar conhecer melhor Márcio de Araújo Lacerda, o candidato do PSB e de mais 12 partidos (PT, PTB, PV, PMN, PP, PR, PSL, PT do B, PRP, PSC, PTN e PSDC), além do apoio informal do PSDB e do PPS e do apoio

declarado no dia da convenção de Lula e Aécio. Provavelmente, não poderá contar com a presença, no palanque, do ex-prefeito Célio de Castro, eleito pelo PSB por duas vezes e que no segundo mandato adoeceu e se exonerou, deixando o cargo para o vice Fernando Pimentel, do PT.

○

A Batik Equipamentos, uma das empresas do Grupo Partcon, de Márcio Lacerda, foi vendida em junho de 1999 à americana Lucent Technologies. Ao longo de 20 anos, a Batik havia desenvolvido em Belo Horizonte avançadas centrais de comutação usadas pelas empresas telefônicas estatais. A empresa foi lucrativa até 1997, ano em que o grupo de Lacerda faturou cerca de R\$ 300 milhões. No ano seguinte, porém, por causa da privatização do Sistema Telebrás, a receita líquida caiu e o balanço registrou prejuízo de R\$ 2,9 milhões.

Esse problema já havia sido previsto, em dezembro de 1997, por Márcio Lacerda. Em entrevista ao Indústria de Minas, jornal mensal da Fiemg, ele disse que a globalização estava levando rapidamente à concentração de empresas, de mercados e de clientes. E que as estrangeiras que comprassem as telefônicas brasileiras dariam preferência aos fornecedores de seus próprios países.

Por causa da privatização promovida por Fernando Henrique Cardoso, a Lucent, que tem acesso à tecnologia desenvolvida pelo Bell Labs, dos Estados Unidos, e que faturava mais de US\$ 40 bilhões em 90 países, preparou-se para ser fornecedora preferencial das ex-estatais. Em poucos meses, comprou 15 empresas brasileiras, investiu US\$ 145 milhões, dos quais US\$ 45 milhões para comprar a Batik e a Zetax Tecnologia. Em 2006, se fundiu com a francesa Alcatel, formando o Grupo Alcatel Lucent, com sede em Paris, que faturou no ano passado 17,8 bilhões de euros em mais de 130 países. Não dava mesmo para a Batik concorrer com uma gigante dessas.

Márcio Lacerda nunca informou quanto embolsou com a venda da empresa, mas não parou de trabalhar, agora no serviço público.

○

Desatento, eu não prestei mais atenção em Márcio Lacerda. Mas em 2005, durante o escândalo do Mensalão, soube que ele era secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional. É que o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza leu para os

parlamentares, durante a CPI do Mensalão, duas listas de pagamentos feitas por suas empresas. Entre os que teriam sacado recursos das suas contas em 2003 e 2004, conforme noticiou a imprensa, estava o nome de Márcio Lacerda, que teria embolsado R\$ 457 mil do esquema engendrado pelo dono das agências DNA e SMP&B desde o governo Eduardo Azeredo, do PSDB, em Minas Gerais.

O ministro Ciro Gomes saiu em defesa de seu tesoureiro da campanha de 2002, mas não teve jeito. No começo de agosto de 2005, sua assessoria divulgou nota à imprensa informando: "Para assegurar a normalidade da missão institucional do Ministério da Integração Nacional e compreendendo que estaria em marcha uma tentativa de envolver esta pasta e seu titular no ambiente de escândalo por que passa o país, o sr. Márcio Lacerda solicitou seu afastamento do cargo."

Em 31 de março de 2006, ao deixar o ministério, Ciro Gomes fez questão de desagrar Márcio Lacerda. "A Polícia Federal e a CMPI dos Correios comprovaram o que eu já afirmara, em nota pública, no dia 2 de agosto do ano passado: o senhor Márcio Lacerda é inocente das acusações que lhe foram assacadas", disse. Ciro exibiu à imprensa documentos extraídos da CMPI nos quais está escrito que Lacerda não recebeu qualquer dinheiro do empresário Marcos Valério. E mostrou, também, documento da Polícia Federal declarando que nada consta contra ele.

Um mês depois, o substituto de Ciro Gomes, ministro Pedro Brito, convidou Lacerda para reassumir o cargo, e ele recusou.

Curiosamente, no dia 20 de abril passado, o dono do jornal O Tempo, Vittorio Medioli, que por 16 anos foi deputado federal pelo PSDB mineiro, publicou artigo desancando Ciro Gomes e Márcio Lacerda. O motivo foi uma declaração do ex-governador do Ceará, em 20 de março. Ciro Gomes defendeu a aliança PT/PSDB e criticou os contrários, dizendo: "Aqui o que eu vejo é que a escória da política não tem espaço. A hegemonia moral e intelectual que preside esse movimento que Minas está fazendo é tão eloqüente e importante que a escória da política deve estar apavorada com isso."

Escreveu Medioli, em resposta:

Ciro abriu assim as comportas da insolência, mais uma vez, contra os que não aprovam a aliança PT/PSDB, aliança em volta de seu pupilo e ex-secretário Márcio Lacerda para prefeito de Belo Horizonte. (...)

Não sei que "intelectualidade" pode se ajoelhar a uma fórmula sem propostas, sem programas, sem meta diferente que o poder pessoal de algumas pessoas diretas, beneficiárias desse acordo.

Ciro provavelmente tem algo a ganhar também, mas não o revela. O ex-governador se agita para defender a escolha de seu pupilo Marcio de Lacerda, ex-tesoureiro de sua campanha, ex-secretário executivo de seu ministério e titular (segundo a "Folha de S.Paulo") de 82% das doações para a campanha presidencial de Ciro em 2002.

Ainda principal articulador da transposição do São Francisco que assalta a região mais pobre de Minas em suas parcas reservas para o futuro. E por falar de "moral", ingrediente que Ciro usa como se fosse sua exclusividade, Marcos Valério declarou, e nunca desmentiu ter entregado a Lacerda R\$ 1 milhão para cobrir dívidas de campanha de Ciro.

Ciro, na época, afirmou que processaria Marcos Valério por essa infâmia. Ele o fez? Mesmo com isso consegue enxergar uma "hegemonia moral" ao lado de seu pupilo, como se fosse hegemonia quem conspira contra seu próprio Estado, e uma "escória da política" que se opõe.

Não sei se o dono do jornal continua pensando a mesma coisa que escreveu há pouco mais de dois meses, porque pensamento de político é tão instável quanto as nuvens.

o

Só voltei a ter notícia dele no dia 12 de abril de 2007, quando Aécio Neves anunciou que Lacerda seria o novo secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico. Ele substituiu o secretário Wilson Brumer, que um mês antes havia sido nomeado coordenador do recém-criado Grupo Estratégico de Fomento (GEF). Um dos últimos atos de Brumer na secretaria foi a assinatura, com a Alstom, de um protocolo de intenções para instalação de uma unidade em Belo Horizonte, com investimentos previstos de R\$ 40 milhões em três anos. "O fato de a Alstom chegar ao Estado com a proposta de atuar na área ambiental é significativo. Prova que existe demanda e que as empresas com potencial poluidor estão cada vez mais interessadas em sustentar seus negócios sem agressões ao meio ambiente", afirmou Brumer, na ocasião.

Somente mais de um ano depois a Alstom entrou para valer no noticiário, por outros motivos... Curiosamente, a Alstom é um *spin-off* da Alcatel. Até 1995, o grupo francês se chamava Alcatel Alsthon, quando os acionistas decidiram separar as empresas por ramos de atividade, criando a Alsthon, que, pelas últimas notícias, se especializou em corromper

políticos para ganhar concorrências públicas no Brasil e em vários outros países ao redor do mundo.

A assessoria de imprensa de Aécio Neves distribuiu no dia em que o anúncio foi feito um breve currículo de Márcio Lacerda: "É mineiro, nascido em Leopoldina, e tem vasta experiência na área empresarial, com destaque no setor de tecnologia. Na área pública, ele atuou até recentemente como secretário executivo do Ministério da Integração Nacional, sob o comando do então ministro Ciro Gomes". Acrescentou que ele "é graduado em Administração de Empresas, pela UFMG; empresário do setor de telecomunicações, desempenhou atividades executivas no Brasil e no exterior; foi sócio-proprietário da empresa de tecnologia em telecomunicações Batik, vendida para o grupo Lucent; foi secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional (2003-2005); foi assessor na área de tecnologia e desenvolvimento regional da Fiemg".

o

Resolvi hoje fazer uma pesquisa no Google e descobri, para minha grande surpresa, o seguinte, a respeito do futuro prefeito de Belo Horizonte, segundo a previsão de Noblat:

Não é um nome conhecido, mas está em um cargo com bastante visibilidade. Por fim, a cereja do bolo: tem um passado de militância de esquerda – foi quadro da ALN, a mitológica organização de Carlos Marighella. (Pedro Venceslau, no Portal Imprensa, em 13/2/2008)

Márcio Lacerda foi um bravo da guerrilha urbana em Minas, do grupo Corrente, ligado à ALN (Ação Libertadora Nacional) de Carlos Marighella. Depois de muita tortura e vários anos de prisão, com a anistia, engenheiro, tornou-se empresário bem sucedido em informática, instalação de redes, etc. ("Correio de Sergipe", em 4/8/2005)

Vivendo e aprendendo. Um conhecido jornalista mineiro a quem recorri para me informar, pois durante anos ele teve Márcio Lacerda como uma das suas fontes, me revelou o alcance da minha ignorância. Ele disse que o atual prefeito Fernando Pimentel costuma dizer que o candidato foi seu companheiro de cela no quartel do exército em Juiz de Fora. Pode ser lenda. Uma pesquisa mostrou que nenhum dos dois participou da Guerrilha do Caparaó, em 1996 e 1997, cujos presos ficaram em Juiz de Fora.

Até as eleições, talvez descobramos mais alguma coisa desse "socialista ex-guerrilheiro" do grupo de Carlos Marighella. Como se lembram, foram integrantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) que, em 4 de setembro de 1969, seqüestram o embaixador norte-americano Charles Elbrick que acabou sendo trocado por 15 presos políticos que se refugiaram no México. Entre os 15, não estavam Fernando Pimentel e Márcio Lacerda. Nenhum dos dois é citado nos artigos a respeito, em minha pesquisa.

Mas eu fico pensando o que seria hoje no governo Lula o principal líder da ALN, Carlos Marighella, se ele não tivesse sido morto durante uma emboscada comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, na Alameda Casa Branca, em São Paulo.

(10/7/2008)

Por que chora o Fernando Pimentel?

Os jornais de hoje informam que o prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, do PT, chorou ao discursar durante o lançamento do programa de governo de seu candidato a prefeito, o empresário Márcio Lacerda, do PSB. Não devia ter chorado, pois a seu lado estava outro apoiador do candidato "socialista", o governador Aécio Neves, do PSDB, que prometera para os próximos dois anos investir na capital mineira R\$ 1,5 bilhão. Talvez, quem devesse chorar são os 8 mil funcionários aposentados da prefeitura.

Pois no programa de Márcio Lacerda está plantada a semente de algo que já afeta milhares de funcionários do governo de Minas que se aposentaram com a promessa de que receberiam os mesmos salários dos funcionários da ativa. Era uma promessa feita pelo candidato de oposição ao governo de Minas, em 1982, Tancredo Neves. Ele cumpriu a promessa e os governos que o sucederam a respeitaram, até que o neto Aécio Neves deixou os aposentados na mão, com o seu afamado "choque de gestão". Há seis anos eles praticamente não tiveram reajuste em suas aposentadorias, enquanto os funcionários da ativa se mostram satisfeitos – até eles também se aposentarem...

Márcio Lacerda planta sua semente na área de saúde, exatamente aquela em que os funcionários mais fazem greves, são os mais reivindicativos e trazem mais problemas à população, quando param de trabalhar ou trabalham mal. O que diz o programa dele, para resolver o problema? "Tendo como foco a melhoria da gestão do sistema e a excelência na prestação de serviços, Marcio lançou a idéia do programa Bom de Serviço, que premiará com pagamento extra os profissionais e funcionários que atingirem metas de bom atendimento previamente acordadas para os seus postos e centros de saúde".

Ou seja, o candidato apoiado pelo governador e pelo prefeito e por uma dúzia de partidos introduz no funcionalismo municipal o choque de gestão, começando pela área de saúde. O programa Bom de Serviço vai se encarregar de melhorar os salários do pessoal da ativa – e os aposentados que se danem!

E eles nem poderão reclamar com o presidente Lula, que também apóia Márcio Lacerda. Pois o presidente da República vem também tratando os aposentados pelo INSS a pão dormido, a menos que o aposentado faça parte daquela grande e vitoriosa parcela dos que ganham um salário mínimo de aposentadoria. Já os outros... Quem se aposentou há

sete anos recebendo nove salários mínimos, embolsa hoje pouco mais de quatro. Mas já foi pior. Estudo do IPEA, de 2006, revela que, em relação à média 1991-1995, os benefícios do INSS como proporção do PIB passaram de 4,5% para 7,6%, em 2005. No governo Lula, a conta cresceu mais de um ponto percentual, até meados de 2006, principalmente por conta do aumento real de mais de 10% do Salário Mínimo naquele ano, quando cerca de 1/3 dos aposentados do INSS recebiam um salário mínimo e, assim, um aumento real de 10% do SM equivaleria a um aumento real de 3% a 4% da despesa previdenciária.

Bem, então, os funcionários aposentados do Estado e da PBH têm uma esperança pela frente: mais e mais aumento do salário mínimo, para que não passem fome e possam satisfazer outras necessidades básicas para sua sobrevivência.

Mas, por que Fernando Pimentel chorou? Aécio Neves, perguntado por repórteres, foi quem esclareceu: a culpa é de um "setor da Direção Nacional [do PT], um pouco mais míope, um pouco mais imediatista", conforme relato do jornal "Hoje em Dia".

O jornal "O Tempo", que abriu sua matéria dizendo que Pimentel estava em prantos, mais adiante informou:

“Ao discursar, Pimentel se emocionou ao lembrar que vai deixar a administração e disse que paga um preço caro por ter construído uma aliança com o governador, que é de um partido historicamente rival do PT. "Nós todos estamos reunidos aqui em nome do interesse do povo da cidade de Belo Horizonte. Foi por isso que caminhamos juntos e pagamos o preço que temos pago, vocês todos sabem, por esta caminhada."

Como todo bom mineiro, Aécio Neves tratou de desconversar, mas prometeu ao candidato de Fernando Pimentel: "Você terá, pelos próximos dois anos, o maior volume de investimentos do governo do Estado que Belo Horizonte já teve em toda a sua história. Esses recursos estão no nosso orçamento."

Será interessante ver o que vai acontecer com esses recursos que já estão no orçamento do Estado, se a eleita for, por exemplo, a candidata do PCdoB, Jô Moraes, que tem a apoiá-la na campanha um dos homens mais ricos de Minas, o vice-presidente da República José Alencar.

Jô Moraes, que começou embalada nas pesquisas, mas perdeu posição para Márcio Lacerda depois do início do programa eleitoral em rádios e tevês, tenta junto ao Tribunal Regional Eleitoral conter a avassaladora vantagem do concorrente. Informa "O Tempo",

hoje:

“O advogado do PCdoB Luiz Gustavo Scarpelli impetrou, ontem, mais quatro processos no Tribunal Regional Eleitoral e fez denúncia no Ministério Público Eleitoral contra a chapa da aliança, formada por PSB e PT. Com esses processos, o partido da candidata Jô Moraes já contabiliza 19 ações no TRE contra Marcio Lacerda, referentes a irregularidades nas propagandas eleitorais. Nas outras 15, a legenda pede a suspensão da participação de Aécio Neves (PSDB) nos programas de rádio e televisão de Lacerda, justificando que o governador é de um partido que não está coligado à chapa. Nas ações de ontem, Scarpelli condena o uso da "máquina pública". "Todos trazem graves e relevantes fatos que são irregulares, haja visto o uso escancarado e vergonhoso da máquina pública e o abuso de poder político. O candidato tem gravado programas eleitorais nas dependências de órgãos públicos. Ele recebe, nesses programas, depoimento de apoio às suas propostas por parte de servidores públicos que ali se encontram, no horário de serviço, na frente de municípios e nas dependências desses órgãos. A lei veda expressamente a realização de campanha eleitoral em bens de uso comum."

De acordo com o jornal, Jô Moraes comparou ontem a campanha de Márcio Lacerda às propagandas de cerveja, e explicou: "Se você escutar muitas vezes o nome de uma cerveja, ela fica gravada na memória. O mesmo acontece na eleição. Se alguém escutar 23 vezes ao dia o nome de um candidato, vai ficar no consciente. Espero que na eleição as pessoas votem conscientemente."

Não sei se a candidata comunista diria a mesma coisa se a situação fosse inversa: ela com quase 12 minutos de propaganda eleitoral gratuita e o adversário com um minuto e meio; ela com 23 inserções ao longo do dia e Lacerda com apenas três.

Jô Moraes reclama, mas não perde o bom humor. Mas, pensando bem, não deveria ser o contrário? Jô Moraes chorando e Pimentel gargalhando?

(18/9/2008)

A despedida e a despedida de Aécio Neves

Em seu segundo ano de governo, em 1992, Hélio Garcia conseguiu reunir em Ouro Preto, no dia 21 de abril, dez governadores e o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. No ano anterior, o governador não havia distribuído medalhas da Inconfidência, mas, desta vez, já de olho na presidência da República, foram agraciadas 243 pessoas, das quais 76 não se deram ao trabalho de comparecer à solenidade, para receber aquela que seria a mais importante comenda mineira, criada em 1952 pelo então governador Juscelino Kubitschek.

No último dia 21, o governador Aécio Neves, que fez um discurso de despedida, pois daí a um ano já teria deixado o governo para ser candidato a alguma outra coisa – ele não disse a quê; eu também não digo, pois, como ele, não sei para que Aécio serve realmente ao país. Para abrilhantar a festa, seriam agraciadas 236 pessoas. Alguém sabe quantas foram a Ouro Preto para receber a medalha das mãos de nosso governador?

Está aí uma outra coisa que ignoro. Ao contrário de 1992, eu não estava em Ouro Preto para fazer a contagem e nenhum outro repórter se deu a esse trabalho. Se tivesse ido lá, coisa da qual nem cogitei, provavelmente eu seria uma daquelas centenas de pessoas barradas pelos cordões da Polícia Militar e teria que ver de longe, sem chances de fazer uma contagem minimamente confiável. Porém, suspeito que vai ser uma trabalhadeira, para os encarregados de entregar os penduricalhos, encontrar nos próximos anos os agraciados faltosos.

Quando governadores mineiros, um após outro, saem por aí distribuindo medalhas da Inconfidência por motivos nada relacionados com os ideais de Tiradentes, eles esperavam o quê? O que imaginava Aécio Neves ao pendurar uma medalha no peito dos estilistas Ronaldo Fraga, Renato Loureiro e Terezinha Santos, do padeiro francês Olivier Anquier, da viúva de Roberto Marinho, a socialite carioca Lily Marinho?

Nenhuma surpresa, portanto, que a comenda imaginada por JK não valha hoje o metal com que é confeccionada. Alguns, porém, podem se surpreender com a falta de prestígio do próprio governador.

Os repórteres que foram cobrir o evento tiveram dificuldade para achar alguém que, ao ser entrevistado, pudesse fazer a diferença. Os ministros Juca Ferreira (Cultura) e José

Pimentel (Previdência Social)? O embaixador dos Estados Unidos, Cliffod Sobel? Ou o da França, Antoine Pouillieute? As cantoras Bibi Ferreira e Fafá de Belém? O máximo que se podia dizer é que eles estiveram presentes e receberam medalhas.

E não era só a fracassada Inconfidência Mineira que era lembrada neste dia em Ouro Preto. Também há 220 anos, realizava-se na França uma vitoriosa revolução, e a antiga capital mineira foi escolhida para o lançamento, no mesmo evento, do Ano da França no Brasil. Era esperada a ministra da Cultura da França, Christine Albanel, mas ela deu o bolo, bem como o ex-presidente Valéry Giscard d'Estaing.

Com tantas ausências, imagino que Aécio Neves, em algum momento, pensou em repreender seus auxiliares que mandaram a PM manter distantes da Praça Tiradentes os manifestantes contra seu governo. Pelo menos haveria gente na praça, a lembrar tempos mais gloriosos da solenidade, na ditadura militar, quando opositores buscavam o clima de liberdade de Ouro Preto para se manifestar.

O tema da solenidade, neste ano, era “Liberdade, ainda que tardia”. No ano passado foi criado em Belo Horizonte o Fórum Sindical Social que havia programado um ato público contra o governo estadual, no dia 21 de abril. Inspirados pelo tema “Com Aécio, Minas não respira liberdade”, sindicalistas e representantes de entidades sociais embarcaram num comboio de 21 ônibus rumo à antiga capital.

No trajeto de 95 quilômetros até Ouro Preto, os passageiros puderam antever o que enfrentariam no fim da viagem. Um deles, o deputado estadual Carlin Moura (PCdoB), disse ao blog Os Amigos do Presidente Lula: "Foi o maior cordão de isolamento da história. Todos os movimento sociais e até os moradores foram impedidos de participar da festa. Foram três barreiras, com várias vistorias, tudo para não chegarmos a tempo".

A manifestação teve que ser realizada após a solenidade, a cerca de 300 metros da Praça Tiradentes. Um dos sindicalistas, Tiago Santana Cassiano, do Sintel-MG, lamentou a ação repressora da PM: "Liberdade, igualdade e fraternidade ficou só no discurso".

No entanto, outros puderam se manifestar livremente. Repórteres observaram na Praça Tiradentes dezenas de militantes do PSDB com uma fita azul no pulso (o salvo-conduto para passar pelo cordão policial) e portando bandeiras e faixas de apoio ao governador. Leu Paulo Peixoto, da Agência Folha, numa das faixas: "Surge o clamor - Aécio presidente". E

uma faixa da Força Sindical não deixava por menos: "Deu certo em Minas, vai dar certo para o Brasil – Aécio presidente".

Eduardo Kattah, da Agência Estado, diz que foi permitida a passagem de uma claque do PMDB Jovem, com camisetas de Hélio Costa, pré-candidato a governador. Segundo o repórter, "o resultado foi uma pequena plateia na praça, composta pela estrutura do evento e cercada por um forte aparato policial".

Sob qualquer ângulo que se examine o evento, foi um fracasso, embora os organizadores tivessem se esforçado, ao contratar o ator Marcello Antony para declamar trechos do poema Romanceiro da Inconfidência, de Cecília Meireles, e o grupo Ponto de Partida e o cantor Milton Nascimento para encerrarem a solenidade com canções inspiradas no tema liberdade.

Aécio Neves não contribuiu para livrar o evento da pasmaceira, ao fazer um discurso cheio de platitudes, como:

- Ao presidir, pela última vez, esta celebração em que reverenciamos os valores herdados dos nossos antepassados, o faço com a mesma emoção e o mesmo sentimento com que compartilhei, pela primeira vez, com os mineiros, a liturgia desta cerimônia. Procurei, a cada segundo dos últimos anos, honrar a nossa bandeira, a bandeira sob a qual nos reunimos aqui hoje.
- É hora de reunirmos a nação inteira para a tarefa de promover as mudanças corajosas que a realidade exige. Essa tarefa ainda se encontra inconclusa.

O prefeito de Ouro Preto, jornalista Ângelo Oswaldo (PMDB), discursou antecipando-se à campanha eleitoral, lançando o governador como candidato a presidente da República e dizendo que os "ventos da mineiridade são favoráveis" a Aécio em 2010, ano em que serão comemorados o centenário de nascimento de Tancredo Neves, os 50 anos da inauguração de Brasília por Juscelino Kubitschek e os 25 anos da redemocratização, "liderada por Tancredo".

Ah, bom...

Antes de concluir, lembro um artigo intitulado "Aécio celebra Tiradentes como se fosse D. Maria, a Louca", publicado pelo blog Os Amigos do Presidente Lula, que termina assim: "Pelo pouco comparecimento de governadores e lideranças de peso de outros estados e partidos, tudo indica que Serra está se consolidando como presidenciável tucano, e sobrarão para Aécio a candidatura ao senado".

Na verdade, esse 21 de abril talvez seja para Aécio tão amargo como aquele 21 de abril em que morreu o avô sem ter sido empossado presidente da República, cargo para o qual fora eleito indiretamente. Talvez tivesse sido melhor se o governador tivesse feito como em 21 de abril de 2006, quando trocou Tiradentes por JK, indo comemorar a data em Diamantina, para reverenciar a memória da mais conhecida personalidade local, o presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976).

Esse nome, pelo menos, medalhas à parte, traz bons presságios.

(25/4/2009)

Luz nos porões da ditadura?

“Os arquivos que revelam a história da ditadura brasileira, sob o ponto de vista dos que sofreram perseguições, serão abertos à população”, prometeu o Ministério da Justiça, no fim de abril, ao anunciar a criação em Belo Horizonte do Memorial da Anistia Política. A sede, porém, não será no antigo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), na célebre Afonso Pena, uma avenida central – como chegou a se cogitar quando o governador Itamar Franco sancionou, em 1999, a lei que prometia abrir ao público os arquivos da temível polícia política mineira –, mas num local mais discreto: o velho casarão da Rua Carangola, 300, Bairro Santo Antônio, onde funciona desde 1990 o Curso Técnico de Formação de Atores do Teatro Universitário, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Maus presságios...

Desde que o governador Newton Cardoso sancionou, em dezembro de 1990, a Lei nº 10360, transferindo para o Arquivo Público Mineiro os arquivos do DOPS, muita coisa se fez para subtraí-los aos nossos olhares. Quatro governadores, incluindo o atual, não conseguiram vencer a resistência dos que preferem manter nos escuros dos porões nunca fechados, verdadeiramente, da repressão política, informações secretas que precisariam ser submetidas à luz do sol – ou, menos alegoricamente, do conhecimento público – para que não voltem, uma vez mais, a nos assombrar.

Evidentemente, não é o Memorial dos Direitos Humanos, abrigado no site da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, com sua “área restrita”, que serve a esse propósito, apesar de estar sob a responsabilidade do secretário-adjunto João Batista de Oliveira, que, como deputado do PDT mineiro, apresentou em 1999 um projeto-de-lei para tornar públicos os documentos do DOPS, alterando a lei sancionada por Newton Cardoso. A proposta foi transformada na Lei nº 13.398, confirmada em dezembro de 1999 pelo governador Itamar Franco.

Essa lei declarava que é “livre o acesso às informações contidas nos documentos constantes nos arquivos do extinto Departamento de Ordem Política e Social – DOPS –, os microfilmados inclusive, relativos ao período compreendido entre 1956 e 1989”. Mas havia um parágrafo, nesse artigo, limitando o acesso, “especialmente no que se refere às restrições legalmente definidas” pela Lei nº 11.726/1994 e pela Lei Federal nº 8.159/1991.

As restrições não eram apenas legais. Faltava vontade política para vencer a resistência dos que preferem reprimir os que lutam por avanços sociais neste país. Tanto que, em abril de 1998, o *Jornal do Brasil* revelou que apenas três acervos – os dos DOPS do Paraná, Pernambuco e Goiás – haviam sido recolhidos aos respectivos arquivos públicos estaduais.

Em Minas, foi preciso uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa, para descobrir que os arquivos do DOPS não haviam sido queimados por agentes federais, como alegava a Secretaria de Segurança Pública, ao justificar por que não os havia enviado ao Arquivo Público Mineiro. A papelada de fato fora queimado, não se sabe por quem, mas eles tinham sido microfilmados antes da destruição. E a CPI verificou a existência de diversos microfilmes, relativos a investigações de natureza política, arquivados (ou de fato escondidos) sob a rubrica da Coordenadoria de Segurança Pública (COSEG), e não do DOPS.

Diz o relatório da CPI: “Sabemos hoje, inclusive pelas conclusões da investigação desenvolvida por essa CPI, que outros órgãos, não somente o DOPS, exerciam a função de investigação política e, como tal, produziram documentos relevantes para a memória histórica do povo mineiro”.

A lei de Newton Cardoso só obrigava a transferência de documentos do DOPS. Era preciso, portanto, mudar a lei de 1990, para arrancar aqueles microfilmes das mãos da polícia e deixá-los à disposição do público. Em 27 de dezembro de 1999, foi sancionada pelo governador Itamar Franco a Lei nº 13.398/1999, derivada de um substitutivo ao projeto de lei apresentado pelo João Batista de Oliveira.

Na verdade, uma lei para inglês ver. Só obrigava a recolher a documentação do DOPS, como dez anos antes. Diante do escândalo criado, tratou-se de corrigir o erro. Em 10 de janeiro de 2000, Itamar sancionou a Lei 13.450, mandando recolher ao Arquivo Público Mineiro a documentação do extinto DOPS, “bem como a de outros órgãos de segurança do Estado, relativa às atividades de polícia política”.

Na mesma data, foi sancionada a Lei nº 13.448, criando o Memorial de Direitos Humanos, destinado à guarda e à exposição de material que se refira ou se vincule ao esforço de defesa e preservação dos direitos da pessoa humana. Com sede prevista para se instalar em Belo Horizonte, integrarão o Memorial documentos, fotos, gravuras, relatos gravados e demais matérias relativas à sua finalidade. Diz ainda que os documentos do

DOPS e de outros órgãos de segurança enviados ao Arquivo Público Mineiro pela Lei nº 10.360, de 27/12/90, alterada pela Lei nº 13.450, de 10/1/2000, “também poderão ser consultadas, por meio eletrônico, na sede do Memorial”.

A lei federal nº 8.159/1991, também conhecida como Lei dos Arquivos, era um sério empecilho para que os documentos da repressão política em Minas pudessem ser conhecidos pelo público em geral, pois as leis sancionadas por Itamar Franco e confirmadas por Aécio Neves, com a Lei 15.458, de 12/1/2005 (que alterou quatro artigos da Lei 13.448 que criou o Memorial de Direitos Humanos), diz que é preciso observar a legislação sobre a matéria, notadamente a lei federal 8.159, antes de assegurar a todos os cidadãos o acesso aos documentos do DOPS e outros disponíveis no Arquivo Público e no Memorial acervo sob a guarda do Memorial, observada a legislação sobre a matéria, notadamente a Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

Essa restrição ficou pior, em 2005, quando o presidente Lula sancionou a Lei nº 11.111, que alterou a 8.159/91, de modo que alguns documentos não ficarão em segredo por 30 anos, mas por tempo indefinido, até 100 anos. Como diz Beatriz Kushanir em artigo publicado pela Revista do Arquivo Público Mineiro em junho de 2006 (“Decifrando as astúcias do mal”), as alterações inconstitucionais “legalizaram a prática da confidencialidade por parte do governo. Passível de duração indeterminada, o segredo foi convertido em direito do Estado, contrapondo-se ostensivamente ao direito do cidadão às informações. A manutenção do sigilo ficou, dessa forma, sob a tutela exclusiva dos representantes do poder”.

A Lei nº 13.448 que criou o Memorial de Direitos Humanos de Minas Gerais diz que ele “se destina à guarda e exposição de material que se refira ou se vincule ao esforço de defesa e preservação dos direitos da pessoa humana”, e que compete à Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Esportes “garantir o acesso do público ao acervo, para consulta”. Mas o artigo 4º determina que seja observada a legislação sobre a matéria, notadamente a lei federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

O artigo 5º da Lei 13.448 diz que as informações constantes nos arquivos do DOPS e de outros órgãos de segurança do Estado, relativas às atividades de polícia política, e que foram transferidas para o Arquivo Público Mineiro, “poderão ser consultadas, por meio eletrônico, na sede do Memorial de Direitos Humanos”.

Não estou aqui para desestimular ninguém. Eu não consegui acesso, mas pode ser falha técnica minha. No espaço de comentários, quem souber como fazer pode se manifestar...

De qualquer forma, o parágrafo único do Art. 5º diz: “O disposto no caput deste artigo aplica-se às informações relativas aos processos correspondentes aos pedidos de indenização previstos na Lei nº 13.187, de 20 de janeiro de 1999, analisados por comissão especial no âmbito do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CONEDH”.

O artigo 7º da lei de Itamar Franco estabelece que, “para a elaboração do projeto do Memorial de que trata esta lei, será constituída comissão de trabalho composta por representantes dos seguintes órgãos e entidades, nomeados pelo Governador do Estado”. E vinha a relação dos representantes, nada menos que oito.

Há quem afirme que, quando não querem resolver um problema, mas não podem admitir isso publicamente, governadores costumam nomear uma comissão. De qualquer maneira Itamar parecia ter pressa: deu um prazo de 90 dias para que a comissão nomeada elaborasse o projeto do Memorial. Tudo bem, mas cinco anos depois, Aécio Neves julgou necessário aprovar uma nova lei, a de número 15.458, para alterar quatro artigos da lei do antecessor, agora fiel auxiliar de seu governo no comando do BDMG. No orçamento do Estado para 2006, o governo se esqueceu de prever recursos para o Memorial...

“E la nave va”, como diria Federico Fellini em 1983.

Mas vamos deixar isso, para ver o que pode acontecer a partir de agora.

A primeira coisa que me ocorre: estamos diante de um bom negócio.

No dia 27 de abril, o Ministério da Justiça informou que no dia seguinte o ministro Tarso Genro (PT) receberia o termo de entrega do prédio que vai sediar o empreendimento, assinado pela Secretaria de Patrimônio da União.

Esse prédio, como se fica sabendo pelo ministério e pela UFMG, é o casarão da Rua Carangola, 300. Ele foi tombado em 1990 pelo Patrimônio Histórico municipal. Foi sede do Ginásio de Aplicação, criado em 1946 para que os alunos dos cursos de Didática da universidade pudessem praticar. Em 1958, o ginásio transformou-se em Colégio de Aplicação, o Coleginho, mantendo a mesma finalidade, mas agora com alunos do antigo curso colegial, hoje segundo grau. Em 1968, virou Centro Pedagógico integrado à Faculdade de Educação da Fafich. Finalmente, esse centro deixou o casarão e mudou-se

para o campus da Pampulha, em 1972. O prédio ficou abandonado e provavelmente seria demolido, não fosse o tombamento, em 1990. Passou nesse mesmo ano a abrigar o Curso Técnico de Formação de Atores do Teatro Universitário, que oferece 20 vagas em seu vestibular. O TU surgiu em 1952 e mantém, no casarão, um teatro com capacidade para 80 pessoas, que serve para apresentação de peças encenadas pelos alunos.

Desde a notícia do Ministério da Justiça, eles vivem num limbo, sem saber se descem ao inferno de Dante ou sobem ao céu de Beatriz – ou algo assim.

Ainda no dia 28 de abril foi criado o comitê de implementação do memorial, que seria formado por representantes “do ministério, da sociedade civil, do Governo de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte”. E aí vem o mais interessante da notícia divulgada pelo ministério: “Posteriormente, será assinado ainda um termo de parceria com a UFMG para a realização das obras, que serão custeadas pelo Ministério da Justiça e têm orçamento previsto de R\$ 4,5 milhões”.

O trabalho será feito em duas etapas, esclarece o ministério: “A primeira será a reforma do prédio da antiga Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), onde pichações contra a ditadura ainda podem ser vistas nas paredes. É lá que será inaugurado, em dezembro deste ano, o espaço de exposições. A segunda etapa será a construção de um prédio anexo, onde funcionará o centro de documentação e pesquisa, previsto para ser aberto em julho do próximo ano. A Prefeitura de Belo Horizonte, que também firmará parceria com o ministério, construirá uma praça histórica para integrar a área.”

Ora, viva! Desde que Célio de Castro (PSB) era prefeito, a população do Santo Antônio vizinha do prédio gloriosamente pichado por opositores da ditadura espera pela praça prometida. É um bairro de fato carente de praças públicas.

Portanto, foi com decepção que assistiu ao sucessor de Castro, Fernando Pimentel (PT), aprovar a construção do Plaza Primavera, um grandioso prédio ocupando vários lotes eternamente vagos, que se imaginava serviriam para a construção da praça, ligando o pátio da antiga Fafich à Praça Primavera (que mudou de nome para desgosto de antigos moradores). Nos últimos meses, essa população era acordada com a batida poderosa de grandes máquinas fincando estacas para a construção, nos fundos da Fafich e da futura sede do Memorial, do prédio da futura Unidade Municipal de Educação Infantil.

Ninguém é contra a construção de uma nova escola, mas, se a Prefeitura não está enrolando o Ministério da Justiça, como o fez com os moradores do Santo Antônio, onde é mesmo que o prefeito Márcio Lacerda (PSB) vai construir a praça?

Mas, vamos que construa. Será um bom negócio!

Não se trata disso, porém. “O Memorial é um grande passo não apenas para a divulgação dos documentos da repressão, mas também para a afirmação social da memória da democracia no Brasil”, afirma o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão. Ele explica que o objetivo não é apenas criar um museu, mas também um centro nacional de pesquisas. “Será um local para dar voz a uma história sufocada que precisa ser plenamente exposta à luz, para que tenhamos uma verdadeira reconciliação nacional”.

Certo. Pode garantir também algum emprego. O primeiro já foi anunciado pela UFMG: “Uma outra decisão importante foi a escolha de Daniela Thomas para assumir a museografia do Memorial. Natural do Rio de Janeiro, Daniela é filha do cartunista Ziraldo. Iniciada no teatro, ela realizou importantes trabalhos de cenografia em peças de destaque, além de ter escrito roteiros teatrais. Tornou-se cineasta, e tem em seu currículo os filmes *Terra estrangeira* (1994) e *Linha de passe* (2007), ambos dirigidos em conjunto com Walter Salles”.

Mas não é só isso.

A criação do Memorial da Anistia Política se dá no mesmo momento em que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, coordena a criação do Memórias Reveladas, um centro de referências que abrigará documentos oficiais do governo militar. É o que afirma uma notícia divulgada pelo *site* da UFMG, acrescentando:

“São projetos complementares. O nosso Memorial constituirá o acervo das vítimas e testemunhas, sendo que grande parte dele será composto de doações. A ministra, por sua vez, pretende reunir os arquivos oficiais, produzidos pelos militares. É uma iniciativa importante que demandará muito trabalho, pois diversos documentos continuam guardados a sete chaves. São informações que ainda não foram reveladas”, explica a vice-reitora da UFMG, Heloísa Starling.

Não disse que é um bom negócio?

“O Memorial da Liberdade, localizado no antigo prédio do Dops, foi inaugurado em 4 de julho de 2002, com três exposições: a instalação *Intolerância*, do artista plástico Siron Franco; a exposição *Cotidiano Vigiado - Repressão, Resistência e Liberdade nos Arquivos do Dops 1924-1983*, com imagens e documentos dos arquivos da polícia política, conservados desde 1991 no Arquivo do Estado; e, ainda, a exposição *Cidadania - Declaração Universal dos Direitos do Homem*, em homenagem aos 200 anos da declaração. O antigo prédio do Dops, onde ficavam os presos durante o regime militar, foi totalmente remodelado, devendo abrigar também o *Museu do Imaginário do Povo Brasileiro*, a ser criado pelo ex-diretor da Pinacoteca, Emanuel Araújo, e com previsão de inauguração em 7 de setembro. Este museu está sendo projetado para ser um dos mais completos núcleos culturais do país, sendo um espaço destinado principalmente à difusão da constituição cultural e étnica brasileira”.

Qualquer leitor atento sabe que não estou falando do DOPS mineiro, um dos mais duros no combate aos opositores da ditadura militar instalada no país com o golpe de 1964, mas sim daquele da cidade de São Paulo.

O prédio que sediava o DOPS, na Av. Afonso Pena, 2.351, em Belo Horizonte, continua servindo à polícia, agora como sede do Deoesp (Departamento Estadual de Operações Especial). Foi de lá que fugiu em fevereiro de 2004 o delegado de polícia de Igarapé Marco Túlio Fadel de Andrade, que gozava, nos quatro meses em que ficou preso, de regalias que jamais um preso político sonhasse, mas que talvez não pudessem ser comparadas com as obtidas pelo traficante Fernandinho Beira-Mar, que de lá também fugira um tempo antes.

Ou seja, uma história tão pouco exemplar quanto à do tempo do DOPS com sua brutal repressão aos movimentos sociais.

Para terminar, uma boa proposta de negócio ao governo Aécio Neves: que tal mudar essa história?

(2/5/2009)

O voo tardio do tucano

Ao escrever, neste 17 de dezembro, uma carta ao presidente nacional do PSDB, deputado Sérgio Guerra, anunciando que não é mais pré-candidato à Presidência da República, o governador Aécio Neves admite, sem o dizer, que não tem fôlego político para disputar a indicação pelos tucanos com o governador José Serra.

Até aí, tudo bem. Estamos entre os que não acreditavam nesse projeto e até fazíamos votos pelo seu fracasso. Não queríamos que o governador de Minas e sua turma tivessem condições de construir “um novo projeto para o país e um novo projeto de País”.

Achávamos contraditório, no mínimo, que o homem que de moto próprio indicou um candidato a prefeito de Belo Horizonte por um partido que nem era o seu, defendesse as prévias para a escolha do candidato tucano à presidência da República “como importante processo de revitalização da nossa prática política”. É o que ele volta a dizer em sua carta, acrescentando: “acredito que teria sido uma extraordinária oportunidade de aprofundar o debate interno, criar um sentido novo de solidariedade, comprometimento e mobilização que nos seriam fundamentais nas circunstâncias políticas que marcarão as eleições do ano que vem”.

Ah, bom.

Aécio diz ainda que os encontros que manteve com a militância tucana nos últimos meses e os demais encontros “com trabalhadores, empresários e outros setores da nossa sociedade” confirmaram sua percepção “de um País maduro para vivenciar um novo ciclo de sua história. Pronto para conquistar uma inédita e necessária convergência nacional em torno dos enormes desafios que distanciam nossas regiões umas das outras, e em torno das grandes tarefas que temos o dever de cumprir e que perpassam governos e diferentes gerações de brasileiros”.

Palavras, palavras, palavras.

“Defendemos um projeto nacional mais amplo, generoso e democrático o suficiente para abrigar diferentes correntes do pensamento nacional. E, assim, oferecer ao país uma proposta reformadora e transformadora da realidade que, inclusive, supere e ultrapasse o antagonismo entre o “nós e eles”, que tanto atraso tem legado ao País”.

Palavras e mais palavras.

Ao deixar a condição de pré-candidato do PSDB à Presidência da República, Aécio se apressa a dizer que não abandona sua “disposição para colaborar, com meu esforço e minha lealdade, para a construção das bandeiras da Social Democracia Brasileira”.

Ou seja, ele se coloca à disposição para disputar outros cargos. Poderia, acho eu, até fazer o sacrifício de se candidatar a vice na chapa de José Serra. Tudo é possível, para pessoas tão desapegadas e tão prontas a servir ao país e ao partido. “Independente de nova missão política que porventura possa vir a receber, continuarei trabalhando para ser merecedor da confiança e das melhores esperanças dos que partilharam conosco, neste período, uma nova visão sobre o Brasil”.

Tudo bem. Só não precisava ter exagerado: “No curso dessa jornada, mantive intactos e jamais me descuidei dos grandes compromissos que assumi com Minas, razão e causa a que tenho dedicado toda minha vida pública”.

Ah, bom. Então, já não é mais o Brasil e, por implícito, o Rio.

Mas é o Brasil sim, pois ele emenda: “É meu compromisso levar adiante a defesa intransigente das reformas e inovações que juntos realizamos em Minas e que entendemos como um caminho possível também para o País. Continuarei defendendo as reformas constitucionais e da gestão pública, aguardadas há décadas; a refundação do pacto federativo, com justa distribuição de direitos e deveres; e a transformação das políticas públicas essenciais, como saúde, educação e segurança, em políticas de Estado, acima, portanto, do interesse dos governos e dos partidos”.

Pobre Brasil, se tem como exemplo a mirar o que se passa em Minas há sete anos nessas áreas citadas na missiva do governador.

Ele conclui com muitos “agradecimentos públicos” e uma ameaça, dependendo do ponto de vista de quem lê: “Manifesto a minha renovada disposição de estar ao lado de todos e de cada um que julgar que a minha presença política possa contribuir, seja no plano nacional ou nos planos estaduais, para a defesa das nossas bandeiras”. Alguma dúvida sobre a disposição de servir do governador? Nem pensar: “Asseguro, nos reencontraremos no futuro”.

Se pudesse escrever a Aécio Neves, eu desprezaria seu último agradecimento (“E a Minas, sempre a Minas e aos mineiros, pela incomparável solidariedade”) e me limitaria a registrar um único apelo sincero: “Esqueça-nos”.

(18/12/2009)

CHOQUE DE GESTÃO

O pensamento escravocrata de Aécio e Lacerda

O "choque de gestão" de Aécio Neves no governo de Minas, que seu candidato a prefeito de Belo Horizonte, empresário Márcio Lacerda, quer estender à prefeitura, começando pela área da saúde, parece muito moderno, mas representa na verdade um regresso ao período pré-industrial da economia e à mentalidade escravocrata.

Moderno, porque segue a moda da *new economy* que floresceu após o declínio do comunismo e da volta triunfante do colonialismo sob o disfarce da globalização e do mercado competitivo. Mas velho como a serra, ao impor o predomínio da moral do trabalho, que nada mais é que uma moral de escravos.

Dito isso, é preciso explicar. Para tanto, posso valer-me do filósofo e matemático britânico Bertrand Russel e seu "Elogio ao Ócio", escrito há mais de meio século e relançado agora pelo filósofo italiano Domenico De Masi, juntamente com Paul Lafargue, reunidos no livro "A Economia do Ócio" (Sextante, 2001). Diz Russel que, do início da civilização até a Revolução Industrial, um homem em geral era capaz de produzir, trabalhando arduamente, um pouco mais do que o necessário para a própria subsistência e de sua família. Parte do que ele produzia era apropriado pelos guerreiros e pelos sacerdotes. Em época de escassez, estes não abriam mão dos tributos, o que levava muitos trabalhadores à morte por inanição. É um sistema que ainda perdura em alguns países.

Por ter durado tanto tempo, deixou marcas profundas no pensamento e na opinião dos homens. "Muitas das idéias correntes acerca do caráter virtuoso do trabalho derivam desse sistema que, no entanto, dada a sua origem pré-industrial, não é adequado ao mundo moderno. A moderna técnica trouxe consigo a possibilidade de que o lazer, dentro de certos limites, deixe de ser uma prerrogativa de minorias privilegiadas e se torne um direito a ser distribuído de maneira equânime por toda a coletividade."

Mas não é. Porque não se consegue mudar a velha moral do trabalho imposta no passado pelas classes privilegiadas sobre os trabalhadores. Ainda hoje, 99% dos assalariados britânicos "receberiam com total espanto a proposta de que o rei tivesse rendimentos iguais ao de um trabalhador comum", diz Russel, na década de 30.

E o que nos diz, mais recentemente, Domenico De Masi? Ele revela que o homem de Neanderthal vivia em média 250 mil horas e passava a maior parte desse tempo se

defendendo das feras e afugentando os insetos. Os nossos bisavós viviam em média 300 mil horas e dedicavam 120 mil ao trabalho. Nós vivemos em média 700 mil horas e gastamos 80 mil trabalhando. Em 1800, o trabalhador médio dispunha somente de 25 mil horas como tempo livre. Hoje, um jovem de vinte anos tem diante de si uma perspectiva de vida de pelo menos 530 mil horas. Descontando 80 mil horas de trabalho e outras 219 mil para dormir e cuidar do corpo, restam 226 mil horas de tempo vago.

Mas ninguém tem tempo para nada! Esse é o grande dilema do capitalismo moderno. Quem não conhece alguém que se mata de trabalhar 12 horas por dia convivendo na mesma família com pessoas desempregadas?

O economista italiano Nicola Cacace estudou o problema e descobriu que há cem anos havia 15 milhões de italianos empregados, que trabalhavam 47 bilhões de horas por ano. Cada um trabalhava em média 3.100 horas por ano. Hoje há 20 milhões de trabalhadores empregados na Itália, que trabalham em média 1.750 horas por ano, num total de 35 bilhões de horas. Mas, por causa da ajuda das máquinas, produzem 13 vezes mais.

Ou seja, por causa das máquinas, não há emprego para todos os trabalhadores do mundo. Haveria, se cada um trabalhasse em média quatro horas por dia. E assim todos seriam mais felizes. Como não é assim, há uma multidão de desempregados e famintos no mundo, há 2 milhões de pessoas nas prisões da economia mais rica, a dos Estados Unidos, e o capitalismo tenta resolver o impasse matando milhões de pessoas nas guerras que se repetem no mundo a cada ano.

Tudo isso, resume Domenico De Masi, "deriva de uma desmedida ambição de eficiência e de uma alienante corrida ao sucesso, aceleradas pela autocomplacência do capitalismo competitivo, hiperexcitado pela vitória histórica sobre o comunismo".

Aécio Neves e Márcio Lacerda são o reflexo de tudo isso. O desprezo que eles dedicam ao ócio dos outros – principalmente dos aposentados –, resulta daquela moral do trabalho. Ou como Paul Lafargue descreveu a Inglaterra do final do século 19 e sua escandalosa desigualdade social, o proletariado, em vez de se rebelar, "permanecia preso na armadilha montada pelo patronato, com a cumplicidade de padres, economistas e moralistas que incutiam incessantemente nos trabalhadores os valores da frugalidade, da mansidão e uma paixão funesta pelo trabalho, levada ao ponto da exaustão das forças vitais".

Desde então, a situação piorou muito, sobretudo depois do fim da União Soviética e do receio dos capitalistas de uma revolução comunista. O número de desempregados cresceu assustadoramente em todo o mundo, e quem está empregado vai perdendo aos poucos as conquistas obtidas nos últimos 150 anos à custa de muita luta e perda de vidas. Mas a mentalidade continua a mesma daquela descrita por Lafargue.

É o que explica o aplauso da grande maioria dos mineiros ao choque de gestão de Aécio Neves e à boa posição de seu candidato nas pesquisas de intenção de voto.

(22/9/2008)

Professores mineiros pedem socorro

Não é de hoje que venho escrevendo, inclusive aqui, sobre a importância de uma imprensa independente dos órgãos públicos para a população de um estado como Minas Gerais, coisa que ela praticamente desconhece ao longo de sua história. Isso que vemos hoje, com nossos principais jornais, rádios e televisões, atrelados às verbas públicas, e submissos, em relação ao noticiário, aos interesses dos governantes, não é nenhuma novidade. A novidade talvez seja a presença cada vez maior da Internet, meio utilizado por muitos que não se fazem ouvir pelos veículos tradicionais e recorrem a ela para um grito de socorro.

Esse nariz de cera é para informar que o professor Massote me encaminhou hoje um arquivo PowerPoint que está sendo divulgado pela Internet, sem assinatura e sem data, mas que trata de um tema importante. O autor se apresenta como professor de Matemática do Estado, efetivado por concurso público, e afirma dar aulas para alunos do 3º ano do 2º grau. Diz que seu piso salarial é de 545 reais.

Talvez o arquivo seja antigo, porque no fim de 2007 a secretária estadual de Educação, Vanessa Guimarães, deu entrevista durante a entrega do Prêmio Minas de Educação, afirmando que havia encaminhado à equipe econômica do governador Aécio Neves proposta para elevar o piso salarial dos professores a 800 reais, a partir de janeiro de 2008. “Qualquer que seja o índice geral de aumento, nós queremos que a partir de janeiro esse piso que o governo está propondo nacionalmente para acontecer dentro de três anos, para 40 horas, em Minas ele aconteça em janeiro, para 24 horas, de uma única vez. De modo que não teremos nenhum professor com tempo parcial menor que 850 reais de remuneração”, afirmou a secretária de Educação. Um repórter perguntou se os professores podiam ter esperança de que sua proposta seria acatada por Aécio Neves.

– Esperança, podem. Eu me sinto na obrigação e dever de ter essa esperança.

Será quanto ganha um secretário de Estado em Minas? Mas isso não vem ao caso, embora o salário que recebe Vanessa Guimarães não seja nada desesperador. O fato é que aquele professor do arquivo – que aliás escreve mal, com vários erros de ortografia, mas isso não é relevante, pois ele dá aulas de Matemática, não de Português – parece, como muitos de nós, um desesperançado. Alguns trechos do vídeo: “Recebo por mês R\$ 33,00 de

auxílio transporte e gasto por mês no transporte cerca de R\$ 200,00”. “Não temos nenhum tipo de apoio, estamos humilhados perante a sociedade”. “Como incentivar os alunos a estudarem se eu que estudei não tenho condições dignas de viver?” “Vestimos mal, comemos mal, dormimos mal, estamos desmotivados e ‘a’ mais de dez anos sem sequer ter reposição salarial”.

Faço uma pesquisa no Google nesta manhã chuvosa de dezembro, sem ânimo para alguns telefonemas, e vejo que em 15 de agosto de 2008 o governador Aécio Neves anunciou, em entrevista, que seria pago, juntamente com o salário de setembro, bônus para 240 mil funcionários públicos em atividade (os aposentados, como sempre, estão fora, se preparando para morrer de inanição) num total de cerca de 200 milhões de reais. Entre eles, os professores. Esse prêmio por produtividade havia sido instituído no ano anterior para os funcionários da Educação. Já era pago para funcionários de alguns outros setores considerados prioritários, como parte do chamado “Choque de Gestão” criado em má hora (para os aposentados e inativos) por Aécio Neves.

Então, o arquivo do nosso professor de Matemática é mesmo antigo? Não é, pois quase no finalzinho ele nos dá uma informação que só chegou ao público mineiro em meados deste ano: o valor da obra do Centro Administrativo de Minas Gerais. Afirma o arquivo:

“O governo de Minas diz que não tem dinheiro em caixa para melhorar o salário dos professores mas para construir um palácio de R\$ 1.200.000.000,00 ele tem. É um valor suficiente para construir e equipar quatro hospitais como o Instituto do Câncer de São Paulo, o antigo Instituto da Mulher, considerado o maior dessa especialidade na América Latina com 474 leitos. E ainda sobriariam R\$ 120 milhões, o suficiente para um hospital de médio porte com 200 leitos”.

O autor do arquivo conclui pedindo: “Repassem esta mensagem para sua lista de contatos. Não temos voz na mídia e precisamos da Internet para que a população saiba o que acontece nas escolas públicas de Minas Gerais. Mandem seu manifesto de apoio para: profdeminasnamiseria@yahoo.com.br.”

Pois é, concordo, não temos voz na mídia.

(8/12/2009)

Salário dos professores: Minas é o 18º no ranking dos estados



Este blog publicou no dia 8 de dezembro passado artigo intitulado “Professores mineiros pedem socorro”, no qual me baseei numa mensagem de professor não identificado que leciona Matemática para alunos do 3º ano do 2º grau da rede estadual de ensino e que disse receber piso salarial de 545 reais. Registrei que no fim de 2007 a secretária estadual de Educação, Vanessa Guimarães, afirmou ter encaminhado à equipe econômica do governador Aécio Neves proposta para elevar o piso salarial dos professores a 800 reais, a partir de janeiro de 2008. Qual, portanto, a minha surpresa, ao receber agora levantamento nacional sobre salários das redes estaduais de ensino, feito em setembro último, revelando que o salário pago pelo governo mineiro é de R\$ 336,26 para professores de nível médio, de R\$ 410,24 para professores com licenciatura curta e de R\$ 500,49 para os com licenciatura plena.

O mais incrível é que a remuneração de todos eles é a mesma: R\$ 850,00. (No site do Sebrae paulista, aprendo: “A remuneração pode ser definida como a somatória dos benefícios financeiros, dentre eles o salário, pago ao empregado por um empregador, em função de uma prestação de serviços. Tal remuneração será acordada através de um contrato assinado entre empregado e empregador. O salário é uma espécie de remuneração. Podemos utilizar como analogia a figura de uma cesta de frutas, na qual a remuneração representa a cesta e, o salário, uma das frutas”.) Pois, para fazer jus a essa expressiva remuneração, os professores precisam trabalhar 24 horas semanais. Suspeito que nessa conta não estão incluídas as horas que gastam em casa preparando aulas e corrigindo exercícios dos alunos.

O espantoso, nessa revelação, é que em 5 de agosto de 2004, em solenidade no Palácio da Liberdade, o governador Aécio Neves sancionou o tão esperado Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica, prometendo que seriam beneficiados 234 mil servidores ativos e inativos da área da educação. Pode-se ler no site do governo trechos do discurso do governador:

“Peço que guardem este número: 234 mil servidores. Se o setor da Educação fosse uma empresa, seria hoje uma das maiores corporações mundiais, em número de funcionários. E todos eles serão beneficiados por este novo Plano de Carreira. Mais simples, mais direto, mais transparente e mais justo, o Plano oferece aos servidores maior número de opções e possibilidades de acesso, amplia a liberdade de escolha e elimina um cipoal de regras e regulamentos antes impostos aos profissionais do ensino.”

Depois de afirmar que a remuneração passaria a ser feita de acordo com a qualificação acadêmica do profissional – e não mais pelo seu nível de atuação – e de lamentar que “os professores das primeiras séries do ensino fundamental – responsáveis pela alfabetização – sempre tiveram remuneração inferior à dos professores de 5^a à 8^a série ou do ensino médio, mesmo que apresentassem vários títulos de pós-graduação”, admitiu Aécio Neves:

“Há clara defasagem salarial, com a qual ainda somos obrigados a conviver, mas estejam certos de que o Estado tem a visão clara de que esse problema também precisará e será superado com o trabalho sério que estamos fazendo na gestão das finanças públicas. E tenho a absoluta convicção de que, dentro de muito pouco tempo, nós estaremos também resgatando, do ponto de vista salarial, os profissionais da educação em Minas Gerais.”

Pois bem. Passaram-se mais de cinco anos, e o que verificou, em setembro de 2009, o Sindicato Apeoc, dos servidores da rede pública de educação do Ceará, ao fazer uma análise comparativa salarial dos professores das redes estaduais em todo o país?

Minas Gerais está em 18º lugar, no *ranking* dos estados sobre as remunerações para professores com licenciatura plena e jornada de 40 horas semanais, em início de carreira. A pesquisa completa pode ser vista no site do Sindicato Apeoc. O Distrito Federal é o que paga mais (R\$ 3.227,87), seguido do Maranhão (R\$ 2.810,36) e de Roraima (R\$ 2.806,04), enquanto em Minas a remuneração não chega a 1.417 reais. Pior do que isso, só oito estados, embora nos orgulhemos de ter o terceiro maior PIB (Produto Interno Bruto) do país. A hora-aula para os professores mineiros vale apenas R\$ 7,08, contra R\$ 16,13 no Distrito Federal.

Só para comparar, veja este anúncio veiculado há seis dias no site do Banco Nacional de Empregos, oferecendo vaga para pedreiro em obra de construção de apartamentos em Belo Horizonte: Salário: R\$ 1.100,00. Observações: Carteira assinada, salário + produtividade + benefícios: cesta básica + vale transporte + seguro de vida.

O que explica essa situação que envergonha os professores mineiros? É uma questão de prioridades. Aécio Neves preferiu gastar em obras, como a construção da Cidade Administrativa, e em infraestrutura, relegando para uma das últimas prioridades o investimento em professores. O site do governo destaca, por exemplo, que 3.550 escolas estaduais foram atendidas com melhorias de mobiliário e equipamentos escolares, desde 2003. Entre esses equipamentos, não poderiam faltar os computadores, mas apenas 2.393 professores e técnicos escolares foram capacitados em informática.

Ninguém nega o esforço da maioria dos professores para superar essas dificuldades, mas o resultado pode ser visto no teste aplicado em 2008 pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (Proeb). Em Matemática, apenas 3,8% dos alunos do 3º ano do ensino fundamental apresentaram o resultado recomendado. No 9º ano, foram 18,8% e no 5º ano, 44,7%. Em Português, os resultados recomendados foram, respectivamente, de 30,4%, 28,0% e 31,5%. Os dados podem ser conferidos no site do governo. O fato é que os professores, ao contrário dos pedreiros, perderam a capacidade de se organizar para exigir remuneração justa.

Nem sempre foi assim. Quando Magalhães Pinto governava Minas, uma professora que participava de uma manifestação na Praça da Liberdade deu-lhe com uma sombrinha na careca. Isso ocorreu antes do golpe de 1964. Após o golpe, no governo Francelino Pereira, os professores fizeram duas greves de grande repercussão na imprensa, e delas nasceu o seu sindicato (Sind-UTE) que hoje parece ter sido cooptado pelo governo e não tem reagido a essa situação de vexame.

Ao discursar há mais de cinco anos, no lançamento do Plano de Carreira, Aécio Neves deixou transparecer um pouco de sua mentalidade, ao dizer: “Se o setor da Educação fosse uma empresa, seria hoje uma das maiores corporações mundiais”.

Não há de se negar, o neto de Tancredo Neves tem um espírito empresarial. E dos mais tacanhos. Para esse tipo de empresário, empresa boa é aquela que lucra muito à custa, principalmente, dos baixos salários. E da qualidade, por consequência.

(17/2/2010)

POLÍTICA MINEIRA

Bancada mineira na Câmara dos Deputados terá 25 milionários

O IBGE calcula que a renda per capita média em Minas Gerais é de R\$ 8.767,00 por ano. No último dia 1º de outubro, 10,2 milhões de mineiros foram às urnas e depositaram ali votos válidos para eleger seus representantes no Senado, na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa, além do presidente da República do governador do Estado. Havia 534 candidatos à Câmara dos Deputados. Os 53 eleitos declararam à Justiça Eleitoral bens que somam mais de R\$ 88,8 milhões. Ou R\$ 1 milhão 676 mil por deputado eleito, em média. Resultado: os mineiros, embora pobres na grande maioria, terão 25 milionários representando-os na Câmara dos Deputados.

Observe-se que os bens declarados ao Tribunal Regional Eleitoral estão, em geral, avaliados por baixo pelos próprios declarantes. É difícil acreditar, por exemplo, que a deputada Maria Lúcia Cardoso, que se reelegeu pelo PMDB, tenha bens de apenas R\$ 1,85 milhão. Ela é casada com o ex-governador Newton Cardoso, considerado um dos homens mais ricos de Minas. O mais incrível, talvez, seja a declaração da deputada federal Maria do Carmo Lara, 52 anos, que se reelegeu pelo PT: meros 29 mil reais, para quem já foi prefeita de Betim, segundo município mais rico de Minas.

Vítor Penido, um antigo político do PFL, que já foi prefeito por duas vezes de Nova Lima, município bem menos rico, e que se elegeu deputado federal, declarou bens de R\$ 3,94 milhões. Ele se diz empresário, embora seja também um político profissional.

Os eleitores petistas podem, no entanto, estar orgulhosos. Seu candidato mais votado para a Câmara dos Deputados, com 110 mil votos, é um novato na política. Trata-se do advogado Juvenil Alves Ferreira Filho, 47 anos, que declarou bens de R\$ 6,48 milhões. É a primeira vez que um milionário se candidata pelo PT mineiro. Ele vai dividir a bancada com Maria do Carmo, Virgílio Guimarães (bens de R\$ 184 mil – outra surpresa, pois ele é um antigo político profissional petista e filho de um rico pecuarista de Curvelo, que foi secretário da Agricultura de Minas na década de 1960), Elismar Prado (R\$ 84,9 mil), Odair Cunha (R\$ 140,9 mil), Gilmar Machado (R\$ 98 mil), Reginaldo Lopes (R\$ 194,6 mil),

Miguel Correa Júnior (R\$ 100 mil) e José Leonardo Monteiro (com bens declarados de R\$ 89 mil). Juvenil corre risco de se sentir um estranho no ninho. Ou não?

Em termos de riqueza declarada, estes dois se destacam: o ex-capitão da PM Edmar Moreira (PFL), 67 anos, e velho político profissional, com bens de 9,5 milhões; o empresário da construção civil Ciro Pedrosa (PV), 50 anos, com bens declarados de R\$ 9,87 milhões, e novato na política.

Os eleitores mineiros resolveram reconduzir à Câmara dos Deputados um antigo arenista, Humberto Souto, 72 anos, que já presidiu o Tribunal de Contas da União, e agora volta nos braços do PPS, com bens declarados de R\$ 3,2 milhões. Outro ex-arenista de destaque em Minas, o ex-ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, preferiu deixar sua vaga na Câmara dos Deputados para o filho Paulo Abi-Ackel, um advogado de 43 anos, divorciado, que declarou bens de R\$ 2,1 milhões. Quase tanto quanto outro ex-arenista e veterano da política: o deputado federal Bonifácio Andrada (PSDB), 76 anos, que declarou bens de R\$ 2,16 milhões.

Outros deputados mineiros que não se sentirão constrangidos entre os ricos da Câmara dos Deputados, eleitos em todo o país, são: Lael Varella (PFL), R\$ 5,75 milhões; Olavo Bilac Pinto Neto (PL), R\$ 5,1 milhões; Jaime Martins (PL), R\$ 2,69 milhões; Pastor Mário de Oliveira (PSC), R\$ 2,35 milhões; Antônio Andrade (PMDB), R\$ 2,2 milhões; Mauro Lopes (PMDB), R\$ 2,1 milhões; Carlos Melles (PFL), R\$ 2,1 milhões; Carlos Willian (PTC), R\$ 1,85 milhão; Luiz Fernando Faria (PP), R\$ 1,74 milhão; Marcos Montes Cordeiro (PFL), R\$ 1,7 milhão; Fernando Diniz (PMDB), R\$ 1,5 milhão; José Saraiva Felipe (PMDB) R\$ 1,5 milhão; Mário Heringer (PDT), R\$ 1,5 milhão; Aelton Freitas (PL), R\$ 1,4 milhão; Aracely de Paula (PL), R\$ 1,4 milhão; José Santana de Vasconcelos (PL), R\$ 1,19 milhão; e Reinaldo Moreira (PP), R\$ 1 milhão.

Se o critério da riqueza pode indicar que os eleitores mineiros não souberam escolher seus representantes, o que dizer do critério do sexo? Mais da metade dos eleitores são mulheres. No entanto, foram eleitas apenas três candidatas para a Câmara dos Deputados. Além das duas Marias citadas, a atual deputada estadual Jô Moraes, do PC do B, com renda declarada de R\$ 128 mil . Aliás, também uma Maria: o nome completo dela é Maria do Socorro Jô Moraes Vieira.

Pior ainda, se for considerado o critério da cor. Não há negros entre os eleitos. Todos são brancos, com exceção de três mulatos: George Hilton dos Santos (PP), 35 anos, com renda declarada de R\$ 294,5 mil, Gilmar Machado (PT) e Mário de Oliveira (PSC).

Um outro critério é o da escolaridade. Os únicos que declararam ter apenas o segundo grau incompleto foram o pastor Mário de Oliveira e João Magalhães. Este é um deputado federal reeleito pelo PMDB e que se declarou empresário, com bens de R\$ 713 mil. Lael Varela completou o ensino médio e Jô Moraes, João Bittar Júnior e George Hilton têm o superior incompleto. Os outros 48 declararam ter completado o curso superior. O índice de analfabetismo em Minas ainda é elevado, de 11%, mas os eleitores, em geral, parecem ter feito questão de mostrar que valorizam também a educação ao escolher seus representantes...

(9/10/2005)

Nossos deputados milionários e seus gastos inexplicáveis de campanha

As voltas que a política dá para nos pegar desprevenidos numa curva do caminho! O PSDB nasceu em junho de 1988, resultado da reação de opositores históricos do golpe de 64, como Mário Covas e Franco Montoro, ao desvirtuamento do PMDB, que foi assaltado por arrivistas de todas as espécies durante o governo Sarney. Em Minas, os melhores nomes do PMDB, como Pimenta da Veiga, sentiam-se expulsos do partido que ajudaram a fundar, devido ao domínio que sobre ele exercia o governador Newton Cardoso, notório corrupto.

O PSDB teve também seu momento de PMDB, durante os oito anos de Fernando Henrique Cardoso. No governo, não soube fechar a porteira a muita gente que faz da política uma escada para o sucesso pessoal, sobretudo econômico.

É o que se vê também, nos últimos quatro anos, em Minas, com o governo de Aécio Neves – aliás, um homem que relutou muito em deixar o PMDB de Newton Cardoso, só ingressando no PSDB mais de um ano depois de sua fundação.

Agora, não se observa qualquer diferença entre o PMDB e o PSDB em Minas. Um fenômeno que começa a alcançar também o PT, que teve entre seus deputados federais eleitos em outubro passado até um milionário: o advogado Juvenil Alves, que declarou à Justiça Eleitoral bens no valor de mais de R\$ 6,48 milhões, e que afirma ter gastado na campanha R\$ 447,6 mil. Foi o mais votado do PT mineiro, com 110.651 votos. É o 18º no ranking dos 53 eleitos.

O campeão dos gastos para se eleger à Câmara dos Deputados, porém, é o presidente do PSDB mineiro, Nércio Rodrigues, que declarou bens de cerca de R\$ 566 mil e, na prestação de contas apresentada à Justiça Eleitoral, afirma ter consumido em sua campanha R\$ 1,496 milhão. Ficou entre os três mais votados, com 152 mil votos. O mais bem votado de todos foi Rodrigo de Castro, do PSDB, com 294 mil votos. Um estreante na política, ele herdou o curral eleitoral do pai, o deputado federal Danilo de Castro, secretário de Governo de Aécio Neves e coordenador da campanha do governador à reeleição. Rodrigo é um advogado que,

aos 35 anos de idade, declarou ao TRE bens de mais de R\$ 685 mil e diz ter gastado na campanha R\$ 1,465 milhão.

Depois dos tucanos Nécio e Rodrigo, quem mais gastou na campanha, segundo as prestações de contas feitas à Justiça Eleitoral, foi o pemedebista Leonardo Quintão, que afirma ter bens de R\$ 982 mil e ter gastado R\$ 1,32 milhão. O PFL, que já foi o partido dos políticos ricos, nos bons tempos de herdeiro da Arena, tem no ex-ministro Carlos Mello, o seu mais notório representante nessas eleições mineiras. Com bens declarados de R\$ 2,138 milhões, ele gastou cerca de R\$ 1,229 milhão. Elegeu-se com 118 mil votos, o 15º na classificação geral.

Na lista dos grandes gastadores na campanha, o 6º e o 7º lugares pertencem a dois candidatos de outro partido herdeiro da velha Arena, o PPS. Alexandre Silveira, que declarou bens de R\$ 950 mil, gastou R\$ 1,195 milhão. E Paulo Piau, com bens declarados de R\$ 240 mil – é difícil acreditar, mas isso é problema do TRE, que não fiscaliza as declarações apresentadas pelos candidatos –, afirma ter gastado R\$ 1,161 milhão. Mesmo assim, ficou em 47º lugar.

Parecido com o Piau é o petista Virgílio Guimarães, que se reelegeu com 101 mil votos, tendo declarado bens de apenas R\$ 184,4 mil e gastado na campanha R\$ 1,002 milhão. Virgílio é um político profissional petista. Já foi deputado estadual, candidato a governador, a prefeito da capital, e está há três legislaturas (12 anos) na Câmara dos Deputados. O pai era um rico pecuarista de Curvelo, ex-secretário da Agricultura de Minas. Se a declaração de bens dele está correta, esse petista gasta tudo o que ganha no exercício do cargo nas campanhas eleitorais ou é um perdulário. Deve ser o caso também da ex-prefeita de Betim e ex-presidente do PT mineiro, professora Maria do Carmo Lara, que é deputada federal desde 1999 e se reelegeu com 86 mil votos. Ela gastou na última campanha R\$ 318 mil e declarou bens de R\$ 29 mil.

Curiosamente, essa pobre deputada gastou mais do que a candidata mais rica de Minas, Maria Lúcia Cardoso, do PMDB, que declarou bens de apenas R\$ 1,856 milhão, embora seja casada com o ex-governador Newton Cardoso, cuja fortuna é incalculável. A ex-primeira dama mineira gastou R\$ 301 mil, teve 78 mil votos e ficou no 43º lugar. Precisa aprender com ela o deputado José Santana, do PL, que gastou R\$ 1,077 milhão (quase o mesmo valor de seus bens, de R\$ 1,195 milhão) e ficou em 19º lugar.

Craque mesmo é o empreiteiro de obras públicas Ciro Pedrosa, do PV, que estreou na política neste ano, depois de amealhar bens avaliados por ele em R\$ 9,873 milhões, e foi o 11º mais bem votado para a Câmara dos Deputados, tendo gastado na campanha menos de R\$ 679 mil. Outro milionário que não brinca com dinheiro é Edmar Moreira, do PL, que declarou bens de R\$ 9,507 milhões e se reelegeu com apenas R\$ 203 mil gastos na campanha. Desse time de “economistas” faz parte o deputado Lael Varella (PFL), dono de uma fortuna declarada de R\$ 5,751 milhões e que gastou pouco mais de R\$ 589 mil.

Como já mostramos num artigo divulgado anteriormente no blog Tamos com Raiva, dos 52 eleitos em Minas 25 declararam bens acima de R\$ 1 milhão. E um levantamento feito pelo repórter Leonardo Augusto, do jornal “Estado de Minas”, mostra que oito gastaram mais de R\$ 1 milhão na campanha. O gasto médio dos eleitos ficou em R\$ 550 mil. Eles vão representar uma população que ganha por mês, em média, menos de dois salários mínimos. Além disso, não deixa de ser espantoso um candidato gastar R\$ 1,496 milhão na campanha, como fez o presidente do PSDB mineiro, sabendo que o salário bruto do deputado federal é de cerca de R\$ 12,8 mil por mês, ou 36,5 salários mínimos. Em quatro anos de mandato ganho com esse investimento, ele vai embolsar de salários R\$ 665.600,00 brutos.

Parece um mau investimento, não? Parece, mas não é. Esses políticos sabem retirar do mandato outras remunerações que não aquela que vem do salário. Não adianta perguntar a eles, pois não dirão como fazem o milagre da multiplicação dos pães. Mesmo porque muitas dessas remunerações são ilegais, e se saírem por aí revelando sua mágica podem parar na cadeia, terminado o mandato. Enquanto permanecerem deputados, são intocáveis. Só podem perder o mandato se forem cassados pelos colegas... Mas, a protegê-los existe o coleguismo, o espírito de corpo, o é dando que se recebe. Portanto, não é de se espantar que os políticos profissionais invistam tanto nas campanhas para continuarem gozando da imunidade parlamentar.

O eleitor que se cuide. Quanto mais cedo despertar para a realidade de nossa representação legislativa, melhor será para a democracia brasileira. E para os pobres e para a classe média deste país.

(5/11/2005)

Por uma Câmara dos Deputados sem os 40 ladrões

"Não é possível que pessoa honesta faça negócio com bandido", afirmou no último dia 22 o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista à CBN, criticando os petistas acusados de tentar comprar um dossiê envolvendo, com os sanguessugas, o ex-ministro da Saúde, José Serra, candidato tucano ao governo paulista.

É uma boa frase de Lula, faltando oito dias para as eleições. Quando o eleitor escolhe um nome, ele está de certo modo fazendo negócio com o candidato, pois este se tornará seu representante. Portanto, é preciso muito cuidado para não fazer negócio com bandido. Em todo o país, são 5.400 candidatos a deputado federal, dos quais 540 em Minas. Há mais de 10 candidatos por vaga (são 513, na Câmara dos Deputados). Aparentemente, há uma ampla possibilidade de se escolher um bom candidato.

E deve ser imenso o cuidado para escolher-se um bom candidato, pois é na Câmara dos Deputados que são decididas leis importantes para o país e que atingem à população como um todo. Só para lembrar: você é livre para fazer qualquer coisa, desde que não seja proibido por uma lei. Uma lei injusta pode tirar indevidamente um pouco de sua liberdade.

É por que a maioria das pessoas não presta atenção nisso que se perpetuam, na Câmara dos Deputados, os chamados políticos profissionais. Que vão trocando de partido à medida de sua conveniência. Só para exemplificar: em Barbacena, a família Andrada pendura-se em cargos públicos, de forma hereditária, desde o começo do século XIX. Ela descende de José Bonifácio Andrada e Silva, o Patrono da Independência. Hoje, seu mais destacado membro é o deputado federal Bonifácio Andrada, que tem oito filhos. Um deles, o deputado estadual Antônio Carlos Andrada, foi eleito em março do ano passado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Outro filho, José Bonifácio Borges Andrade, é o advogado-geral do Estado.

Bonifácio Andrada, que era filho do ex-líder de Geisel na Câmara dos Deputados, Zezinho Bonifácio, começou a receber dos cofres públicos em 1965, como secretário de Educação e Cultura de Minas. Em 1971, elegeu-se deputado estadual pela Arena e, em 1979, entrou para a Câmara Federal, onde permanece até hoje. Nesses anos todos, ele

esteve na Arena, PDS, PTB e no PSDB, desde 1999, pelo qual busca a reeleição. Declarou à Justiça Eleitoral bens de mais de R\$ 2,16 milhões. É um dos sócios da Unipac, uma universidade com unidades em quase 200 municípios de Minas e Tocantins, da qual é reitor licenciado, e da Rádio Correio da Serra, de Barbacena. Na política municipal, a família Andrada, da UDN, era adversária histórica dos Bias, do PSD de Tancredo Neves. Zezinho Bonifácio, na Arena, e o avô de Aécio Neves, no MDB, não se beijavam. Mas agora, Bonifácio e Aécio só não se beijam por causa do bico tucano, que é o terror dos outros bichos na mata. Os dois são hoje grandes amigos, tanto que o governador apoiou a eleição do filho do deputado para o TCE.

Mais coerente, em termos partidários, é Lael Varella, que desde que se elegeu pela primeira vez deputado federal, em 1987, está no PFL. Dono de uma fortuna declarada ao TSE de R\$ 5,9 milhões, ele pretendia gastar R\$ 1,5 milhão para se reeleger, mas, de acordo com os últimos dados da Justiça Eleitoral, já arrecadou até agora cerca de 455 mil e gastou pouco mais de 334 mil reais.

Um ex-capitão da PM mineira, Edmar Moreira, que declarou agora bens no valor de R\$ 9,5 milhões, elegeu-se deputado federal em 1991 pelo PFL mineiro; em 1999, pelo PPB; passou depois pelo PL e, agora, está de volta ao PFL para tentar a reeleição. Nesse meio tempo, tornou-se dono de várias empresas de segurança e de transporte de valores. É um empreendedor, que declarou ter gastado na última campanha 274 mil reais e planejava gastar agora 1,5 milhão. Por enquanto, afirma ter gastado uns 112 mil. Parecem mirar-se no exemplo dele para sair-se bem na vida dezenas de policiais militares e civis mineiros que se candidataram a deputado federal. O que mais se destaca, entre estes, é Agílio Monteiro Filho, que foi diretor-geral da Polícia Federal e que, após aposentar-se ali, dirigiu o sistema penitenciário mineiro no atual governo. Ele declarou bens de 738 mil reais e pretende gastar na campanha até 1,5 milhão.

O petista João Magno de Moura tenta reeleger-se deputado federal pela terceira vez e declara já ter gastado 101 mil reais. É muito, considerando-se que ele fez declaração de bens de pouco mais de 114 mil reais, depois de ter sido prefeito de Ipatinga (1993/96) e deputado federal desde 1999. Ele é um dos 40 que respondem, no Supremo, ao inquérito 2.245, acusados no caso do mensalão. João Magno teria admitido ter recebido mais de R\$ 350 mil do esquema de Marcos Valério, mas livrou-se da cassação pelo plenário da

Câmara, um feito comemorado pela deputada petista Ângela Guadagnin na célebre "dança da pizza". Se verdadeira sua declaração de bens, é um perdulário esse Magno, que tem pendente no STF outro processo (Pet. 3680) por crime de responsabilidade na prefeitura de Ipatinga.

Ao contrário de João Magno, os eleitores não terão que decidir sobre outros dois envolvidos no escândalo do mensalão: os deputados federais Osmânio Pereira (PTB) e Roberto Brant (PFL) desistiram da reeleição.

O ex-ministro da Justiça no governo Figueiredo, deputado Ibrahim Abi-Ackel, também desistiu, mas apenas para ceder seu rebanho de eleitores ao filho, Paulo Abi-Ackel, do PSDB, um ex-juiz do TRE mineiro. Dependendo do que já arrecadou para a campanha (55,1 mil em agosto e 451,8 mil em setembro), ele tem tudo para manter a tradição da família como membro da Câmara dos Deputados. Só para comparar, uma das candidatas mais ricas de Minas, Maria Lúcia Cardoso, mulher do ex-governador Newton Cardoso, declarou receitas de campanha, até agora, de 160 mil, e despesas de 48 mil, contra 348,8 mil de Paulo Abi-Ackel.

Conheço uma cientista política que foi por duas vezes deputada federal pelo PT mineiro e que, por questões de princípios, não quis se candidatar de novo. Ela se declara contrária a políticos profissionais. Mas alguns companheiros dela não têm o mesmo escrúpulo. Por exemplo, Paulo Delgado, sociólogo e professor, que declarou bens de menos de 640 mil reais e vem-se reelegendo deputado federal pelo PT desde 1987. E está de novo no páreo. Da última vez, sua campanha teve receitas de 386 mil reais, dos quais 120 mil doados pela Açominas, 50 mil pela CBMM, 45 mil pela Tecplan e 40 mil pela Renasce - Rede Nacional de Shopping Centers. Agora estava preparado para gastar até 1,5 milhão, mas não chegou ainda a 235 mil. Parece que os doadores, depois de tantos escândalos, estão pouco generosos.

Diante da tentativa desses políticos de perpetuarem-se no poder, dá até pra ver com otimismo a apresentação de algumas candidaturas novas que parecem viáveis, como a do ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Stefan Salej. Empresário de sucesso – fundou a Tecnowatt, que se tornou a maior indústria de luminárias do país, e que foi vendida recentemente a um grupo espanhol – Salej poderia ter, aos 62 anos, uma aposentadoria confortável (declarou bens de 7,3 milhões), mas quer ir para a

Câmara dos Deputados, pelo PSB mineiro, por achar que o Congresso precisa de políticos com uma nova mentalidade. Alguma coisa do pensamento dele pode ser vista na internet^v.

Mas não descobri o que pretende, na Câmara dos Deputados, outro empresário de sucesso estreante na política. Trata-se de Ciro Francisco Pedrosa, 50 anos, que declarou bens de 9,87 milhões de reais, dos quais 98% referentes a cotas da empreiteira Infrater Engenharia e Construção Ltda, fundada em Betim em 1979, e que tem entre seus principais clientes prefeituras, secretarias de Estado, Copasa, Cemig, DER, Comig e Infraero. Não sei se ele tem planos de desenvolvimento para o país, ou só para a Infrater.

Na imensa lista de candidatos, é possível descobrir outros rostos conhecidos, como o administrador Antônio Roberto Soares, autor de alguns livros de auto-ajuda e que aparece em programas de televisão. Aos 64 anos, ele está disposto a gastar até 1,5 milhão de reais para ser nosso representante na Câmara. É alguém que deve ter muita confiança na auto-ajuda. Muitos devem conhecer também - não é o meu caso, infelizmente - o candidato à presidência do Clube Atlético Mineiro, o Itamar do Galo, como registrou sua candidatura a deputado federal e vem se apresentando no rádio e na tevê o aposentado Itamar Vasconcellos Dias, que declarou como único bem 197 cotas da Savassi Publicidade Ltda, no valor de 197 reais. Mas que esperava gastar na campanha até 1,5 milhão.

Vá-se entender tanto otimismo dos candidatos...

Apesar de muito grande, a lista de candidatos não dá muita esperança de que a próxima Câmara dos Deputados não seja formada, principalmente, por políticos profissionais, muitos deles de triste história, como Paulo Maluf e Eurico Miranda, que tiveram suas candidaturas aceitas pela Justiça Eleitoral, apesar das inúmeras denúncias que pesam contra eles na própria justiça. Eurico Miranda, candidato a deputado federal pelo PP do Rio de Janeiro, responde a nove processos penais e foi condenado, em primeira instância, em um deles. O TRE do Rio rejeitou sua candidatura, mas ele recorreu ao TSE, e venceu por quatro votos a três. A favor de sua candidatura, votaram os ministros Marcelo Ribeiro, Marco Aurélio de Mello, Cezar Peluso e Geraldo Grossi. Paulo Maluf, uma espécie de ícone dos políticos corruptos, chegou a ficar alguns dias na cadeia, no ano passado, mas isso pouco importa para o TSE.

Na verdade, a renovação pura e simples do Congresso (e há os que falam em 50% de renovação) não é solução. Pois, entre os novos deputados, podem estar velhos políticos que

ocupavam cargos de prefeitos ou de deputados estaduais e vereadores. E também gente como o estilista e apresentador de TV Clodovil Hernandes. Uma de suas declarações, em entrevista para a Folha de S. Paulo, mostra bem o que ele pensa: "Eu nasci aqui e não na Alemanha, onde tudo é melhor, a começar pela raça. Nós viemos de índios bobos, antropófagos, você não pode pretender que as coisas sejam iguais."

Pelo menos Salej, que nasceu na Eslovênia, um pequeno país vizinho da Alemanha, chegou ao Brasil com a família aos 16 anos e optou pela cidadania brasileira. E não pensa como Clodovil e como boa parte de nossos velhos políticos. Daí seu nome aparecer neste Tamos com Raiva entre os candidatos novos contra os quais não temos restrições. Pois, mesmo que não concordemos com todas as suas idéias, é melhor que ele tenha idéias visando ao bem comum das quais discordamos, por estarem à nossa direita, do que não ter idéia nenhuma - ou tê-las visando apenas ao próprio bem, como a maioria dos candidatos.

(23/9/2006)

Nosso velho candidato ao Senado e seu suplente vivaldino

Pesquisa do Ibope, divulgada anteontem, mostra o avanço da candidatura de Eliseu Resende (PFL) ao Senado, pela coligação "Minas não pode parar", do governador Aécio Neves (PSDB), que tem aparecido muito na campanha eleitoral do candidato. Esse avanço pode representar a derrota do ex-governador Newton Cardoso (PMDB), que tem o apoio do PT e, sobretudo, de Lula. Além do presidente da República, têm aparecido na campanha no rádio e na tevê, pedindo votos para Newton, o vice-presidente José Alencar (PRB), o ministro das Comunicações, Hélio Costa (PMDB), e dois petistas: o prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, e o ministro de Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, ex-prefeito da capital mineira. As intenções de voto para Newton caíram de 27 para 25%, desde 31 de agosto, enquanto subiam, para Eliseu, de 19 para 35%.

Newton é um péssimo candidato, como demonstramos neste blog, mas não há motivos para comemorar a possibilidade de ele ser derrotado por Eliseu Resende. Sua campanha eleitoral baseia-se muito nas obras feitas quando Eliseu Resende ocupava cargos importantes no governo federal, durante a ditadura militar, o que levou Newton a ressaltar: as obras não foram feitas por ele, mas pelos militares.

Formado em Engenharia pela UFMG, com doutorado em Matemática pela Universidade de Nova York, Eliseu Resende, a partir de 1964, foi diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagens de Minas Gerais (DER-MG) e do DNER (hoje DNIT). Em setembro de 1975, chegou a ter suas contas contestadas pelo Tribunal de Contas da União, por causa dos aditivos contratuais e da não publicação dos contratos no Diário Oficial. Ele alegou que a autarquia era dispensada de publicação, e ficou por isso mesmo. Em plena ditadura, o TCU apenas fazia de conta que fiscalizava o governo...

Em 1979, já no governo Figueiredo, Eliseu assumiu o Ministério dos Transportes e apresentou como um dos seus principais projetos concluir a Ferrovia do Aço, lançada cinco anos antes pelo general Dirceu Nogueira, então ministro dos Transportes, com a promessa de que a obra seria concluída em mil dias. Passados quase dois mil dias, Eliseu verificou, em junho de 1979, que apenas metade da terraplenagem havia sido feita em cinco anos e

somente 30% das obras de arte (viadutos, pontes e túneis) estavam construídos. Eliseu planejava gastar 916 milhões de dólares, em quatro anos, na construção da Ferrovia do Aço, mas admitia que era grande desafio ser ministro quando falta dinheiro. E não cumpriu a promessa de concluir a obra.

Em 1982, deixou o Ministério para candidatar-se ao governo de Minas, como candidato oficial. Seu principal concorrente era Tancredo Neves, de 72 anos de idade. No calor da campanha, Eliseu, então com 53 anos, chamou Tancredo de velho e, por isso, sem condições para governar o estado. Gastou um dinheirão na campanha, mas perdeu as eleições para o velho Tancredo, avô de Aécio Neves. Agora, com 77 anos e sete meses, quer ser senador. O primeiro suplente de Eliseu é o vice-governador de Minas, Clésio Andrade, do PL, que tem hoje 54 anos.

Se Eliseu vencer, ele, Clésio, tem grande chance de ser senador nos próximos oito anos. Em 2015, quando terminar o mandato do senador, se for eleito dia 3 de outubro próximo, Eliseu estará com 85 anos. Antes disso, poderá ter morrido ou ter sido nomeado para um cargo em que possa fazer o que mais gosta - tocar obras -, deixando a vaga de senador para Clésio, que muito precisa de imunidade parlamentar.

Por que ele busca a imunidade?

Clésio Soares de Andrade, que começou a vida como trocador de ônibus, parece ter muita coisa a esconder da justiça, a começar pelos bens declarados à Justiça Eleitoral. O site do TSE mostrou o valor total dos bens declarados por ele: R\$ 5,035 milhões, assim discriminados: 1. Ações da União Brasil Part. S/A, R\$ 4,16 milhões; 2. Quotas da Tagua Agrop. E Part. Ltda, R\$ 475 mil; 3. Um imóvel residencial na Av. Alfredo Camarati, 240, Bairro São Luiz, em Belo Horizonte, R\$ 400 mil.

Três itens apenas. Eliseu Resende detalhou melhor sua declaração de bens, embora os imóveis tenham sido apresentados com valores históricos. Por exemplo, sua mansão no Bairro Santa Amélia, região da Pampulha, consta com o valor de R\$ 37.752,11. No mesmo bairro, ele declara seis lotes na quadra 29, a R\$ 47.884 (o preço total para os seis), e dois na quadra 83, a R\$ 16.100,15 os dois. Não sei se ele vende por esse preço, se alguém estiver interessado em comprar... Mas Eliseu, que tem também um apartamento na Av. Atlântica, no Rio, por R\$ 416.383,66, não teve como declarar valores históricos para suas aplicações financeiras, que somam R\$ 1,429 milhão. A soma dos bens declarados é de R\$

2.918.546,50. E uma curiosidade: ele declarou possuir R\$ 138.794,55 em obras de arte (quadros, pinturas, tapetes). Se for valor histórico também e, entre esses quadros, houver algum Picasso...

Não há de se negar o sucesso desse doutor em Matemática que nasceu de uma família pobre no interior de Minas e passou a maior parte da vida profissional em cargos públicos. Mesmo assim, na minha opinião, os eleitores deveriam indicar-lhe o caminho da aposentadoria. Sobretudo, por que, ao elegê-lo senador, poderão, sem o saber, estar conduzindo ao Senado a controvertida figura de Clésio Andrade.

Dirão que é má vontade minha contra o vice-governador mineiro. Porém, não consigo esquecer que, em 2004, o Ministério Público Federal (MPF), no rastro das investigações da Polícia Federal contra doleiros, acabou pedindo a quebra do sigilo bancário de Clésio Andrade e de sua mulher, Adriene Barbosa de Faria Andrade, então prefeita de Três Pontas e presidente da Associação Mineira de Municípios. Reportagem publicada no dia 29/8/2004 pela "Folha de S. Paulo" revelava: o MPF investiga suspeita de lavagem de dinheiro para financiamento de campanha eleitoral em operações realizadas por duas instituições dirigidas pelo vice-governador de Minas, Clésio Andrade. São elas: Instituto de Desenvolvimento, Assistência Técnica e Qualidade de Transporte (Idaf), vinculada à Confederação Nacional de Transportes (CNT), presidida por Clésio desde 1993, e Instituto J. Andrade, de Juatuba, cuja entidade mantenedora é também presidida por Clésio. O juiz Jorge Macedo Costa, da 4ª Vara Federal em Belo Horizonte, determinou em 27/7/2004, a quebra do sigilo bancário dos dois institutos, mas, antes que isso ocorresse, foi obrigado a remeter o processo ao Superior Tribunal de Justiça, por causa do cargo de vice-governador. O processo corre ali em segredo de justiça.

Clésio Andrade está sendo também processado pelo Ministério Público mineiro, num caso envolvendo a privatização do Credireal. Ele foi acusado de ter-se aproveitado de "crescente prestígio econômico e político" para obter, em outubro de 1996, a quitação de dívida de R\$ 1,8 milhão da SMP&B Publicidade, da qual era sócio, no Credireal. Andrade teria oferecido uma fazenda comprada, um ano antes, por R\$ 140 mil pelo pai, o pecuarista Oscar Soares Andrade, que depois se elegeu prefeito de Juatuba, a 40 quilômetros de Belo Horizonte.

O Banco Central exige pelo menos três avaliações, em caso de recebimento de bens para pagamento de dívida. De acordo com a acusação do Ministério Público, a diretoria do Credireal contentou-se com um único laudo, que avaliou a fazenda Santa Rosa em R\$ 2,4 milhões. Entre abril e junho de 2001, já incorporada ao patrimônio do Estado, a fazenda foi avaliada em R\$ 264 mil, R\$ 320 mil e R\$ 337 mil, conforme reportagem da Folha de S. Paulo, de 22/4/2005.

O Ministério Público afirmou, na denúncia, que Clésio Andrade e o pai se aproveitaram da "iminente privatização do Credireal", o que "camuflaria a transação fraudulenta", para convencer os diretores do banco a aceitarem sua proposta.

Como se vê, há motivos para Clésio querer a imunidade proporcionada pelo cargo de senador.

E Clésio Andrade está-se tornando um perito em galgar cargos públicos como vice. Em 1998, não deu certo. Era candidato a vice-governador na chapa de Eduardo Azeredo, que não conseguiu reeleger-se. Azeredo disputou o segundo turno com Itamar Franco (cujo vice era Newton Cardoso) e recebeu apenas 42% dos votos válidos. Nas eleições seguintes, Azeredo elegeu-se senador e, depois que José Serra foi eleito prefeito de São Paulo, assumiu a presidência do PSDB, que deixou por causa do escândalo do financiamento da campanha eleitoral, que teve importante participação da SMP&B e de seu sócio-proprietário Marcos Valério. Enquanto isso, Clésio via seu esforço coroado ao eleger-se, em 2002, vice do governador Aécio Neves. Agora, porém, buscando a reeleição, Aécio preferiu livrar-se do vice, empurrando Clésio para os braços cansados de Eliseu Resende.

Está agora nas mãos dos eleitores resolver a questão. Eu já decidi: não voto em Newton Cardoso, nem em Eliseu Resende. Talvez vote na candidata do PSOL, Maria da Consolação Rocha. Confesso que ainda não a conheço. Sei que nasceu em Belo Horizonte de família pobre e hoje, aos 43 anos, é professora de ensino superior. Mas não subiu muito, em termos de riqueza, a julgar por sua declaração de bens à Justiça Eleitoral: 42.100 reais (um carro Escort de 7.100 e uma casa de 35 mil). Ela informou ao TSE que vai gastar na campanha até 300 mil reais, contra os 8 milhões de Newton Cardoso e os 6 milhões de Eliseu Resende.

Espero que nenhum dos três receba doações no montante esperado. Dificilmente Maria da Consolação terá os 300 mil, pois seus eleitores não têm dinheiro sobrando e não vejo

empresas jogando dinheiro fora. Elas só doam para candidatos viáveis e com retorno garantido. Mas, qualquer que seja o valor que gastar, cuide bem de apresentar à Justiça Eleitoral uma prestação de contas incontestável, porque ela tem-se mostrado implacável com esse tipo de candidatura.

É uma justiça que cassa a candidatura de Rui Pimenta à presidência da República pelo PCO e registra a de Paulo Maluf, do PP, que busca a imunidade na Câmara dos Deputados. Já não está valendo a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que em novembro de 2005 determinou que os direitos políticos dos ex-prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta fossem cassados. A decisão resultava de uma ação por improbidade administrativa. Na ação, Pitta e Maluf foram acusados de simular que a arrecadação da cidade de São Paulo era superior ao real e, com isso, gastar além do permitido. No dia 10 de setembro do ano passado, Maluf e o filho Flávio foram presos pela Polícia Federal em São Paulo, acusados de cinco crimes: evasão de divisas, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, formação de quadrilha e peculato ou apropriação de dinheiro público. Quarenta dias depois, foram postos em liberdade, por decisão do Supremo Tribunal Federal, para felicidade de Newton Cardoso e de tantos outros que fazem política na mesma linha de Maluf. É por essas e por outras que tamos com raiva!

17/9/2006

Rastreamento de dinheiro leva ao ninho tucano

Políticos e seus assessores nas campanhas eleitorais devem estar debruçados sobre o relatório de 172 páginas datado de 4 de julho passado e assinado pelo delegado Luís Flávio Zampronha de Oliveira, da Polícia Federal, mas que só veio a público graças ao Consultor Jurídico). Os políticos espertos estarão em busca das falhas da campanha de reeleição do governador Eduardo Azeredo, em 1998. Falhas que possibilitaram o indiciamento em crimes de peculato de Marcos Valério e seus sócios nas empresas de publicidade SMP&B e DNA e de presidentes e diretores de estatais mineiras importantes, além de alguns de seus assessores de imprensa, que começaram a carreira em jornais mineiros e em sucursais de jornais de outros estados.

O relatório, porém, está incompleto, como admite o próprio delegado Zampronha, que, na página 172, sugere ao Ministério Público Federal, na pessoa do procurador-geral da República, a necessidade de realização de quatro providências, entre elas a quebra de sigilo da Samos Participações Ltda., empresa do ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia. Para jornalistas e donos de empresas jornalísticas de Minas, no entanto, a providência que deve mais chamar a atenção é a segunda:

"2. A continuação do rastreamento da trilha do dinheiro (*paper trail*) recebido por Amadeu Machado Filho, indicado como beneficiário do cheque compensado no dia 01/09/1998 no valor de R\$ 242.271,17, e por Valter Eustáquio Cruz Gonçalves, que recebeu três cheques da SMP&B Comunicação, dois no valor de R\$ 420.000,00, nos dias 08/09/1998 e 29/09/2006, e outro, em 20/08/1998, no valor de R\$ 280.000,00, perfazendo o total de R\$ 1.120.000,00, devendo ser solicitado o afastamento do sigilo bancário das contas onde foram depositadas tais quantias visando à análise de suas movimentações".

A atenção de editores e donos de empresas jornalísticas, evidentemente, não está no erro de digitação do ano da emissão do cheque (1998, e não 2006), mas nas consequências que tais investigações podem ter para eles. Muitos receberam dinheiro no caixa 2 sem contabilizar – e, às vezes, até sem que outros dirigentes da empresa ficassem sabendo –

para publicar releases feitos pela campanha de Azeredo. Tudo indica que tais repasses foram feitos por Valter Cruz, um conhecido agenciador de anúncios de Belo Horizonte.

Aqueles cheques não foram depositados pela SMP&B na empresa de Valter Cruz, mas na conta pessoal dele no Bank Boston, agência 16, conforme admitiu em depoimento na Polícia Federal, que estava rastreando onde havia sido gasto o empréstimo de R\$ 9 milhões tomado pela DNA Propaganda no Banco Rural. Diz o relatório: "O próprio Marcos Valério, referendado por Cláudio Mourão (responsável financeiro pela campanha de Azeredo), admitiu que tal empréstimo foi destinado à campanha de reeleição do governador Eduardo Azeredo." Segundo o relatório, Valter "não diz a verdade" ao responder que não se recorda de tais repasses, "mas que provavelmente sejam em razão de suas relações comerciais com a SMP&B".

É uma prática relativamente comum, na imprensa mineira, sobretudo no jornal *Estado de Minas*, cobrar dos comitês eleitorais para publicar notícia sobre os candidatos. Pessoas de dentro do *Estado de Minas* me informaram que, no ano passado, o jornal de Assis Chateaubriand (que na década de 1950 cobrou uma fortuna do governador paulista Adhemar de Barros para publicar o lançamento de sua candidatura à Presidência da República em seus jornais, conforme se lê em *Chatô, o Rei do Brasil*, do jornalista Fernando Morais) deixou de fazer essa cobrança dos políticos. Se verdadeira a informação, é um bom resultado da investigação que vinha sendo feita pela equipe do delegado Zampronha.

Espera-se que o ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, a quem é dirigido o relatório do delegado Zampronha, tenha concedido um prazo maior para o aprofundamento das investigações e também para a correção de algumas falhas evidentes. Por exemplo, em nenhum momento o relatório tipifica os crimes em que poderiam ter incorrido o senador Eduardo Azeredo e o ministro Walfrido dos Mares Guia, embora o faça em relação a outros investigados. Diz, por exemplo, que incorreram no crime tipificado no art. 312 do Código Penal sete dirigentes da estatal Comig, três da Copasa, seis do Grupo Bemge, seis da Cemig, seis da SMP&B e DNA, entre outros, incluindo aí pessoas registradas como jornalistas profissionais no Ministério do Trabalho, mas que exerciam o cargo de secretário de Comunicação Social do Governo (Eduardo Guedes) na época da

campanha, ou de assessoria de imprensa na Cemig (Francisco Stheling Neto, Luiz Henrique Michalik e Donaldo Dinardi) e na Copasa (Henrique Bandeira de Melo).

Nessa questão de possíveis crimes praticados, o que mais se destaca no relatório é a presidente do Banco Rural, Katia Rabello, que "deve ser enquadrada no crime de gestão fraudulenta tipificado no art. 4º da Lei 7.492/1986". E vai mais longe, o delegado Zampranha, ao dizer: "Realmente, deve ser considerado que o Banco Rural é uma instituição voltada para a prática de crimes, principalmente a lavagem de dinheiro, sendo imperioso que suas atividades sejam, imediatamente, suspensas..."

Para o delegado, "constatou-se a existência de complexa organização criminosa que atuava a partir de uma divisão muito aprofundada de tarefas, disposta de estruturas herméticas e hierarquizadas, constituída de maneira metódica e duradoura, com o objetivo claro de obter ganhos os mais elevados possíveis através da prática de ilícitos e do exercício de influência na política e economia locais". Ele acha que ficou demonstrada a similitude da técnica de lavagem de dinheiro usada por Marcos Valério no mensalão e na campanha eleitoral de Azeredo.

Em ambas, os recursos repassados a partidos políticos tinham sua origem justificada por empréstimos obtidos em instituições financeiras de Minas Gerais. Os laudos periciais contábeis das agências de publicidade SMP&B e DNA, das quais Marcos Valério era sócio, comprovam que elas eram usadas com o fim de promover "a lavagem de ativos financeiros apropriados por agentes públicos, com largo emprego de falsificações, simulações, fraudes e omissões em seus registros comerciais e fiscais", escreveu o delegado.

O relatório mostra como tucanos e pefelistas bem postos na política mineira se valeram da *expertise* de um ex-bancário travestido de publicitário para montar um esquema de lavagem de dinheiro, com o objetivo de obter dinheiro para a campanha de reeleição do governador Eduardo Azeredo (PSDB), em 1998. A quadrilha teria levantado pelo menos R\$ 28 milhões de empresas estatais, de recursos do Tesouro Estadual e de empresas privadas, para amargar, no fim, um retumbante fracasso nas urnas.

Além do senador Azeredo, que conseguiu se eleger em 2002 e chegou a presidente nacional do PSDB – cargo a que renunciou quando Marcos Valério se tornou o mais conhecido carequinha brasileiro, em 2005 –, o relatório deixa mal o ministro Walfrido dos Mares Guia, que era vice-governador em 1998, e outros políticos e empresários mineiros.

O delegado Zampronha diz que a quadrilha usava dois métodos para desviar recursos públicos para a campanha: 1. patrocínios fictícios de eventos esportivos realizados pelas estatais Copasa, Comig e Grupo Bemge; 2. simulação de gastos publicitários da Cemig, cuja agência era a SMP&B.

Marcos Valério também realizou, em 1998, procedimentos ilícitos junto à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), vinculada ao Ministério do Trabalho, "utilizando a mesma técnica de branqueamento de fundos desviados através da prestação de serviços publicitários inexistentes ou superfaturados", segundo Zampronha.

A investigação começou depois que o ministro Nelson Jobim, então no Supremo Tribunal Federal, determinou o desmembramento do Inquérito nº 2280-2/140-STF, que apurava o mensalão, de forma a abranger o período iniciado em 1998, quando Marcos Valério se revelou um competente operador do mercado interbancário de lavagem de dinheiro.

Segundo o relatório, a estrutura político-eleitoral criada em 1998 por Eduardo Azeredo para disputar a reeleição precisava implementar um esquema que visasse legitimar todo o capital reunido para custear a campanha. "No caso analisado, tratavam-se de fundos públicos desviados das administrações direta e indireta do estado de Minas Gerais e de valores repassados à coligação eleitoral por empresários, empreiteiros e banqueiros com interesses econômicos junto ao poder público do Estado", diz o delegado Zampronha.

De acordo com o relatório, Marcos Valério entrou na SMP&B juntamente com Clésio Andrade, que era presidente do PFL mineiro e candidato a vice-governador na chapa de reeleição de Eduardo Azeredo. "Seu ingresso foi estruturado com base em operação de crédito irregular junto ao Credireal", diz Zampronha, que cita um inquérito em andamento na Superintendência da Polícia Federal em Minas (Inquérito Policial nº 934/2005).

Em maio de 1996, o governo de Minas assinou com a SMP&B um contrato por meio do qual ela se tornaria a principal agência de publicidade dos órgãos da administração direta e também da Cemig, a maior estatal mineira.

Menos de dois meses depois, no dia 26 de junho de 1996, o Credireal, que estava em processo de privatização pelo governo Eduardo Azeredo, emprestou à SMP&B um total de

R\$ 1.674.150,00. Passados mais 14 dias, Clésio Andrade se tornou sócio dessa agência de publicidade.

O encadeamento dos fatos não pára aí. Alguns meses antes, Marcos Valério e os dois donos da SMP&B, Cristiano Paz e Ramon Cardoso, compraram do pai de Clésio Andrade, por R\$ 140 mil, a Fazenda Santa Rosa, em Juatuba, a 40 quilômetros da capital. Essa fazenda foi dada em outubro de 1996 ao Credireal como pagamento daquele empréstimo. Ela foi avaliada pelo banco em R\$ 2.422.783,00.

Nem Newton Cardoso, quando governador na década de 1980, conseguia lucrar tanto com a compra de fazendas em Minas...

Marcos Valério teria pago a Clésio Andrade R\$ 1.154.000,00 para comprar a participação acionária dele na SMP&B e DNA. Pelo menos, essa foi a explicação ouvida pela Polícia Federal para o depósito daquela quantia, feito em 1998 pela SMP&B na conta do Instituto João Alfredo de Andrade Ltda., de propriedade de Clésio. Outros R\$ 545 mil foram depositados, com o mesmo objetivo, na conta da Carbo Cia. de Artefatos de Borracha Ltda., da qual Clésio é sócio. A Carbo obteve, entre julho e agosto de 98, R\$ 5 milhões em empréstimos do Banco Rural, com aval de Marcos Valério e Clésio, segundo a CPI dos Correios. (Para quem não sabe, Clésio preside há 14 anos a Confederação Nacional de Transportes, para a qual é reeleito por aclamação.)

Nessa altura, a lavanderia de dinheiro montada por Marcos Valério já funcionava sem tempo ocioso. Segundo o relatório de Zamprona, a análise feita pelo Instituto Nacional de Criminalística (INC) da Polícia Federal identificou 27 empréstimos tomados pela SMP&B e DNA, em 1998, na operação de branqueamento de capitais. As investigações indicam que ao menos R\$ 28 milhões 515 mil foram transferidos por Marcos Valério para a coordenação financeira da campanha de Eduardo Azeredo, "após serem submetidos ao processo de legitimação conduzido pelo empresário".

O INC, segundo o relatório, identificou recursos desviados das estatais e usados na campanha de Azeredo. Os valores comprovados seriam estes: R\$ 1.673.981,90 da Cemig; R\$ 1,5 milhão da Copasa; R\$ 1,5 milhão da Comig; R\$ 500 mil do Grupo Bemge. Além disso, teria havido um desvio, de acordo com o INC, de R\$ 4.576.000,00 do Tesouro estadual.

O delegado Zampronha aponta que o presidente da Cemig, Carlos Eloy, no cargo desde 3 de abril de 1992, se licenciou em julho de 1998 para ser o coordenador político da campanha do governador. O presidente da Copasa, Ruy Lage, nomeado pelo governador Hélio Garcia e mantido por Azeredo, se licenciou, a pedido do governador, para ajudar na sua campanha na região de Montes Claros, onde Lage tinha uma fábrica de parafusos e propriedades rurais. O presidente da Comig, Carlos Cotta, licenciou-se em junho de 1998 para atuar como coordenador político da campanha na Região Metropolitana.

Participavam também da direção da campanha o vice-governador Walfrido dos Mares Guia, o secretário da Fazenda João Heraldo (que foi ser diretor do Banco Rural quando acabou o governo Eduardo Azeredo) e outro secretário de Estado, Cláudio Mourão. Este último era responsável pela administração financeira da campanha da coligação PSDB/PFL, juntamente com Denise Pereira Landim e Teófilo Pereira. Depois da derrota de seu candidato, Cláudio Mourão ficou em apuros, pois uma empresa dele havia comprado carros para serem usados na campanha e não havia dinheiro para reembolsá-la. Por isso, entrou com ação indenizatória contra Eduardo Azeredo e Clésio Andrade.

Segundo o relatório, ele desistiu da ação devido a um acordo extrajudicial com Azeredo, que "consistiu no pagamento de R\$ 700 mil através da SMP&B e Banco Rural". Nessa época, o ex-secretário da Fazenda já era diretor do banco e teria facilitado um empréstimo de R\$ 507.134,00 à Samos Participações, usados para pagar a Cláudio Mourão. Walfrido dos Mares Guia disse à Polícia Federal que a Samos é uma empresa holding patrimonial constituída para administrar seus bens e os de sua família, com sede no seu próprio endereço residencial. Segundo o delegado Zampronha, Walfrido e Azeredo eram os avalistas do empréstimo concedido pelo Rural. Esse empréstimo foi liquidado em 19/12/2002 mediante crédito originado na conta corrente da própria Samos no Banque Nationale de Paris Brasil S.A.

Há muito mais coisas no relatório, como a famosa "Lista do Mourão", que fala em arrecadação de cerca de R\$ 100 milhões durante a campanha (os declarados ao Tribunal Regional Eleitoral foram apenas R\$ 8.555.878,97). Nessa lista, há nomes de candidatos a deputado que receberam dinheiro da campanha, entre eles Aécio Neves, candidato à reeleição para a Câmara dos Deputados pelo PSDB, que teria sido contemplado com R\$ 110 mil, de um total de mais de R\$ 10,8 milhões que teriam sido repassados a candidatos,

partidos políticos e até sindicatos. Esse documento acena com uma arrecadação de cerca de R\$ 100 milhões para a campanha de reeleição do governador Eduardo Azeredo, em 1998, mas a PF só comprovou gastos de pouco mais de R\$ 28 milhões. Há ainda muitas incógnitas nesse processo.

O relatório do delegado Zampronha diz que a autenticidade do documento assinado por Cláudio Mourão, com data de 7/6/2005 e entregue por Newton Monteiro à PF (ele disse, em depoimento, ter recebido o documento do próprio Mourão, no apartamento de Danise Landim, outra responsável pelas finanças da campanha eleitoral), foi comprovada pelo INC, órgão da Polícia Federal. Ao ser confrontado com o laudo do INC, Mourão confirmou serem suas as assinaturas apostas ao documento, mas disse que não o elaborou. Só que qualquer montagem "teria sido facilmente detectada pelos instrumentos ópticos utilizados pela Polícia Federal nos exames", diz Zampronha.

Em declarações à imprensa, Azeredo disse que nunca houve mensalão em Minas e nem pagamento a deputados para votar projetos de interesse do governo. De fato, o relatório não trata disso, mas de um esquema para arrecadar ilegalmente dinheiro para a campanha eleitoral. Walfrido disse que não tinha responsabilidade financeira na campanha de Azeredo e que abriu agora a contabilidade de sua empresa à Polícia Federal. Talvez, assim, ela consiga avançar mais um pouco nas investigações, nas quais o delegado Zampronha apontou muitas dificuldades até o momento de entregar seu relatório.

(25/9/2007)

Estilingada em ninho tucano derruba ministro

O ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, do PTB, encaminhou ontem ao presidente Lula carta de renúncia, logo depois que o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, ofereceu denúncia ao Supremo Tribunal Federal contra ele e mais 14 acusados de envolvimento com o valerioduto tucano, entre eles, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e o empresário Marcos Valério. Escaparam os ex-presidentes da Cemig, Copasa e Codemig que coordenaram a campanha de reeleição do governador e cujas empresas participaram do esquema fraudulento de financiamento. Para o lugar de Walfrido, o presidente Lula convidou o deputado pernambucano José Múcio Monteiro, também do PTB.

Walfrido foi denunciado por peculato e lavagem de dinheiro. Ele era vice-governador mineiro em 1998, quando o governador Eduardo Azeredo (PSDB) tentou a reeleição, apoiado por ampla coligação partidária, e foi derrotado por Itamar Franco, do PMDB. No Supremo, o relator do caso é o ministro Joaquim Barbosa, também mineiro, o mesmo que relatou o caso do mensalão petista e que levou 40 pessoas ao banco dos réus. Na denúncia, o procurador-geral pede que o advogado Rogério Tolentino, sócio de Valério na empresa 2S Participações, seja investigado separadamente. Ele também teria recebido dinheiro do valerioduto tucano.

Em sua defesa prévia, apresentada à Procuradoria-Geral da República (PGR) pelo advogado Arnaldo Malheiros Filho, no dia 1º de outubro passado, Walfrido afirmou que não teve acesso aos autos que estão na PGR, já que o processo estaria correndo em segredo de Justiça, e que sua defesa tinha como base o relatório da Polícia Federal divulgado pela imprensa. O sigilo foi revogado ontem, após receber a denúncia, pelo ministro Joaquim Barbosa, com o seguinte despacho:

Diante do oferecimento da denúncia pelo PGR, revogo o segredo de Justiça, anteriormente decretado. À secretaria para que proceda ao lacre dos documentos protegidos por sigilo bancário, fiscal e eletrônico, cuja consulta somente será facultada aos advogados dos investigados, devidamente constituídos nos autos.

Na defesa prévia, Walfrido admitiu ter participado da campanha de Eduardo Azeredo, mas não de sua coordenação. O coordenador de finanças era o ex-secretário de Estado do governo Azeredo, Cláudio Mourão. Segundo ele, seu apoio foi apenas político, enquanto fazia sua campanha para deputado federal. Acrescentou que suas anotações, em que aparecem nomes e quantias, eram apenas projeções e estudos de campanha. E que os R\$ 24.590.000 que teria distribuído não passam de invenção de um denunciante, Nilton Monteiro, a quem chama de "larápio". Sobre a proposta de marketing apresentada por Duda Mendonça e sua sócia, Zilmar Fernandes, em nome de Walfrido, o ministro justifica que foi encaminhada com seu nome porque ele já conhecia Duda e Zilmar, mas que encaminhou a missiva ao comitê de Azeredo sem tomar conhecimento do conteúdo.

O ministro justificou o empréstimo tomado em nome da sua empresa, a Samos, e avalizada por Azeredo. Disse que foi procurado por Azeredo, que estaria sendo executado por Cláudio Mourão, e por isso teria tomado o empréstimo de R\$ 500 mil do Banco Rural e transferido para conta indicada por um assessor de Azeredo. Só depois, segundo ele, soube que a conta era do publicitário Marcos Valério.

O procurador-geral, porém, em sua denúncia ao Supremo, conta uma história diferente. Começa relatando que no início de 1996 as empresas de propaganda de Cristiano Paz e Ramon Hollerbach (SMP&B e DNA Propaganda) encontravam-se em dificuldades financeiras. Por isso, Marcos Valério foi por eles incumbido de conseguir um novo sócio. O escolhido foi Clésio Andrade, um empresário bem-sucedido e com vários contatos políticos. A parceria resultaria, já em 1998, no desvio de pelo menos R\$ 3,5 milhões dos cofres públicos do Estado para a campanha de reeleição de Eduardo Azeredo, tendo como candidato a vice-governador o próprio Clésio Andrade.

Os pilares do esquema, segundo a denúncia, são estes:

a) desvio de recursos públicos do Estado de Minas Gerais, diretamente ou tendo como fonte empresas estatais;

b) repasse de verbas de empresas privadas com interesses econômicos perante o Estado de Minas Gerais, notadamente empreiteiras e bancos, por intermédio da engrenagem ilícita arquitetada por Clésio, Cristiano, Ramon e Marcos Valério, em conjunto com o Banco Rural; e

c) utilização dos serviços profissionais e remunerados de lavagem de dinheiro operados pelos quatro donos da SMP&B e DNA, em conjunto com o Banco Rural, para garantir uma aparência de legalidade às operações, inviabilizando a identificação da origem e natureza dos recursos.

Walfrido "figurou como um dos organizadores da campanha de Eduardo Azeredo, inclusive em seu aspecto financeiro", sustenta o procurador-geral, sem levar em conta os termos da defesa prévia. "Ademais, tinha pleno conhecimento da engrenagem criminoso de financiamento da campanha, tanto que confirmou para Cláudio Mourão que a empresa de Marcos Valério poderia utilizar o contrato público mantido com o Estado de Minas Gerais como garantia de um dos empréstimos fraudulentos obtido junto ao Banco Rural", acrescenta. E diz que o vice-governador "também era um dos responsáveis por indicar as pessoas que receberiam os recursos da campanha, fruto dos crimes descritos."

Segundo a denúncia, a decisão de implantar o esquema coube aos integrantes da cúpula do Estado de Minas Gerais e da campanha pela reeleição: Azeredo, Walfrido, Cláudio Mourão e Clésio Andrade. Os acertos financeiros e de metodologia foram estabelecidos por Clésio, Marcos Valério, Cristiano e Ramon. O governador indicou seu homem de confiança, Cláudio Mourão, para cuidar da parte financeira da eleição, dando-lhe uma procuração para administrar financeiramente a campanha.

A derrota eleitoral de Azeredo deixou Mourão "com expressiva dívida que tinha sido contraída por sua empresa Locadora de Automóveis União Ltda, cujos sócios eram seus filhos", acrescenta o procurador-geral. Mourão rompeu com Azeredo e ameaçou cobrar, na justiça, uma dívida de R\$ 1,5 milhão. Pressionado, o ex-governador "resolveu procurar os principais envolvidos nos crimes praticados em 1998, a fim de adotar providências para 'acalmar' Cláudio Mourão, mediante o atendimento, pelo menos parcial, de suas exigências".

Enquanto isso, Cláudio Mourão, utilizando a procuração para gerir financeiramente a campanha, emitiu um título em favor da sua empresa contra Eduardo Azeredo e o protestou em cartório. "A operação 'abafa' é reveladora, pois reúne alguns dos principais personagens do esquema da campanha eleitoral de 1998: Eduardo Azeredo, Walfrido dos Mares Guia, Marcos Valério e Banco Rural", diz o procurador-geral. Segundo ele, nessa época, 2002, "todos os fatos verificados na campanha de reeleição de Eduardo Azeredo

eram ainda completamente desconhecidos dos órgãos de investigação". E acrescenta: "O risco era muito grande. Cláudio Mourão precisava ser neutralizado. Por solicitação de Eduardo Azeredo, a operação foi intermediada por Walfrido dos Mares Guia".

Os denunciados (e seus crimes) são os seguintes:

* Eduardo Azeredo (ex-governador), Walfrido dos Mares Guia (ex-vice-governador), Cláudio Mourão (ex-secretário de Estado), Clésio Andrade (candidato a vice-governador), Marcos Valério, Cristiano Paz e Ramon Hollerbach (donos da SMP&B e DNA) – peculato (sete vezes) e lavagem de dinheiro (seis vezes).

* Eduardo Guedes (ex-secretário de Comunicação Social do Governo) – peculato (duas vezes) e lavagem de dinheiro (seis vezes).

* José Afonso Bicalho (ex-presidente do Bemge) – lavagem de dinheiro (cinco vezes).

* Fernando Moreira (ex-diretor da Copasa), Lauro Wilson (ex-diretor da Comig), Renato Caporali (ex-diretor da Comig), Sylvio Romero (ex-diretor da Bemge Administradora de Cartões de Crédito), Eduardo Mundim (ex-gerente Comercial do Bemge) e Jair Alonso de Oliveira (ex-diretor da Bemge Distribuidora de Valores Mobiliários) – lavagem de dinheiro (uma vez).

Ao chegar na tarde de ontem a um evento na Escola Superior do Ministério Público da União, em Brasília, o procurador-geral Antonio Fernando de Souza disse que o texto da denúncia "descreve minuciosamente os episódios considerados ilícitos". Afirmou que não faria comparações entre os dois mensalões – o mineiro e o federal – porque eles "não são absolutamente iguais".

– Os fatos ocorreram em 1998 e dizem respeito a uma situação que não é repetida em outros acontecimentos. Não posso fazer denúncia pensando em outros fatos – disse Souza aos repórteres, esclarecendo: "O procedimento do desvio e repasse de dinheiro é o mesmo. Os fatos não são exatamente iguais. Os objetivos são diferentes. Mas isso para o Ministério Público não importa. O que é importa é que os fatos denunciados sejam apreciados e recebidos pelo Judiciário".

Segundo o procurador-geral, os indícios de uso de dinheiro público "são tão claros quanto o outro mensalão. Só que aqui há somente desvio de recurso público utilizado exclusivamente em campanha". Souza afirmou que desde que ingressou no Ministério

Público Federal "só formulo acusações com as quais estou convencido". Para ele, os ministros do Supremo "têm todos os elementos para aceitar" a denúncia.

Mais cedo, o relator do caso no Supremo, ministro Joaquim Barbosa, não quis comentar o teor da denúncia. Disse que havia começado a lê-la, mas que ainda não passara da página 20 (de um total de 89 páginas).

O procedimento será idêntico ao do outro mensalão, do qual ele foi também relator. Depois de analisar o conteúdo da denúncia, Joaquim Barbosa notificará os 15 indiciados, que terão 15 dias para apresentar defesa. Em seguida, o Ministério Público poderá manifestar-se novamente. Depois, ele vai redigir seu voto e levá-lo a plenário, quando a Suprema Corte decidirá se acata ou não a denúncia do procurador-geral. Caso a denúncia seja recebida, os indiciados serão transformados em réu, e o inquérito no STF em ação penal.

Na carta de demissão de Walfrido, entregue a Lula, ele diz que "ao longo destes quase cinco anos de colaboração com seu governo, procurei contribuir com todos os meus esforços para uma obra econômica e social que já faz parte da História do País. Infelizmente, esse mesmo compromisso me obriga, hoje, a pedir meu afastamento do cargo de Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais".

Informa que uma única vez, no dia 6 de março de 2006, prestou depoimento à Polícia Federal sobre questões relativas à campanha eleitoral de 1998 em Minas Gerais. "Naquela oportunidade, nada me foi perguntado sobre um possível desvio de recursos de patrocínio de eventos para a campanha de reeleição do então governador. Essas questões, agora, baseiam uma surpreendente acusação contra mim. Recebi com profunda indignação a informação de que o Procurador-Geral da República acusou-me perante o Supremo Tribunal Federal por um crime que não cometi e sobre o qual jamais fui ouvido. Nem a Polícia Federal, nem o próprio Procurador deram-me o direito de prestar os esclarecimentos ao longo dos quase dez anos nos quais investigou-se esse assunto".

O ministro garante a Lula que não teria aceitado o cargo "se tivesse um milímetro de dúvida sobre minha biografia". Reafirma que nunca participou de qualquer reunião sobre o assunto denunciado pelo Procurador-Geral da República ou dele teve ciência ao longo da campanha eleitoral de 1998. "A acusação é injusta e improcedente. Isso ficará provado no curso do processo. Considero que neste momento é meu dever empenhar todos os meus

esforços para me defender. Não quero, entretanto, que um assunto alheio ao seu governo cause qualquer embaraço à sua gestão e à importante agenda que Vossa Excelência tem para o País", acrescenta Mares Guia ao justificar o pedido de renúncia.

O PSDB não pode alegar surpresa com a denúncia contra seu ex-presidente, feita no primeiro dia da convenção nacional do partido, em Brasília. Os tucanos não tiveram coragem de se livrar de Azeredo em 2005, quando a investigação do escândalo do mensalão no governo Lula foi bater no esquema de Caixa 2 de campanha do governador mineiro em 1998. O PSDB foi conivente com Azeredo, do mesmo modo que o PT com seus mensaleiros.

Ao chegar à convenção nacional do PSDB, o ex-governador paulista Geraldo Alckmin foi logo defendendo o ex-governador mineiro: "O Azeredo vai esclarecer tudo. Não tenho dúvida de que ele não teve benefício pessoal". O senador pernambucano Sérgio Guerra, novo presidente do PSDB, seguiu pelo mesmo caminho.

O único que foi menos complacente com Azeredo foi o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: "Quem tem culpa no cartório, paga... Se houver culpa, o que vai fazer? Que assuma a responsabilidade", disse. O ex-presidente foi bicado por Azeredo, em fins de setembro, numa entrevista à Folha de S. Paulo, quando declarou: "Fernando Henrique não foi a Minas na campanha por causa do Itamar Franco, que era meu adversário, mas tinha comitês bancados pela minha campanha". Para FHC, o valerioduto tucano é diferente do valerioduto petista. Num português pouco elegante, ele definiu: "Não, mensalão é outra coisa, houve no tempo do presidente Lula. Significa gente recebendo dinheiro para votar com o governo. Em Minas é outra coisa, foi dinheiro para campanha. Também não é certo, mas são duas coisas diferentes".

O governador mineiro, Aécio Neves (PSDB), procurou defender o amigo Eduardo Azeredo, filho do ex-secretário de Governo de seu avô, Renato Azeredo.

– A denúncia é injusta – disse ontem Aécio. – Tenho plena confiança de que Azeredo, que Minas conhece muito bem, principalmente por sua correção, se defenderá adequadamente no processo.

De acordo com a lista dos candidatos beneficiados pelo valerioduto tucano, que teria sido feita por Cláudio Mourão – o documento foi anexado no relatório do delegado Flávio

Zampronha, da Polícia Federal, encaminhado à PGR e ao Supremo – o então candidato a deputado federal Aécio Neves teria recebido R\$ 110 mil da campanha de Azeredo.

Nesse relatório de 172 páginas, que serviu de base para a denúncia apresentada ontem ao Supremo, foram indiciados três importantes políticos mineiros que se tinham licenciado em junho e julho de 1998 das presidências da Cemig (Carlos Eloy), da Copasa (Ruy Lage) e da Comig (Carlos Cotta) para trabalhar como coordenadores políticos da campanha de reeleição do governador. Agora, estão fora da denúncia feita pela PGR. (A Comig – Companhia Mineradora de Minas Gerais – mudou de nome em 2003 para Codemig – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais.) Também quatro funcionários da área de comunicação social da Cemig e Copasa, acusados no relatório do delegado Zampronha, se livraram do processo no Supremo. Quando Ruy Lage se licenciou da presidência da Copasa, ele foi substituído por José Cláudio Pinto Resende que não foi denunciado por ter falecido. Outros três apontados no relatório da Polícia Federal também escaparam, por que o procurador-geral considerou como "fato prescrito" os seus possíveis crimes. São eles: Ruy Lage, Gilberto Machado (ex-diretor executivo da Financeira Bemge) e Maurício Horta (ex-presidente da Bemge Seguradora).

A denúncia contra Mares Guia atinge o governo no momento em que ele negocia com o Senado a prorrogação da cobrança da CPMF. Ele era o principal negociador do governo que ainda não tem os 49 votos necessários para a aprovação do projeto. Mas o deputado José Múcio Monteiro, que vai substituir Mares Guia, ajudou a aprovar a CPMF na Câmara, e já havia sido sondado, na semana passada, para substituir o ministro, caso ele fosse denunciado pelo procurador-geral. A sondagem foi feita pelo próprio Mares Guia, autorizado por Lula. Nos anos 80, quando Miguel Arraes voltou do exílio e disputou o governo de Pernambuco, José Múcio concorreu contra ele pelo PFL. Derrotado, foi convidado mais de uma vez por Arraes para entrar no PSB e hoje é amigo de seu neto, o atual governador pernambucano.

O senador Eduardo Azeredo não apareceu ontem no congresso tucano, e se defendeu por meio de nota, lançando suspeitas sobre a decisão do procurador-geral da República. Sugeriu que seria uma espécie de contrapartida à denúncia semelhante enfrentada pelo governo Lula, o PT e seus aliados.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, disse não acreditar em premeditação do anúncio da denúncia no primeiro dia do congresso do seu partido, para constranger os tucanos. Afirmou, porém, ter estranhado que, pela mesma prática, o procurador Antonio Fernando denunciou Azeredo, mas ignorou as denúncias contra o presidente Lula. "O próprio Azeredo diz que houve captação irregular de recursos, mas que não tinha conhecimento disso, como o Lula. Como houve denúncia contra o Azeredo e não contra o Lula? Acho que o procurador acerta e erra na boa fé . Ou os dois deveriam ser denunciados, ou nenhum dos dois", argumentou o senador, ignorando a possibilidade de a PGR ter provas contra Azeredo e não contra Lula.

(23/11/2007)

A soneca dos tucanos das Gerais

A omissão é um dos pecados capitais da imprensa, mas não se espere algum arrependimento dos donos dos diários de Belo Horizonte no caso do mensalão tucano, do valerioduto mineiro ou do caixa 2 da campanha de Eduardo Azeredo em 1998 – qualquer que seja o nome escolhido. A omissão tem um preço. Entre a perda de confiança do leitor em seu jornal e o ganho em publicidade do governo, fica evidente, pela leitura que se faz dos diários belo-horizontinos nos últimos dias, para onde pende a balança. Confiança parece ser um artigo de luxo, raro e descartável, ao contrário da verba publicitária do governo tucano em Minas Gerais.

Mais de nove anos depois do fato, os leitores de jornais mineiros souberam, pela primeira vez, na sexta-feira (23/11), que o ex-governador Eduardo Azeredo, do PSDB, usou caixa 2 – vá lá, é o que dizem os jornais da capital mineira – na sua campanha de reeleição, em 1998. Mas só tomou conhecimento quem se deu ao trabalho de ler o texto, não se limitando aos títulos, como faz a maioria dos (e)leitores que costumam se informar lendo os jornais expostos em bancas de revistas.

O de maior tiragem no país, o *Super Notícia*, editado em Contagem, na região metropolitana, deu o assunto na primeira página, discretamente, mas apenas o título: "Mensalão derruba mineiro de ministério". O leitor teria que comprar o jornal por 25 centavos e ir à página 11 para saber, em apenas nove linhas de notícia, que o derrubado era o ministro Walfrido dos Mares Guia, ex-vice-governador, ex-secretário estadual da Educação e dono do poderoso sistema Pitágoras de ensino. Nos dias seguintes, o assunto simplesmente sumiu do jornal.

Outro diário do mesmo grupo do ex-deputado federal tucano Vittorio Medioli, *O Tempo*, foi mais informativo, abrindo manchete sob a versal CAIXA DOIS: "Denúncia de Valerioduto derruba ministro Mares Guia". Ainda na capa, informou em retrancas, com subtítulos: "15 pessoas são acusadas de caixa 2 na campanha tucana de 98 em MG", "Relação inclui senador Eduardo Azeredo, ex-governador do Estado", "Acusados contestam 'mensalão tucano'". Dentro, o leitor encontrava o assunto em uma página e meia, mais outra página sobre a indicação do substituto de Mares Guia e do ministro da

Fazenda para cuidar da importante questão da aprovação da CPMF no Senado, um trabalho que vinha sendo feito pelo ex-ministro das Relações Institucionais.

O concorrente do *Super*, o *Aqui*, dos Diários Associados, achou que o assunto não interessava aos seus leitores – aqueles que se animam a gastar 25 centavos para comprá-lo. Até quarta-feira, dia 28, não tocou no caso.

O jornalão dos Associados, o *Estado de Minas*, deu manchete "Walfrido se afasta após a denúncia de caixa 2", mas tratou o assunto em apenas uma página, metade dela dedicada à defesa do ex-ministro e do senador Eduardo Azeredo.

O *Hoje em Dia*, do bispo Edir Macedo, deu manchete de capa: "Walfrido deixa o Governo", com um bigode: "Caixa dois - Denúncia de valerioduto derruba ministro Mares Guia". A manchete da notícia, dentro, é mais significativa: "Walfrido se demite e se diz injustiçado".

Na edição de sábado (24/11), o caso ainda mereceu pequena chamada de nove linhas na primeira página de *O Tempo*, sob um título "STF corre contra o tempo para analisar valerioduto". Para um leitor mais distraído, podia ser, perfeitamente, o famoso valerioduto que, em 2005, ocupou durante meses páginas valiosas de jornais do país inteiro e tempo precioso de rádios e televisões. No presente caso, uns e outros se limitaram ao mínimo, concentrando-se principalmente em falar da queda e substituição do ministro Mares Guia e sua possível repercussão para a aprovação da CPMF.

Quanto a isso, todos foram omissos, mas como a Globo Minas é a de maior audiência, sua omissão fica mais clara. Mas é compreensível. Os 15 denunciados são, com maior ou menor intensidade, aliados do governador tucano Aécio Neves, que nos últimos dois semestres foi o conferencista convidado da reunião dos funcionários mineiros da Rede Globo. O governador fez questão de comparecer, e foi convidado para a próxima, na segunda-feira (3/12). É esperado com grande ansiedade pela diretoria mineira da TV da família Roberto Marinho, um velho aliado do avô do governador, Tancredo Neves.

Solidariedade mineira

Voltando aos jornais. *O Tempo* de sábado deu o "caixa dois" em duas páginas: na pág. 3, com o título "Relator do STF corre contra o tempo"; e na 5, "Aécio faz visita de solidariedade a Azeredo". Os dois velhos aliados se encontraram em Brasília. Ao contrário do jornal do ex-tucano Medioli, que ainda sustentou o assunto na capa, o jornal do fundador

da Igreja Universal do Reino de Deus tratou-o apenas dentro, em duas notícias, sob os títulos "Azeredo recebe visita de Aécio" e "Alencar descarta envolvimento de Mares Guia com 'mensalão mineiro'". Ou seja, partiu para a defesa.

O *Estado de Minas* chamou o assunto discretamente, na página 1. "Caixa 2 – Procurador-geral quer punição rigorosa", dizia o título, e ameaçava os 15 denunciados com penas que "podem variar de 36 anos e meio a 172 anos de prisão". Como ninguém, provavelmente, acreditou nisso, a ameaça ficou por isso mesmo nos dias seguintes. Mas o *EM* mostrou-se ainda valente, ao tratar o assunto "Caixa 2" nas páginas 6, 7 e 10 da edição de sábado. Na página 7, ao lado de um anúncio de mais de meia página das Casas Bahia, destacava-se o título "Aécio sai em defesa de Eduardo Azeredo". O mais interessante estava na página 10, em que o prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, do PT, dizia que só afastaria o secretário municipal de Finanças, José Afonso Bicalho Beltrão, um dos 15 denunciados, "se forem apresentadas provas contra ele".

Foi o único jornal a se ocupar de Beltrão – e, até agora, ficou por isso mesmo. É verdade: a prefeitura da capital é também grande anunciante.

Outra curiosidade naquela página 10 do *EM* foi a entrevista do vice-presidente da República, José Alencar, defendendo Mares Guia e Azeredo. Em outra entrevista, o senador Eliseu Resende (DEM-MG) exagera: "Ponho a mão no fogo pelo Eduardo Azeredo, pela pessoa dele". Não é verdade, como teria dito Otto Lara Resende, que mineiro só é solidário no câncer.

Mineiro, ou pelo menos os donos da imprensa, é tão solidário com os poderosos denunciados, que no domingo o "caixa dois" praticamente sumiu dos jornais. No *Estado de Minas*, duas notícias irrelevantes. Na segunda-feira e no dia seguinte, ele se esqueceu completamente do caso.

O mais curioso foi *O Tempo*, que tirou o assunto da capa na segunda-feira e, na página 3, deu uma entrevista de página inteira, no formato pingue-pongue, com o novo secretário-geral do PSDB nacional, o deputado federal mineiro Rodrigo de Castro. Ele é filho do secretário de governo Danilo de Castro, um dos envolvidos no valerioduto, mas ainda não denunciado pela Procuradoria-Geral da República. A repórter Denise Motta fez as perguntas. Foram 16 publicadas, nenhuma delas relacionada com o problema que aflige no momento os tucanos mineiros. E uma colunista de política de *O Tempo*, Raquel Faria,

tratou de apimentar o pastel do denunciante, com uma nota sob o título "O demolidor". Diz ela:

"Antonio Fernandes de Souza, o procurador-geral da República que hoje toca afinado na orquestra do presidente Lula, de olho na vaga do ministro Eros Grau no STF, está sendo chamado em Brasília de 'demolidor'. Ele tem material para detonar inúmeras novas denúncias do valerioduto mineiro, comprometendo mais figuras tucanas – se as circunstâncias assim o exigirem".

Na terça-feira (27/11), o assunto estava praticamente enterrado. Pela primeira vez numa página de opinião de um diário belo-horizontino, saiu um artigo com referência ao, vá lá, "caixa 2" tucano. A ex-secretária-geral do Ministério do Trabalho no governo Lula, Sandra Starling (ela saiu brigada com o ministro e hoje governador baiano Jaques Wagner), fundadora do PT e primeira candidata do partido ao governo de Minas, em 1982, concorrendo com Tancredo Neves, pôs o dedo na ferida. Ela publica toda quarta-feira um artigo no *O Tempo*, apresentada como advogada e cientista política. Ontem, ela começou a falar da questão já no quarto parágrafo:

"Falo disso porque quero ver esclarecidos todos os episódios do valerioduto, vá lá que seja, mineiro. Especialmente, quero saber o que se passou em 2002, que parece ser, até agora, como nos primeiros mapas das grandes navegações, uma 'terra incógnita'. Que alguns petistas copiaram alguns tucanos, já fica muito claro. Mas, quais petistas? Quais não-petistas? Quais não-tucanos? Os contratos da DNA com o governo federal já existiam desde meados dos anos 90. Ou seja, muito antes do governo Lula. Quem os pactuou? Como? Com quais interesses? O procurador-geral da República já pediu investigações na Fundacentro, do Ministério do Trabalho. Vai parar aí? E no Ministério dos Esportes? E no Banco do Brasil, onde a prorrogação do contrato com a DNA, em 1995, foi impugnada pelo TCU, em 2002 (Decisão nº 254/02)? E nos setores de telecomunicações e energia, as investigações irão adiante? Se Minas Gerais deles usufruiu, como sustenta o procurador-geral, quantos terão usufruído em São Paulo, Distrito Federal e Goiás, onde a DNA e a SMP&B também atuavam? Temo que a verdade fique pela metade e que, assim, alguns paguem o pato. Bodes expiatórios são convenientes para encobrir verdades inconvenientes. É isso que me angustia."

Sandra Starling fez perguntas que qualquer bom pauteiro de jornal faria. E estaria desempregada se tentasse um emprego de pauteiro em jornal mineiro, para esclarecer todas essas questões...

(4/12/2007)

Caso Arruda: Aécio de barbas de molho

No dia 21 de maio deste ano, Aécio Neves se encontrou em Brasília com José Roberto Arruda e, em entrevista, disse:

Não posso vir a Brasília sem visitar o governador Arruda, que vem se consolidando no Brasil como um dos melhores gestores desta geração de governadores, para orgulho de todos os mineiros, seus conterrâneos. Vim também hoje conversar sobre uma oportunidade que pode ser extremamente interessante tanto para a população do Distrito Federal quanto para a população de Minas Gerais, que é a principal acionista da Cemig.

Vim manifestar ao governador Arruda um oficial interesse da Cemig em construir uma parceria com a CEB. Uma parceria no campo gerencial, a Cemig pode incorporar o know-how, a credibilidade que tem hoje, é líder em sustentabilidade em todo o mundo, respeitada dentro e fora do Brasil. Além disso, alavancar recursos que possam permitir ao governador Arruda fazer os investimentos que ele tanto quer fazer, principalmente na melhoria da qualidade da distribuição de energia.

Aécio Neves esperava que teria, dentro de uns 60 dias, mais notícias a dar sobre essa parceria. E acrescentou ter tratado com o colega do Distrito Federal de outros assuntos, entre eles, política e

“ações administrativas, onde temos uma sinergia muito grande. O governador Arruda e sua equipe têm uma relação muito próxima com a minha equipe, na área da educação, da saúde, enfim, temos uma identidade muito grande na visão de como gerir a coisa pública. Somos de uma geração que, tanto o Arruda como eu, introduzir o tema de gestão pública de qualidade na agenda nacional. Acho que temos que superar uma falsa dicotomia entre aqueles que consideram a gestão de qualidade algo distante dos avanços sociais. Ao contrário, na minha avaliação e creio que na do governador Arruda, não existe nenhuma ação de maior efeito social do que a boa aplicação do dinheiro público, do que você gastar o dinheiro público com prioridades corretas, com acompanhamento correto, sem desvios, sem desperdício. Eu acho que temos conseguido, com os bons resultados de Minas e do Distrito Federal, de alguma forma, inspirar, e alguns governadores têm feito algo na mesma direção, ajudar a inspirar o Brasil, no plano central a prestar um pouco mais de atenção nos resultados da gestão pública.”

Sei não, mas penso que, se pudesse voltar atrás, Aécio passaria uma borracha sobre essas palavras, que na época foram distribuídas sem receio pela Agência Minas, ligada ao Palácio da Liberdade. Suponho que, passados menos de seis meses, o conceito do tucano Aécio Neves sobre o “demo” Arruda ficou um pouco diferente por culpa da Polícia Federal e da imprensa nacional.

Fiz uma pesquisa no Google e não vi nenhuma declaração de Aécio a respeito da crise que atinge em cheio o colega. É o momento de calar-se, talvez, à espera de que a nuvem mude de novo de formato.

Não é o que pensa, porém, o presidente nacional do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), que anunciou nesta terça-feira que seu partido vai abandonar o governo de José Roberto Arruda. Avisou que os tucanos que não deixarem o governo serão expulsos do partido. São três os secretários (Obras, Márcio Machado, que é também presidente local do partido; Governo, José Humberto Pires; e Fazenda, Valdivino Oliveira), mas os tucanos ocupam ainda outros 100 cargos no governo do Distrito Federal. Há também dois deputados distritais do PSDB que fazem parte da base de apoio do governador na Câmara Legislativa. Dos 24 deputados distritais, sete fazem oposição ao governo.

E em Minas, quantos são os deputados que fazem oposição a Aécio?

Não sei, mas acho que nosso governador não tem o que temer na Assembléia Legislativa (e na imprensa e no Ministério Público e no Judiciário) e pode se dar ao luxo de falar e calar quando achar conveniente. Agora talvez seja a hora em que um bom tucano entra na muda. Por outro lado, é também um momento de reflexão: o que deu errado nas ações administrativas de Arruda e que poderia ser também um desastre para Aécio – pois há nelas uma “sinergia muito grande”?

Espero que o governador e seus assessores estejam meditando a respeito, mas haverá tempo de mudar, antes que o mandato chegue ao fim?

Uma das sinergias que percebo, nessa ação governamental do tucano e do demo, é a forma como ambos conseguiram calar a imprensa em seu território. É possível que um dos efeitos desse controle esteja aflorando agora e submergindo o governador Arruda na lama. O principal jornal brasiliense faz parte, como o “Estado de Minas”, do grupo fundado por Assis Chateaubriand, e tem como principal executivo o mesmo jornalista.

Ricardo Noblat, que foi diretor de Redação daquele jornal e acabou expulso dos Diários Associados – era um dos condôminos – porque levou o “Correio Braziliense” a fazer oposição feroz contra Joaquim Roriz, o antecessor de Arruda, escreveu ontem em seu blog que o jornal tentava restringir a crise aos parlamentares distritais que receberam o mensalão, tirando o governador da brasa.

Não tenho muito interesse em ler o “Estado de Minas” e não sei o que vem publicando a respeito. Mas suponho que os mineiros que quiserem se informar bem sobre o caso devem ler um outro jornal.

(1/12/2009)

Mensalão mineiro revisitado

Entre setembro e novembro de 2007, escrevi aqui na *Novae* quatro artigos sobre o chamado Mensalão Mineiro.

O primeiro tinha por base o relatório do delegado da Polícia Federal Luís Flávio Zampronha de Oliveira, responsável pelo inquérito. O segundo, mostrando que um dos indiciados, Carlos Eloy, ex-presidente da Cemig, talvez não tivesse culpa no repasse de mais de R\$ 1 milhão de reais à campanha de reeleição do governador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), pois quem de fato dirigia a estatal eram representantes do Banco Opportunity e das americanas AES e Southern Electric que haviam comprado 32,96% do capital votante da Cemig.

E os outros dois mirando o então ministro Walfrido dos Mares Guia, que fora vice governador na gestão de Azeredo e coordenador do projeto de venda das ações da Cemig.

Nesse último artigo, intitulado “Estilingada em ninho tucano derruba ministro”, cito os nomes de 15 pessoas denunciadas pelo procurador-geral da República. O primeiro da lista, Eduardo Azeredo, passou a responder a processo no Supremo, pois é senador. O relator Joaquim Barbosa encaminhou os restantes à Justiça Federal em Minas, que posteriormente enviou o processo à Justiça Estadual.

Nesta semana, a juíza da 9ª Vara Criminal de Belo Horizonte, Neide da Silva Martins, decidiu que 11 dos denunciados deverão responder a processo pelos crimes cometidos em 1998. São eles: Walfrido Silvino Mares Guia Neto (vice governador), Cláudio Mourão da Silveira (secretário da Administração), Clésio Soares de Andrade (candidato a vice-governador), Marcos Valério Fernandes de Souza, Ramon Hollerbach Cardoso e Cristiano de Melo Paz (sócios-proprietários das agências de publicidade SPM&B e DNA), Eduardo Pereira Guedes Neto (secretário de Comunicação Social do governo), Fernando Moreira Soares (diretor da Copasa), Lauro Wilson de Lima Filho e Renato Caporali Cordeiro (diretores da Comig, atual Codemig) e José Afonso Bicalho Beltrão da

Silva (presidente do Bemge). Todos os cargos são os que eles exerciam no governo Azeredo.

Outros três diretores de empresas do Grupo Bemge (que foi privatizado no fim do governo Azeredo), Sylvio Romero, Eduardo Mundim e Jair Alonso de Oliveira, ficaram livres do processo, pois a juíza decidiu que não havia elementos suficientes para sustentar a denúncia contra eles.

A esperança de todos os que vão continuar respondendo ao processo e que, ao cabo, forem julgados culpados, está na lentidão da Justiça, para que não paguem pelo desvio de recursos do contribuinte para campanha eleitoral. O experiente advogado criminalista mineiro Marcelo Leonardo, que defende Marcos Valério, vocalizou essa expectativa. Ele disse à Folha de S. Paulo que a ação penal instaurada em Minas é inútil e parece servir a propósitos políticos, e que qualquer pessoa com a mínima experiência forense sabe que isso acabará prescrevendo em caso de condenação. Também alegou que a Justiça Estadual não tem competência para julgar o caso.

(27/02/2010)

TRISTE HORIZONTE

Não voltarei para ver o que não merece ser visto.

Carlos Drummond de Andrade^{vi}

Crise mundial tem seu lado bom...

Dois fatos novos podem evitar que se cometa mais um crime contra Minas Gerais, perpetrado com a complacência do governo Aécio Neves.

O primeiro e mais importante é a crise mundial que se alastra desde 15 de setembro com a quebra do banco Lehman Brothers, nos Estados Unidos. No mundo todo, já se revêem planos de investimentos, entre eles os da área de mineração. Em agosto de 2007, o Instituto Brasileiro de Siderurgia (Ibram) divulgou levantamento informando que a indústria mineral planejava investir no Brasil US\$ 28 bilhões até 2011 "na esteira da alta de preços dos metais nos anos recentes". Nos últimos dois meses, os preços das *commodities* desabaram e, com eles, mirabolantes planos de investimentos.

O outro, quem diria, vem do Ministério da Cultura.

Acabo de ler na Folha do Meio Ambiente de outubro uma entrevista de Carlos Fernando Moura Delphim, técnico do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e membro da Comissão de Patrimônio Mundial da Unesco. Ele diz ao jornalista Silvestre Gorgulho que, finalmente, estão sendo implementadas medidas para cumprir dois capítulos da Constituição de 1988 que defendem o patrimônio natural e cultural do Brasil. O presidente do instituto, Luiz Fernando de Almeida, decidiu que não cabe ao Instituto preservar apenas prédios de "pedra e cal", mas também a paisagem cultural. Ela será equiparada "à proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica e à livre concorrência".

Ou seja, vai ficar mais difícil, para o governo de Minas, aprovar o Projeto Minas-Rio, apresentado pela MMX Mineração e Metálicos S.A, que já originou até um pedido de *impeachment* do governador Aécio Neves. Essa empresa foi criada em 2002 pelo Grupo EBX, para atuar na mineração. O grupo é comandado por Eike Batista, filho do ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Eliezer Baptista, na época em que era uma empresa estatal e começou a se internacionalizar. Conforme a revista *O Empreiteiro*, de 7/8/2007, "o sistema Minas-Rio acelera os passos para dar início às obras do porto em São João da Barra, no litoral norte-fluminense, que responderá pela exportação de 26 milhões t anuais de minério de ferro".

Esse projeto prevê a construção de uma unidade de mineração no município de Conceição do Mato Dentro, na Serra da Canastra, e um mineroduto de 530 km até o litoral fluminense.

Segundo a revista mais lida pelos empreiteiros, a produção deveria começar, numa primeira etapa, no quarto trimestre de 2009, com investimento de US\$ 2,35 bilhões. "A produção dos 10 primeiros anos de operação", informa *O Empreiteiro*, "já está vendida para a Gol Industries Investment Co, que desistiu de construir uma pelotizadora em São João da Barra (RJ), que estava nos planos iniciais". Acrescenta que, recentemente, a Anglo American – a terceira maior mineradora do mundo – adquiriu 49% de participação na MMX por US\$ 1,15 bilhão.

Mas o *Diário do Comércio*, de Belo Horizonte, informou no dia 15 de março de 2008, que a mineradora Anglo American adquiriu recentemente "o restante das ações da MMX por cerca de US\$ 5,5 bilhões". Diz que a empresa "deverá começar a extrair ouro em 2009, conforme relatório técnico divulgado na última quarta-feira". Calcula em US\$ 45 milhões o investimento em pesquisa mineral na região de Serro e Conceição do Mato Dentro e que estudos geológicos preliminares indicam 2,2 bilhões de toneladas de minério de ferro. "Não se fala no teor de ouro que, segundo consta, está na casa dos 12ppm". Na mesma edição, o jornal informa: "O já mega-empresário Eike Batista, afirma ter fechado a compra do Hotel Glória, no Rio, para usá-lo como escritório para a sua *holding*, a EBX."

Curiosamente, como veremos mais adiante, o pedido de impedimento de Aécio Neves diz que, durante mais de 30 anos, a Vale do Rio Doce teve a concessão de exploração dessas jazidas e, "justamente quando as libera", imediatamente Eike Batista, filho de um ex-presidente da estatal, "as requer e se transforma, como num passe de mágica, no mais novo bilionário brasileiro".

No dia 16 de janeiro, a Agência Estado distribuiu reportagem assinada por Nicola Pamplona sobre a compra de parte do grupo MMX pela inglesa Anglo American, por R\$ 5,5 bilhões. "Procurada pela reportagem, a MMX não quis comentar a operação, na qual os grupos vêm recebendo assessoria dos bancos UBS e Goldman Sachs, pelo lado da Anglo American, e Credit Suisse e Itaú BBA, pelo lado da MMX. Não está claro, porém, se a Anglo American ficará com ações do grupo de Batista ou comprará maior participação em alguns dos projetos de mineração do grupo, que incluem ainda a MMX Corumbá e a MMX

Amapá – esta última, com 30% nas mãos da americana Cleveland Cliffs. Segundo uma fonte que acompanha as negociações, Batista não venderá o controle da companhia", diz Pamplona.

Parêntesis: os dois bancos que assessoram a multinacional, UBS e Goldman Sachs, afundaram com a crise mundial, mas Eike Batista parece ter-se saído muito bem...

A repórter Nicola Pamplona lembra que, no dia 10 de janeiro, a MMX enviou nota de esclarecimento à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) negando informações publicadas na imprensa sobre a venda de ações de seu controlador. "Não é verdade que o sr. Eike Batista esteja negociando a venda de 20% das ações da MMX pelo preço de US\$ 1,8 bilhão", dizia o texto, assinado pelo diretor-geral e de relações com investidores da companhia, Rodolfo Landim.

O mesmo comunicado, porém, admitia conversas com possíveis investidores. "Tendo em vista o dinamismo do mercado mundial de mineração, a MMX e sua administração constantemente avaliam a viabilidade financeira de negócios, associações e investimentos diversos, discutindo-as com participantes da indústria, assessores financeiros e demais especialistas de sua confiança."

A repórter da Agência Estado diz que a MMX começou a ganhar forma no final de 2005, com a incorporação de direitos de mineração adquiridos pelo grupo de Eike Batista no Amapá e em Minas Gerais – que hoje integram o complexo Minas-Rio. Em abril de 2007, a empresa incorporou ativos em Corumbá e a MMX Metálicos. Os principais projetos foram negociados com parceiros estratégicos. Além da venda de parte da Minas-Rio para a Anglo American, a companhia vendeu 30% da MMX Amapá para a americana Cleveland Cliffs. No caso de Corumbá, as negociações com um sócio ainda estão em curso.

"Em 2006", acrescenta a repórter, "a companhia protagonizou a maior oferta inicial de ações da Bovespa, arrecadando cerca de R\$ 1 bilhão. Em setembro, o capital da MMX estava dividido da seguinte maneira: 68% das ações nas mãos do acionista controlador e dos administradores da empresa e 32% negociados em bolsas de valores. A empresa prevê investimentos de US\$ 3,9 bilhões para colocar os projetos em operação. Hoje, apenas a mina de Corumbá está em plena atividade. No Amapá, o primeiro carregamento de minério foi feito este ano."

E prossegue a repórter da Agência Estado:

"No último dia 15, a MMX anunciou a compra, por US\$ 125 milhões, da Mineradora Minas Gerais (Minerminas), que produziu, em 2007, 700 mil toneladas de minério de ferro. Além da mineradora, Eike controla companhias nos setores de petróleo (OGX), logística (LLX), energia (MPX) e siderurgia (EBX) – o X no final, segundo o empresário, teria o poder de multiplicar os negócios. A MPX está em processo de abertura de capital, caminho que deve ser seguido também pela OGX."

Para quem conhece a imprensa mineira, nenhuma surpresa quanto ao silêncio obsequioso com que vem contemplando o Projeto Minas-Rio e, sobretudo, o desprezo que dedica aos que se opõem a ele. E não são poucos.

São publicadas algumas informações, mas sem qualquer crítica. O jornal *Hoje em Dia*, por exemplo, publicou no dia 7 de março notícia assinada pelo repórter Augusto Franco, dizendo que "os donos das 752 propriedades localizadas ao longo dos 25 municípios mineiros por onde vai passar o Mineroduto Minas-Rio estão obrigados, desde ontem, a concederem – mediante indenizações – o direito à mineradora MMX de passar seu mineroduto por suas terras. Isso é o que determina o decreto-lei, publicado no Diário Oficial do Estado, o *Minas Gerais*".

Acrescenta que o "decreto foi publicado mesmo antes da concessão da Licença de Instalação (L.I.) da mina, ainda em fase de análise por uma comissão mista de 20 especialistas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Semad).

A estimativa para o conjunto – mina, mineroduto e porto – é de investimentos da ordem de US\$ 7 bilhões, nos próximos três anos. Se aprovada pelos órgãos ambientais, a mina deve extrair 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, durante os próximos 40 anos.

Segundo estimativas da Semad, a nova mina seria responsável por aumentar em 13,5% a produção total do Estado, tendo como base a exploração de 2007".

Franco cita o gerente de Gestão Fundiária da MMX, Ricardo Brito, para quem "o decreto-lei é uma ferramenta a mais para agilizar as negociações com os proprietários dos terrenos por onde deverá passar o mineroduto, embora 80% dos donos das terras já tivessem aceitado os termos oferecidos pela mineradora amigavelmente. 'Estamos neste processo já há oito meses, e não tivemos problemas', garante. Das 1.121 propriedades localizadas no caminho traçado, 752 estão em Minas e 369 no Rio de Janeiro". E acrescenta

o gerente: "O valor da indenização varia de acordo com as plantações e criações nas áreas, bem como a extensão de tubos que passarão por cada propriedade. Os estudos e a negociação são feitos com base em normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)."

Informa o repórter Augusto Franco que o mineroduto será enterrado 75 centímetros abaixo do solo. Depois de feito o duto, a terra acima deve ser totalmente recomposta, evitando impacto visual. Os donos da terra, a partir deste momento, não poderão cultivar nada em uma faixa de 30 metros em torno da linha traçada.

O repórter ouviu também a Semad e informou que o pedido de licenciamento de implantação (L.I.) foi protocolado em setembro de 2007. "Em dezembro, estudos complementares, realizados a pedido dos especialistas da Semad, foram entregues. Segundo estes documentos, serão retirados do Rio do Peixe 2.500 metros cúbicos de água por hora, equivalentes a 3,15% do volume total da vazão."

Naqueles 25 municípios mineiros e sete fluminenses que serão invadidos compulsoriamente pelo mineroduto, estão algumas importantes paisagens culturais, daí a importância da decisão do Iphan, que chega em boa hora.

Pois as entidades que deveriam cuidar da preservação de nossas riquezas naturais se intimidaram diante do ímpeto de Eike Batista e do apoio de Aécio Neves. Numa audiência pública realizada numa comissão da Assembléia Legislativa de Minas, o diretor geral da MMX, Rodolfo Landim, prometeu que o empreendimento criaria 1.574 empregos diretos e 4.722 indiretos na fase de instalação, mas apenas 104 empregos diretos quando estiver em funcionamento.

Novo parêntesis: quando a Vale foi criada, na década de 1940, foi construída uma ferrovia entre a mina de Itabira e o porto de Vitória que gerou muito emprego e riqueza ao longo do caminho. Governador Valadares, entre outras cidades, se desenvolveu graças à ferrovia. O mineroduto apenas vai transportar riqueza e desperdiçar a água doce que serve ao escoamento do minério.

Uma das críticas feitas ao projeto foi que a obra começou sem licenciamento prévio. Segundo Rodolfo Landim, o empreendimento estava em processo de licenciamento junto ao Ibama. Mas não havia sido feito pedido de licenciamento de exploração das jazidas, que tem que ser feito pelos órgãos ambientais de Minas, informou aos deputados o

subsecretário de Gestão Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ilmar Bastos.

A prefeitura de Conceição do Mato Dentro havia autorizado a construção do mineroduto. Seu mais ilustre filho, o ex-ministro da Cultura José Aparecido de Oliveira, deve ter-se revirado na sepultura...

Depondo no mesmo dia, a promotora do Meio Ambiente, Luciana Imaculada de Paula, disse que o Ministério Público apresentara denúncia civil e criminal contra a MMX por irregularidades nos trabalhos iniciais, o que gerou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a ser assinado com a empresa. "Regiões como os municípios do Espinhaço Norte, onde a biodiversidade é muito rica e uma das mais ameaçadas de extinção, precisam de um tratamento especial", disse aos deputados.

A superintendente-executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente, Maria Dalce Ricas, denunciou, na mesma audiência, que existem diversos empreendimentos no Estado que obtiveram a autorização da Feam (Fundação Estadual do Meio Ambiente) com interferências políticas e econômicas. Acrescentou que deveriam ser feitos estudos de forma independente e que "realmente identifiquem os impactos ambientais diretos e indiretos que o mineroduto possa causar a um dos mais importante biomas de Minas Gerais. O critério deve ser técnico, e não político", disse.

O deputado Carlin Moura (PCdoB) acrescentou que a captação de água para o mineroduto será feita no Rio do Peixe, que já é degradado. Há ameaças também ao abastecimento de água para os moradores de Alvorada, Serro e Conceição do Mato Dentro.

O drama dessas regiões já é bem conhecido de outros municípios mineiros. A própria Serra do Curral, símbolo da capital, foi devastada a partir da década de 1970. Carlos Drummond de Andrade reagiu, com um poema, *Triste Horizonte*, como já havia feito ao protestar contra a devastação de sua cidade natal, Itabira. Naquele tempo, um jornalista que havia assessorado a multinacional que carrega nosso minério, Odin Andrade, explicou, depois de ser demitido, a pressa das mineradoras estrangeiras. Temiam que alguém gritasse: "Pega ladrão!"

Hoje está mais fácil ouvir o grito, apesar do silêncio da grande imprensa. A internet facilitou. Foi criada até uma comunidade no Orkut, S.O.S Serra da Moeda, e um site. A preocupação deles é com essa serra, que se vê na margem esquerda da BR-040, quem viaja

do Rio para Belo Horizonte, quase chegando na capital. É um dos pontos turísticos de Minas, preferido pelos praticantes de vôo livre.

A mineradora Ferrous Resources do Brasil comprou ali uma grande área. Em abril de 2008, o Clube de Vôo Livre de Belo Horizonte divulgou um alerta, dizendo que as pesquisas já haviam começado no local da antiga mineração Vista Alegre, para definir o projeto de exploração até o final de 2009.

Um cidadão que se identificou como André Sanches, escreveu no dia 16 de abril, nesse site, pedindo apoio ao movimento contra o projeto da MMX. Segundo ele, há muitas questões que precisam de respostas. E transcreveu uma notícia publicada também no dia 14 de maio pelo Centro de Mídia Independente do Brasil, enviada pelo Fórum Desenvolvimento CMD, dizendo que foi protocolado na Procuradoria do Ministério Público mineiro (nº 978388) pedido de impedimento político do governador Aécio Neves. O pedido, que não foi noticiado pela imprensa e nem terá qualquer consequência jurídica ou política, começa criticando o governador por haver assinado um decreto de desapropriação por "utilidade pública" beneficiando uma empresa privada. Diz que já foi pedida a instauração de Ação Popular por improbidade administrativa contra Aécio Neves, por esse motivo, entre outros.

Mais adiante, afirma que outra empresa do Grupo EBX, a Borba Gato, tem hoje a posse de "mais de 80 %, das terras de Conceição do Mato Dentro e região". Descreve: "Ao longo da Estrada Real, logo após o Parque Nacional da Serra do Cipó, depois que passamos por Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas, Dom Joaquim, Serro, até Milho Verde, em suas placas, está inscrito: "Propriedade da Borba Gato – Agropastoril – empresa privada – acesso restrito".

Entre seus questionamentos, estão:

Como pode um governador fazer um decreto beneficiando uma empresa privada sem que esta tivesse as devidas licenças de instalação e de operação? Como pode o Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG) emitir Autorização para Exploração Florestal (IPEF) sem anuência do Ibama e sem Averbação de Reserva e Licença de Desmatamento para construção de estradas? Sem uma proposta de recuperação vegetativa, de acordo com a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428)? Como pode o Ibama dar Licença Prévia sem os EIA-RIMAs necessários – e sem a complementação deles, solicitada pela regional mineira do

Ibama? O mineroduto necessitará de tanta água como a exigida pela transposição do Rio São Francisco, e até hoje não se falou nada disso? Ainda não se tem a outorga da água, a ser liberado pelo IGAM, como pode? E a Compensação Ambiental? E o Manejo das Bacias Hidrográficas? Qual será o volume total e o destino deste enorme volume de água? Qual será o gasto com energia elétrica para tal empreendimento?

O documento questiona as audiências públicas realizadas nos municípios, nas quais se falou apenas da exploração de minério de ferro, sem mencionar ouro, diamante, platina e outros minerais encontrados com abundância na região.

Diz que não se discutiu o destino de cerca de 50 cavernas existentes nas áreas das minas projetadas, onde vivem espécies endêmicas, como a barata orelhuda. Tampouco, das Áreas de Preservação Permanente. Não se analisou o resultado das explosões para a extração do minério e os danos que o empreendimento causará à atividade turística na Estrada Real. Nem a desapropriação de terras de comunidades de indígenas e quilombolas.

De acordo com a petição, durante o Ciclo de Debates sobre Licenciamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, realizado na Assembléia Legislativa de Minas Gerais nos dias 10 e 11 de março, os deputados foram questionados e demonstraram desconhecer totalmente o decreto do governador Aécio Neves desapropriando terras para servidão, em prol da MMX, sob o argumento de utilidade pública.

Afirma que, durante esse ciclo de debates, apenas uma pessoa, não identificada, mas que "empunhava uma bandeira com um Triângulo Verde, com os dizeres Libertas Quae Sera Terrae", abordou a questão da MMX e pediu a suspensão do decreto e o impedimento político de ações do governador Aécio Neves. Essa pessoa criticou que, no artigo 15, o decreto de Aécio cita um decreto-lei de 1941, de desapropriação de terras, assinado pelo então ditador Getúlio Vargas.

Segundo Paulo Peixoto, da Agência Folha, em reportagem publicada em 11 de março passado, o governador Aécio Neves "é recordista na emissão de leis delegadas, na comparação com os seus antecessores desde 1985. Aécio editou 130 leis com as duas delegações dadas pela Assembléia Legislativa, que renunciou ao direito de participar das reformas administrativas feitas pelo Estado. Foram 63 leis delegadas editadas no início de 2003 e 67 em janeiro passado, começo do segundo mandato. Todas elas tratam de reformas

administrativas na gestão tucana. As delegações dadas pelo Legislativo mineiro acabaram funcionando como carta-branca para o Executivo agir".

Peixoto ouviu o advogado constitucionalista e consultor da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, José Alfredo de Oliveira Baracho, que durante muito tempo prestou consultoria a Tancredo Neves, e disse que "o excesso de delegação está matando o Legislativo estadual". Baracho acrescentou: "Aécio tem ambição de poder. Isso ninguém nega nele. Quer ser presidente da República. Então, quer mostrar obras. Mas o que a gente tem que olhar é a urgência, a motivação, as necessidades."

A justificativa do governo para pedir as delegações foi promover os "choques de gestão", enxugando a estrutura estatal e reduzindo o déficit orçamentário.

Na noite de 5 de março, segundo o site da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente foi realizada audiência pública na Quadra Poliesportiva de Conceição do Mato Dentro, com a presença de cerca de mil pessoas para discutir licenciamento ambiental para extração de minério de ferro pela MMX.

Uma das presentes era a superintendente-executiva da entidade, Maria Dalce Ricas, que lamentou a falta de atenção aos impactos ambientais da mineração. "Um bom número de inscritos mostravam intenções políticas e priorizaram ataques à administração municipal. Aspectos ambientais propriamente ditos foram pouco levantados. Muitas intervenções apontaram problemas sociais, econômicos, de saúde e segurança, alguns muito interessantes, realmente, e que têm de ser bem avaliados e discutidos", disse ela, cinco dias depois, no site da AMDA.

Segundo essa notícia, a Comissão Pastoral da Terra aproveitou a audiência pública para entregar à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável um documento, questionando a incoerência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) apresentado pela MMX.

O secretário municipal de Meio Ambiente e Turismo de Conceição do Mato Dentro, Luiz Cláudio de Oliveira, defensor do projeto, alegou que a região já sofre com sérios problemas de degradação por queimadas, desmatamentos, invasão de áreas de preservação permanente, entre outros. Disse que a mineradora reconhece os impactos que deve causar e "se compromete a ser também produtora de água, através da implementação de um projeto de proteção da bacia do Rio Santo Antônio".

A ONG Sociedade dos Amigos do Tabuleiro cobrou melhorias na rodovia MG-10. O professor Ramon Rodrigues Ramalho, do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano da UFMG, uma das vozes discordantes, defendeu que a avaliação dos impactos ambientais da MMX devem priorizar as preocupações sociais e ambientais e não a lucratividade do negócio, lembrando que os donos do empreendimento "estão fora do país" e o lucro não vai ficar na cidade e nem no país.

Um procurador da prefeitura defendeu o projeto. Disse que foram assinados protocolos de intenção, pelos quais serão repassados R\$ 4 milhões para melhorias na infra-estrutura do município, durante as obras. O que prevaleceu na audiência foram manifestações de apoio, tendo em vista a possibilidade de geração de empregos. Entre elas, a do presidente do Sindicato da Indústria Extrativa Mineral de Minas Gerais (Sindiextra), Fernando Coura. Esse apoio está refletido, também, no noticiário da AMDA, entidade que não se destaca, no cenário mineiro, entre as que – se há alguma – criticam o governo Aécio Neves.

Em outra notícia, a AMDA afirma que, no dia 25 de fevereiro, o Fórum de ONGs Ambientalistas Mineiras se reuniu no plenário do Sistema Estadual de Meio Ambiente, em Belo Horizonte, para debater as atividades da MMX Minas-Rio Mineração Ltda, em Conceição do Mato Dentro. Diz que o relatório da MMX apresentou 65 impactos possíveis de toda ordem, entre eles o desencadeamento de processos erosivos, alteração da qualidade da água e das propriedades do solo, perda do habitat da fauna por redução de ambientes, mortandade e extinção local de peixes, redução da diversidade por fuga de espécies e alteração da paisagem da Estrada Real.

Caio Márcio Rocha, gerente da Divisão de Apoio Técnico às Atividades de Mineração da Fundação Estadual do Meio Ambiente, disse que, do ponto de vista econômico, trata-se de um grande investimento para o Estado, e que desde setembro de 2007 uma equipe formada por 27 técnicos de órgãos públicos ligados à área ambiental estavam apurando os impactos ambientais do projeto.

O representante da MMX nessa reunião informou que a previsão de tributos anuais arrecadados está em torno de R\$ 325 milhões, sendo R\$ 25 milhões destinados aos municípios envolvidos. Para os 22.164 moradores da região, a mineradora promete gerar, só na fase de implantação, 4.300 empregos. A empresa prometeu amenizar impactos

ambientais, elaborando, gradativamente, projetos como os de criação de viveiros para reprodução, recuperação e proteção da flora local, incluindo espécies medicinais.

A empresa encarou como inevitável o rebaixamento do lençol freático em sua área de influência e o reposicionamento de nascentes da Serra do Sapo, que deve ocorrer ao longo da vida útil da mineradora. Contudo, a MMX afirma que vai investir na gestão dos recursos hídricos, garantindo o reuso de 80% da água captada na bacia do rio do Peixe, que deve ser reaproveitada como mistura para o minério bombardeado pelo mineroduto. A captação média de água proposta para o rio é de 2.500 m³/h. O monitoramento da qualidade da água e controle dos processos erosivos também foi assegurado pela empresa durante o debate.

Presente no debate, o coordenador-geral do Projeto Manuelzão, Apolo Heringer Lisboa, disse que as prefeituras beneficiadas com os tributos arrecadados deveriam priorizar investimentos na recuperação ambiental. Apolo enfatizou ainda a necessidade de criação de estações para tratamento de esgotos, a fim de evitar doenças como a esquistossomose.

O secretário de Meio Ambiente e Turismo de Conceição do Mato Dentro e diretor de Comunicação da ONG SAT, Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira, disse que o município pretende ser pioneiro ao tratar o processo de mineração de forma diferenciada, priorizando benefícios economicamente sustentáveis para a população local, conclui o *press-release* da AMDA.

Para concluir, a crise mundial não deve durar muito tempo, e esses projetos de extração mineral, apesar do medo do grito "Pega ladrão!", são de médio e longo prazo. E a intenção do atual presidente do Iphan pode não sair do papel. A boa notícia é que o governo Aécio Neves não demora a acabar. Nem quero pensar na hipótese de ele ser eleito presidente da República, em 2010!

(2/12/2008)

O triste fim das sucursais

Se o governador mineiro Aécio Neves quiser consolidar neste ano sua candidatura à presidência da República, ele vai ter que passar muito mais tempo no Rio de Janeiro – como já tem feito – e em outros estados brasileiros. Pois ele, ao contrário do avô na década de 1980, não será notado se permanecer em Minas Gerais, governando o estado. As diferenças entre os dois – avô e neto – são muito grandes e não cabe aqui descrevê-las. Mas é possível apontar uma, que faz com que o neto precise pegar a estrada: ele não conta mais, em Minas Gerais, com as sucursais dos grandes jornais e revistas brasileiras que alimentavam as principais agências de notícias e levavam as palavras de Tancredo Neves a todo o território nacional.

A década de 1990 representou o fim das sucursais. A primeira a fechar foi a do *Estado de S.Paulo*, seguida pelas do *Jornal do Brasil* e do *Globo*. Um levantamento que fiz, em 2003, para escrever o livro *Sucursal das Incertezas*, revelou a existência de apenas duas sucursais – a da *Folha de S.Paulo*, com dois jornalistas, e a da *Gazeta Mercantil*, com quatro. A *Veja* mantinha um escritório do departamento de publicidade e um correspondente, José Edward Lima, que havia fechado no ano anterior o escritório da Savassi e passou a trabalhar em casa, para reduzir custos. Ele chefiava a sucursal há cinco anos, mas só tinha dois jornalistas *freelances* fixos, que acabaram demitidos em 2000 e 2001.

Outro empregado do Grupo Abril, o correspondente da *Exame*, José Maria Furtado, o Deca, passou também a trabalhar em casa, por economia. Mesmo assim, foi demitido em janeiro de 2003. Porém, as agências Estado e AJB e o jornal *Valor Econômico* continuavam com correspondentes em Belo Horizonte. A situação mais curiosa era a do correspondente da AJB, que trabalhava como frila. Seus telefones para contato eram o da rádio onde trabalhava e o da sala de imprensa da Assembléia Legislativa.

O Plano Collor, com suas trapalhadas, representou o fim da sucursal do *Estadão*. O repórter Paulinho Assumpção foi mantido como correspondente até 1995, quando foi substituído por Evaldo Magalhães, até 2002. Ele trabalhava em casa. A sucursal do *JB*, que na década de 1970 empregava dez jornalistas, foi fechada em outubro de 1993. Antes disso, os donos do jornal tentaram, por duas vezes, trazer de volta Acílio Lara Resende, que por

23 anos havia sido diretor da sucursal em Minas e fora demitido em dezembro de 1998 – um mês antes de eu pedir demissão, encerrando um trabalho de 16 anos ali.

Após o fechamento, Acílio aceitou ficar com a representação comercial do jornal, e instalou a correspondente Roselena Nicolau e o fotógrafo Waldemar Sabino, o Mazico – que não podia ser demitido, pois era diretor do sindicato – numa sala da Rua Guajajaras, perto de sua empresa, a L&R Comunicação Social S/C Ltda, que tem como clientes a *Folha de S.Paulo* e outros jornais.

Essa situação foi mantida até 1996, quando a sucursal foi reaberta por Teodomiro Braga, mas ela durou só até 2002, quando ele passou a dirigir a redação do jornal *O Tempo*.

Quando fui trabalhar na sucursal do *Globo*, em 1990, ela empregava 14 jornalistas, incluindo três correspondentes (em Juiz de Fora, Uberaba e Montes Claros) e dois fotógrafos. Havia ainda dois telexistas e dois motoristas, além do pessoal do comercial e da administração. Ocupava um andar de um prédio na Savassi. Em 1992, houve forte revoada do *passaralho* e sobraram quatro jornalistas. A ave voltou em 1993, quando fui demitido. Em meados da década, a sucursal fechou, ficando o então chefe da redação, Walter Huamany, como correspondente. Trabalhava também na rádio CBN e foi fazer curso de Psicologia – uma espécie de rota de fuga, para o caso de se agravar a crise no jornalismo.

Encerrava-se um ciclo, apenas prenunciado no começo da década de 1970, quando foi fechada a sucursal do *Correio da Manhã*, que chegou a empregar seis jornalistas na década anterior, apesar do embate desesperado com o regime militar.

Contemplando, muitos anos depois, esse panorama, o chefe da assessoria de imprensa do governo Tancredo Neves e de Hélio Garcia, jornalista J. D. Vital, podia se felicitar pela opção que fez. Quando terminava o governo Hélio Garcia, ele foi convidado para abrir e dirigir em Belo Horizonte a primeira sucursal de um jornal da capital federal, o *Correio Braziliense*. Entusiasmou-se com o projeto, mas, bem aconselhado por um amigo – Antônio Telles, da TV Bandeirantes – optou por ser assessor de imprensa da CBMM – Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia –, onde se encontra até hoje. A sucursal ficou apenas no papel.

Estudiosos terão melhores explicações para a ascensão e queda das sucursais dos jornais e revistas instaladas em Belo Horizonte a partir dos anos 1960. Posso, no entanto, apresentar algumas sugestões para o debate. Primeiro, para a ascensão.

Com o regime militar, elevou-se em muito o grau de concentração de poder no Brasil. No auge do regime, calculava-se que o governo federal e as estatais respondiam por mais de 70% da economia brasileira. Num cenário desses, era grande a dependência das empresas privadas, que buscavam no governo não apenas a fonte de lucros, mas a solução de problemas de sobrevivência.

Em tempos normais, com o Congresso Nacional funcionando de fato, os empresários brasileiros se fazem representar no governo pelos deputados e senadores, que se prontificam, de boa vontade, a atuar como despachantes de luxo para resolver problemas de clientes. Por mais de duas décadas, porém, tais políticos tiveram que entrar na fila diante do guichê das repartições públicas, pois, sem patente militar, não tinham prestígio junto aos detentores eventuais do poder. Eram pouco efetivos, do ponto de vista empresarial.

Restavam aos empresários três alternativas: dirigirem-se, pessoalmente aos ministérios e a outros órgãos públicos, de chapéu na mão, nos casos de pleitos individuais; representarem-se, por dirigentes de federações e associações empresariais, nas reivindicações coletivas ou setoriais; e fazerem-se ouvir por intermédio da imprensa, com anúncios ou notícias.

Havia obstáculos em cada uma dessas opções.

Na primeira, o empresário que fosse diretamente fazer um pedido estaria sujeito a ter que contribuir, pesadamente, para o *caixinha* de algum esquema de corrupção. E os havia. (Em Minas, um importante secretário de Hélio Garcia na prefeitura de Belo Horizonte e no governo estadual foi agraciado com o significativo apelido de Quinzinho, pois tinha a fama de cobrar propina de 15% do valor da obra – bons tempos aqueles...) Era preciso também entrar na fila de espera das agendas sobrecarregadas das autoridades que realmente tinham poder de decisão.

Na segunda, o problema quase insuperável era a falta de prestígio das entidades empresariais – tanto ou mais que a dos políticos profissionais. Em geral, eram despreparadas e não tinham representatividade. Os dirigentes das federações eram – e ainda são – eleitos por alguns poucos indivíduos, tão pelegos como eles, e que se perpetuam à frente dos sindicatos. O presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, Fábio de Araújo Motta, permaneceu por 23 anos no cargo, reeleito por três dezenas de presidentes de sindicatos ligados à entidade.

Na terceira opção, o maior empecilho era a dificuldade de acesso do veículo de comunicação aos gabinetes dos que realmente decidiam. Os jornais mineiros, por suas conhecidas deficiências, nunca conseguiram ultrapassar de fato as divisas do Estado. Nos gabinetes ministeriais, só eram lidos pelos mineiros que eventualmente ocupassem cargos importantes no governo – o que não era muito comum. Em geral, eram lidos os grandes jornais do Rio e São Paulo, considerados nacionais, pois tinham sucursais ou correspondentes em todos os estados.

Por sua vez, esses jornais eram bastante seletivos no noticiário. Não era fácil transmitir recados por meio de entrevistas a repórteres ou artigos assinados. Por isso, os empresários recorriam aos anúncios. As sucursais mineiras faturavam muito. A do *Jornal do Brasil* estava no auge quando fui admitido como estagiário, em julho de 1972.

No começo da década de 1980, iniciou-se o declínio, com a crise financeira do país, que provocou enorme quebraadeira de empresas e atingiu duramente os jornais. *JB*, *Folha* e *Estadão* pensaram, por um momento, em se associar para criar uma grande agência de notícias, vinculada também aos mais importantes jornais de cada estado. Isso significaria o desmonte das sucursais. Esse projeto fracassou por causa da ainda grande competição entre os jornais. Além disso, havia uma possibilidade de mudança, a partir das eleições de 1982.

Com a eleição de Tancredo Neves, as atenções voltaram-se para Minas, o que segurou os empregos nas sucursais, apesar da queda no faturamento. A situação se agravou quando José Sarney substituiu Tancredo na Presidência da República. Com Sarney, os políticos voltaram a ocupar espaços tradicionais de articulação entre empresa e governo.

A pá de cal, no entanto, veio com Itamar Franco, em 1992. Desde Juscelino Kubitschek, era o primeiro presidente brasileiro a ler jornais mineiros. Em boa parte, seus ministros – aqueles chamados pejorativamente no Rio e São Paulo de "a turma do pão de queijo" – tinham também as mesmas fontes preferenciais de informação. Pelo menos nesse aspecto de contato com o poder, os grandes jornais perderam a importância.

Ao mesmo tempo, o mercado publicitário mineiro atravessava uma das piores crises. Dados da Nielsen Serviços de Media, divulgados pelo Sindicato das Agências de Publicidade de Minas Gerais, revelavam que os investimentos publicitários no Estado somaram US\$ 239 milhões em 1993, o equivalente a apenas 6% do total brasileiro. São

Paulo concentrava 52% desses investimentos (US\$ 2,126 bilhões) e o Rio de Janeiro, 21% (US\$ 876 milhões). Minas estava em terceiro lugar (em 2003, caiu para o sétimo). A situação foi se agravando com o passar do tempo, apesar de o governo de Minas, na tentativa de se mostrar ao resto do país, ter aumentado em muito a sua verba publicitária.

Diante dessa realidade e forçados a reduzir custos, os jornalões – também donos das agências de notícias – preferem disputar o mercado onde estão 90% das verbas publicitárias e abandonam Minas ao próprio destino. Esses números mostram também a faceta tacanha dos empresários mineiros, que ainda preferem trabalhar em silêncio, na base do cochicho ao pé do ouvido dos poderosos e dos conchavos, a partirem para o embate no mercado, anunciando produtos e serviços. Com cerca de 10% da população e mais de 12% do PIB brasileiro, os investimentos em publicidade estão em torno de 6% – concentrados principalmente nos órgãos públicos e empresas de economia mista –, o que é um bom demonstrativo dessa característica mineira acanhada.

Isso explica, finalmente, porque não há em Minas veículo de comunicação que, pela sua importância, ultrapasse as divisas do estado, que continua isolado. Para complicar, com o processo de globalização, privatização e fusão de empresas, o poder de decisão nas maiores indústrias e corporações mineiras se transferiu para outros estados ou países.

Todo esse processo justifica o êxodo continuado dos talentos jornalísticos e publicitários mineiros. Os que insistem em permanecer em Minas ficam por sua conta e risco. Terão êxito, se trabalharem sério e com afinco. Ou quando transformam seu nobre ofício num reles balcão de negócios – como fizeram muitos.

Uma das conseqüências do fechamento das sucursais é que o país ficou sem imprensa de abrangência nacional. O Brasil, de fato, não é retratado pelos grandes jornais do Rio e São Paulo – e esse é um dos motivos de terem tiragens tão limitadas. O mesmo se aplica às revistas, que têm tiragens pequenas, considerando-se o tamanho do país. O grande desafio atual dos jornais e das revistas de informação é como crescer – ou sobreviver – num mundo em que a informação chega de forma muito mais rápida, por meio da televisão, do rádio e da internet.

Devido ao atual isolamento mineiro, o estado não consegue atrair grandes eventos. A ONU, por exemplo, vai pensar duas vezes antes de fazer em Minas eventos como o Terceiro Encontro Internacional do Fórum de Aprendizagem do Global Compact, realizado

em Nova Lima em 2003. Sem sucursais, ele passou praticamente despercebido pela imprensa.

Como teria passado Aécio Neves, desde então, não fosse a fortuna que ele tem gastado para divulgar seu governo em publicidade na imprensa nacional. O destino de Aécio é gastar dinheiro dos contribuintes para aparecer na imprensa, enquanto José Serra, gastando proporcionalmente bem menos, se faz presente do Oiapoque ao Chuí.

(13/1/2009)

NOTAS

ⁱ Os comentários ao artigo no Observatório da Imprensa podem ser lidos em: (<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=509IMQ009>)

ⁱⁱ Este artigo publicado na revista eletrônica Novae foi transcrito no pedido de *impeachment* feito à Assembléia Legislativa de Minas pelo dono do Novo Jornal contra o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares, e consta dos anais de outubro de 2008, em que o presidente do legislativo rejeita a solicitação. Ver em <http://www.almg.gov.br/anais/pdf/LIVROCOMPLETOOUTUBRO2008.pdf>, p.154.

ⁱⁱⁱ Por causa deste artigo, a juíza federal mulher do procurador-geral contratou advogados para uma interpelação judicial. Ao saber disso, o professor Fernando Massote escreveu em seu blog, em 16 de junho de 2009:

O nosso amigo e companheiro de trabalho, conhecido e respeitado jornalista mineiro, com longa folha de serviço prestada a tantos órgãos de comunicação, nacionais e mineiros, José de Souza Castro, está sendo intimado pela justiça federal a responder sobre o que escreveu em um dos seus últimos artigos, publicado também pelo nosso blog.

A acusação que lhe movem é de crime de calúnia (art. 138 - crimes contra a honra – código penal), que teria sido cometido no artigo “Coronelismo no Ministério Público Mineiro”.

A leitura do referido [artigo](#) nos conforta na nossa convicção de que a acusação não procede. O que o articulista faz ali é o que faz sempre, como excelente jornalista que é: investigar, perguntar e, diante de situações ou circunstâncias incertas ou por esclarecer, ele suspende o juízo demandando esclarecimentos.

Isto é calúnia? Perguntar, suspeitar e pedir esclarecimentos são crimes? Só se for para a ditadura militar ou para autoridades que não querem ser questionadas e que para se proteger tomam atitudes intimidatórias.

O que querem é silenciar o nosso amigo que é um jornalista e cidadão cujos trabalhos, admirados por todos nós, primam pela honestidade intelectual, pela competência e o exercício ético-profissional mais exemplar.

A incriminação do amigo e colega José de Souza Castro nos atinge a todos que lutamos por uma sociedade mineira e nacional mais civilizada, mais republicana e mais democrática. Solidarizarmos-nos e defendermos José de Souza Castro contra esta intimidação é defender esses valores e reforçar a corrente dos que lutam contra o autoritarismo que insiste ultimamente em querer tomar conta de Minas Gerais.

Pedimos a todos que se manifestem contra as odiosas intimidações que fazem a José de Castro, sua família e pela continuação de seus trabalhos de jornalista incansável em defesa de uma Minas Gerais e de um país democráticos, desenvolvidos e civilizados.

Daremos nas próximas horas mais informações sobre os intercurso judiciais com que estão interpelando José de Souza Castro.

(*) Criamos um [abaixo-assinado](#) em apoio a José de Souza Castro. Assine, divulgue, proteste.

No dia 22 de junho, o professor Massote voltou a escrever o seguinte:

A nossa campanha de solidariedade ao jornalista José de Castro está atingindo objetivos mais amplos, além daquele, decisivo, de defender o trabalho do amigo e companheiro de trabalho: sensibilizar e despertar a consciência progressista da sociedade para a importância do jornalismo livre e democrático em qualquer contexto social e político e mobilizar as forças interessadas na liberdade de imprensa em Minas Gerais e no Brasil contra os manejos sombrios dos que procuram atentar contra ela aqui e alhures.

É o caso, também, da recente decisão do Supremo Tribunal Federal que cancelou a exigência do diploma de jornalismo para a formação do jornalista, entregando, abertamente, a profissão ao mais completo arbítrio dos donos de jornais.

As visitas ao texto que denuncia a intimidação feita a José de Castro e apela para a solidariedade ao seu trabalho, publicado pelo nosso blog, já passam de mil (1.181), e o manifesto em sua defesa conta, em poucos dias, com 175 assinaturas. É um fato auspicioso que queremos multiplicar de forma a tecer uma poderosa corrente de opinião contra a insuportável situação de bloqueio à imprensa em Minas Gerais e no país.

Os fatos que denunciamos contra o trabalho de José de Castro demonstram, todavia, que a insistente e torrencial propaganda oficial na mídia, sobretudo televisiva, mineira e nacional, desde que Aécio Neves foi empossado, em 2003, não dá conta de controlar a situação em Minas Gerais. Por isso mesmo, as forças que querem “disciplinar” a imprensa lançam mão das intimidações.

Nesse contexto de ameaça à liberdade de imprensa na terra da Inconfidência Mineira, o caso José de Castro, como a decisão do STF são um alerta tanto para os que querem silenciar a imprensa como para os que, como nós, queremos defender esta liberdade e reforçá-la como condição de uma vida social, cultural e política civilizada.

Também a cientista política e escritora Sandra Starling, minha amiga, se interessou pelo caso. Depois de ler a íntegra da interpelação e da minha defesa, escrita por meu irmão advogado, ela publicou o seguinte artigo no jornal *O Tempo*, em 8 de julho de 2009:

Em solidariedade ao jornalista José de Castro

O respeito à liberdade de expressão

Eu lia o excelente artigo de José Murilo de Carvalho, publicado no jornal "O Globo", na última segunda-feira, sob o título "Ser republicano", quando fui informada de que o jornalista José de Castro, movido pela busca da verdade e pela paixão de bem informar seus leitores, está sendo processado pelo delito de calúnia. Não interessam aqui os detalhes, embora me sinta no dever de expressar que, pelas peças que examinei, não vi fato específico ou determinado, nem intenção de ofender fulano, beltrano ou sicrano. Os pronomes

indefinidos são aqui usados propositadamente: o jornalista não se referiu a ninguém, razão pela qual não é de se aceitar que tenha praticado o mencionado delito.

As circunstâncias motivadoras do processo, porém, remetem-nos ao tema do republicanismo, tão em voga a partir das defesas de José Sarney, feitas pelos chefes dos demais Poderes, tendo-se em consideração não as imputações, mas a sua história.

No mencionado ensaio, Carvalho começa por citar o jesuíta Simão de Vasconcelos, que em 1663 já escrevia que nesta terra "nenhum homem é repúblico, nem vela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular". E desfila uma ladainha de exemplos de nosso visceral antirrepublicanismo. "Você sabe com quem está falando?", sabemos, não é mera indagação, mas verdadeira carteirada oligárquica de quem acha natural o clientelismo, o nepotismo, o compadrio ou o uso privado do dinheiro público. De quem fura fila no avião, no cinema, no elevador, porque é autoridade, quando a autoridade deveria ser a primeira a dar exemplo de observância da igualdade de todos no convívio social.

O substrato da queixa que se levanta contra José de Castro reside em o jornalista questionar a discricionariedade que se reconhece aos chefes de Executivo quanto à escolha de quem deve ser o fiscal maior do cumprimento da lei: o procurador-geral de Justiça.

Castro vê na sistemática vigente terreno fértil para a satisfação daquilo que José Murilo de Carvalho chama de "jeitinhos, empenhos, favores e proteções". Em outras palavras, o réu, ao que parece, crendo na lei como garantia da liberdade e valendo-se da liberdade de expressar assegurada na Lei Maior, simplesmente articulou seu libelo em favor de uma mudança nesse processo.

E olha que, no caso do procurador geral da República, o nome pinçado pelo presidente da República ainda é submetido ao crivo do Senado Federal, ao passo que, no âmbito estadual, a escolha é um ato político centralizado na pessoa do governador e ponto final.

Como sou daquelas que crê nas virtudes das sociedades abertas de interpretação da Constituição, algo que José de Castro simplesmente procurou exercitar, só me resta prestar-lhe a minha solidariedade, na confiança de que esse processo será arquivado, em face de um de nossos princípios constitucionais fundamentais: a forma republicana de governo.

^{iv} Depois que a juíza federal mandou me interpelar por causa daquele artigo, resolvi fazer uma brincadeira, com a concordância do professor Massote, e pela primeira vez usei um pseudônimo. Manoel Pereira saiu de cena no artigo seguinte, em que bota os bigodes de molho. E voltei a escrever como sempre fiz.

^v Durante a campanha eleitoral, Stefan Salej criou um blog: (www.salej.com.br)

^{vi} Carlos Drummond de Andrade escreveu em 1976 o poema Triste Horizonte, um protesto contra a mineração da Serra do Curral, autorizada pelo regime militar, que estava desfigurando a paisagem mais imponente da capital mineira.